

Literatura e civilização nas páginas da *Revista Niterói*

2.1.

“Ao Leitor”: identidade nacional e civilização através do amor

O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os *autores* desta obra a uma empresa, que, excetuando a pouca glória, que caber-lhes podiam, nenhum outro proveito lhes funde.

Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumassem a refletir sobre objetos do bem comum e de glória da pátria.

Tal é o fim a que se propõem os autores desta *Revista*, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional.

As obras volumosas e especiais só atraem a atenção de alguns homens exclusivos que de todo se dedicam às ciências, aqueles, porém, que por sua posição não podem sacrificar o tempo à longa meditação, folgam, quando em um pequeno livro, contendo noções variadas e precisas, encontram um manancial, que lhes economiza o trabalho de indagações e o enjôo de um longo estudo, colhendo n’uma hora o resultado de um ano de fadigas.

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e de orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que é *justo, santo, belo e útil*, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização e tocar ao ponto da grandeza, que a Providencia lhe destina¹.

A *Niterói*, *Revista Brasiliense* começa com a apresentação de seus princípios, e isto através de um pequeno texto intitulado “Ao Leitor”, que acabamos de transcrever na íntegra. Seus redatores evidenciam, logo de início, aquilo que pretendem, a saber, a orientação da vida prática dos homens do Império do Brasil, e isto a partir da medida do amor². Em duas páginas, os redatores da revista *Niterói* fazem conhecer seus propósitos. Acompanhemos:

¹ MAGALHÃES; TORRES HOMEM; PORTO-ALEGRE. Ao Leitor. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836). Não paginado. Daqui por diante, faremos as devidas referências no corpo do texto.

² Os redatores da *Niterói* são: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto-alegre e Francisco de Sales Torres Homem. Segundo Plínio Doyle, em sua introdução à edição fac-similada da *Revista Niterói*, editada pela Academia Paulista de Letras em 1978, poderia existir um quarto redator, Eugene Garay de Monglave, como diz sublinhar Sacramento Blake, ou ainda,

O amor do país e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores desta obra a uma empresa, que, excetuando a pouca glória, que caber-lhes pode, nenhum outro proveito lhes funde. (Magalhães et al., 1978.)

“O amor do país”, este é o princípio que governa a confecção da *Revista Niterói*, é o princípio fundamental à civilização dos homens e mulheres que constituíam a *boa sociedade* do Império do Brasil, bem como essencial à delimitação e evidenciação de uma identidade nacional. O “desejo” de ser “útil” ao país que “amavam” provoca o lançar-se desses homens à vida prática, e isto através da literatura, ou se quisermos do pensamento³. Amor que conferiria pouca ou nenhuma glória, fazem questão de sublinhar. Dizendo ainda em outras palavras, o “amor do país”, que significa o interesse pelo “bem comum”, aparece como sentimento capaz de provocá-los à civilização, ou ainda, à reforma das idéias e dos costumes que orientariam a *boa sociedade*, e de caracterizar e de evidenciar a identidade nacional, ou seja, de delimitar a “nação”.

Anunciam a necessidade de se confeccionar artigos úteis em intervalos regulares. Úteis porque buscam cumprir o que seria a mais elevada das tarefas reservada àqueles que amam verdadeiramente seu “país”, a saber, ensinar a amar, a bem-querer o “bem comum”, e, em intervalos regulares, porque tinham a

Cândido M. de Azeredo Coutinho, que colaborara com alguns artigos. No entanto, o próprio autor afirma, no final de seu texto, que a hipótese de um quarto redator aparece graças a um “engano” cometido por Monglave ao afirmar que: “Des quatre rédacteurs de cette première livraison, trois appartiennent à l’ Institut Historique, MM. Torres Homem, de Magalhaens et Araújo Porto-Alegre”. (DOYLE, 1978. Não paginado)

³ Ainda segundo Magalhães: “Ao princípio cantava-se para louvar a beleza, a virtude e seus amores; cantava ainda para adoçar as amarguras d’alma [o que chama de trova]; e tanto que a idéia de Pátria apareceu aos Poetas, começaram eles a invocá-la para objeto de seus cânticos” (MAGALHÃES, 1978, nº. 1, p. 143).

Oferecemos uma versão encurtada do que significa a literatura no interior da *Niterói*, e isto com o objetivo de auxiliar a leitura das páginas que se seguem, até que possamos discutir esse tema mais propriamente. A literatura deve ser compreendida como um exercício do pensamento dedicado à evidenciação e intensificação da verdade, ou, se preferirmos, dos sentidos e valores adequados ao “bem comum”, ao bem da “pátria”, e isto no interior de um espaço físico específico – o “Brasil”. A literatura seria, então, todo pensamento capaz de evidenciar e intensificar o espírito do povo brasileiro, ou ainda, o conjunto de sentidos, hábitos e costumes fundamentais à vida no “Brasil”, espírito que cumpria sua lógica de desvelamento progressivo e ilimitado. Quando anotamos todo o pensamento estamos nos referindo à história, à filosofia, à poesia, à química e à física, à pintura e à música, à astronomia e à economia política.

Sobre a evidenciação do movimento progressivo do espírito do povo, segundo Valdeí Lopes de Araújo: “Transformada em processo, a literatura assume o papel de horizonte de totalidade, como a dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço. Através dela a história deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados e torna-se o desenvolvimento progressivo de uma identidade, cujo sujeito maior é o povo e o resultado é a nação” (ARAÚJO, 2008, p. 121)

intenção de intervir e intensificar, de maneira expressiva e vigorosa, o *espaço público*, discutindo todas as matérias, e isto a partir das medidas do amor, da liberdade e da verdade. Anotavam que seus “concidadãos” estavam, no entanto, preocupados com temas pessoais, particulares e corriqueiros, e não com aquilo mesmo que seria fundamental ao progresso moral e material do Império, a saber, o “bem comum”, a “glória da pátria”⁴.

Há muito reconheciam eles (os organizadores da Revista) a necessidade de uma obra periódica que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre causas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, acostumassem-os a refletir sobre objetos do bem comum e de glória da pátria. (Magalhães et al., 1978.)

Os organizadores da Revista vão permitindo entrever seu projeto. Declaram que a atenção do público, em geral, estaria direcionada às questões “diárias”. Boa parte da *boa sociedade* estaria atenta, a maior parte do tempo, a matérias pueris e a temas que só diziam respeito à “vida privada” de seus protagonistas. Atentos às “novidades”, incessantes, sobre a vida dos outros, ocupados em saber dos negócios alheios, orientados por objetivos “egoístas”, esqueciam e descuidavam da “glória da pátria”, do bem de todos, viviam em desamor.

Magalhães e seus companheiros pretendiam que seus “concidadãos” passassem a refletir sobre questões de interesse público, e isto orientados pelo amor, o que é o mesmo que dizer, orientados pelo interesse de evidenciar e fazer vigorar o que era bom para a totalidade dos “brasileiros”, movimento que permitiria, ao fim, o próprio abandono de uma vida determinada pelos instintos, pelas inclinações. Trata-se da necessidade de caracterizar e de estabelecer a totalidade nacional como medida.

Acompanhamos, até aqui, a apresentação de um princípio fundamental à *Revista Niterói*, qual seja, a necessidade de estimular os homens e mulheres da *boa sociedade* a pensar e a agir de acordo com o interesse público, a partir do

⁴ A compreensão de amor manipulada por Magalhães e por seus companheiros, a saber, querer o bem de todos, fora colhida junto à leitura de Chateaubriand, de seu “O gênio do Cristianismo”. Acompanhamos: “No tocante à caridade, filha de Jesus Cristo, quer dizer, ao pé da letra, *graça e júbilo* (...) Pela caridade nós ensina a maravilhosa verdade de que os homens se devem amar, porque assim o digamos, através de Deus, que espiritualiza o seu amor, e só lhes deixa a imortal essência, facultando-lhes a passagem”. (CHATEAUBRIAND, 1960, v. 1, p. 60). Ver, também, ARENDT, S.d.

imperativo do amor, princípio que seria responsável, a um só tempo, pela civilização desses homens e mulheres e pela delimitação e evidenciação de uma identidade nacional. Magalhães e seus companheiros pretendem, inicialmente, civilizar, ou ainda, transformar as idéias e os hábitos dos homens e mulheres da *boa sociedade*, fazendo-os ultrapassar o “egoísmo” em favor do modo de ser do amor, ou ainda, do interesse fundamental pelo bem da “pátria”. No entanto, os companheiros de Revista lançam mão de uma estratégia específica para realizarem seu projeto civilizador, a saber, trabalham na caracterização e na evidenciação de uma identidade nacional vigorosa também com o intuito de sensibilizar seus leitores, provocando-os à assunção do modo de ser do amor, e isto a despeito de uma decisão racional originária. Se, por um lado, anotam que pretendem disponibilizar lições úteis, especialmente através da economia política, lições que levariam a “nação” ao progresso moral e material, por outro lado, reconhecem uma outra necessidade complementar, a de emocionar e convencer os homens e mulheres “egoístas” a concretizar determinadas lições em nome do “bem comum”, por isto insistem na “literatura” e nas “artes”, insistem nelas porque elas seriam capazes de “animar a indústria”, “enchendo de glória e de orgulho”. Trata-se, portanto, de oferecer “lições úteis”, ou ainda saberes objetivos, fundamentais à exploração da natureza e à administração das riquezas e, a um só tempo, compor imagens e enunciados capazes de “encher de glória e de orgulho” o que, por sua vez, animaria ainda mais os homens.

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na *Revista Brasiliense*. As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e de orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que é *justo, santo, belo e útil*, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização e tocar ao ponto da grandeza, que a Providencia lhe destina. (Magalhães et al., 1978.)

O que está em questão aqui é a evidenciação e a caracterização de uma identidade nacional vigorosa e promissora, e isto com um objetivo específico, o de civilizar os homens e mulheres da *boa sociedade*, ou ainda, de “animá-los” a produzir riquezas em nome do “bem comum”. Trata-se, no entanto, de uma caracterização especial, determinada por elementos subjetivos, ou ainda, uma

caracterização sentimental⁵. Dizendo ainda de outra maneira, Magalhães e seus companheiros lançam mão de sentimentos como o “amor” e o “orgulho” para caracterizar a “nação”, método que, além de delimitar e de evidenciar uma identidade nacional, acabaria sendo determinante na sensibilização dos seus leitores. Em última instância, os “brasileiros”, “egoístas”, passavam a ser um conjunto originário e homogêneo de homens e mulheres que se encontravam diante de algo “amável”, digno de “desejo” – a própria totalidade “Brasil”, e mais, que nutriam orgulho pela “pátria”. Segundo Magalhães e seus companheiros, os homens e mulheres da *boa sociedade* abandonariam suas inclinações e se dedicariam à “nação”, porque amando e orgulhando-se dela, passariam a orgulhar-se de si mesmos, e isto porque cada um se descobriria, de súbito, fazendo parte constitutiva de uma totalidade vigorosa e promissora – o “Brasil”. O que está em jogo aqui é a instauração de uma dependência mútua, ou seja, a “nação”, vigorosa e promissora, dependia da dedicação de cada um e, por conseguinte, cada um se sentiria protegido, ou ainda em casa, confiante e corajoso. Os companheiros de *Revista* criam que a ordem sentimental responsável pela caracterização da identidade nacional oferecia contentamento a cada “cidadão”, provocando experiências como a do pertencimento e a da confiança, a da coragem e a do próprio amor. Enfim, pretendiam seduzir e provocar os “cidadãos”, até então “egoístas”, a aderirem à “nação”, “elevando suas almas”, provocando “brio” e asseguramento⁶.

Magalhães e seus companheiros criam que homens e mulheres “egoístas” não seriam capazes de abrir mão de seus desejos mais idiossincráticos e de aderir, por conseguinte, ao seu projeto civilizador, se não experimentassem totalidades

⁵ Nossa análise visa a descrever e a compreender os critérios subjetivos elencados pelos redatores da *Revista*, em seu intuito de caracterizar a “nação” e de civilizar o Império do Brasil. Esses critérios subjetivos são o “amor” e o “orgulho” pela “pátria”.

Já o que chamamos de critérios objetivos fundamentais à determinação de uma identidade nacional são, segundo Hobsbawm, a língua, a etnia, o território comum, traços culturais comuns e uma história comum. O único critério objetivo que analisamos ao longo do capítulo é o da história comum. Esta nossa análise do projeto nacional e civilizador de Magalhães, de Torres Homem, de Porto-alegre e de Pereira da Silva, através da *Revista Niterói*, partindo da descrição e da compreensão de critérios subjetivos, bem como a própria possibilidade de estabelecimento de tais critérios é debitada a HOBSEAWM, 1998, p. 11 et. seq.

⁶ De acordo com Eric J. Hobsbawm, o ponto de determinação da nação moderna, ou seja, a condição de possibilidade para que a nação moderna se concretizasse fora a instauração de um sentimento de pertencimento fundado, por sua vez, na convicção de que a nação era fundamental à existência de todos – “(...) de que ela é, em alguns sentidos, fundamental e básica para a existência social de seus membros e mesmo para sua identificação individual (...)”. (HOBSEAWM, 1998, p. 14)

Quanto à predicação dos termos “amor” e “orgulho”, ver SILVA, 1922 (1813), p. 124 e 372.

caracterizadas pelo “amor” e pelo “orgulho”, sentimentos que seriam determinantes à emoção e à satisfação de seus leitores (“egoístas”).

Tal é o fim a que se propõem os autores desta Revista, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional. (Magalhães et al., 1978.)

Os autores da *Niterói* reafirmam seu projeto civilizador a cada linha da apresentação, a saber, o de orientar o “Brasileiro” a bem-querer a todos, a pensar e a agir a partir do amor à “glória nacional”, imperativo que seria suficiente à superação do modo de ser egoísta, e isto porque ofereceria satisfação a cada um. Através de “considerações sobre todas as matérias” os homens aprenderiam lições úteis, ou ainda, instruções objetivas acerca de como deveriam se relacionar uns com os outros e, especialmente, de como deveriam produzir e administrar adequadamente as riquezas colhidas junto à natureza. Mas não bastaria ensinar lições úteis, algo mais seria necessário, e isto porque a maioria dos homens e mulheres da *boa sociedade* não estaria disposta a aprender e a realizar essas lições espontaneamente, a partir de uma decisão racional originária. Todas essas “considerações” que prometem orientar adequadamente através de instruções objetivas, também possuem a função de seduzir os sentidos, de manipulá-los através da utilização de totalidades como “pátria” e “nação” e de precipitar os homens e mulheres à ação adequada de forma imediata, ou seja, sem a participação originária da razão. Dizendo ainda em outras palavras, os redatores da *Niterói* entendiam que não era missão nada simples a de convencer e de corrigir as idéias e os hábitos profundamente “egoístas” dos homens e mulheres da *boa sociedade*, missão que precisaria ser concretizada a partir da utilização de duas estratégias complementares, a saber: 1) a disponibilização de “lições úteis” a todos, caminho que contava com a mobilização originária do aparato racional de seus leitores e, a um só tempo 2) a manipulação dos sentidos através das totalidades mencionadas, método que provocaria satisfação a cada um e a adesão à “nação” a despeito da própria razão, e isto para que se tornasse possível, num

segundo momento, a própria concretização das “lições úteis” disponibilizadas - estratégia que faz reparar a influência de Schiller sobre os companheiros⁷.

Para concretizar esse objetivo, o de manipular seus leitores através dos sentidos, os redatores da Niterói lançaram mão de totalidades tais como “Brasileiro”, “pátria” e “nação”, imagens que fariam com que os seus leitores experimentassem sentimentos como o “amor” e o “orgulho” e, por conseguinte, os de pertencimento, confiança e coragem, tornando-os dependentes em relação à “nação”. Em outras palavras, os companheiros pretendiam fazer nascer, através da dependência e da satisfação de cada um em relação à “nação”, um carinho espontâneo (natural) e intenso, o que provocaria a civilização das idéias e dos costumes “egoístas” e, ao fim, a própria concretização da nação⁸.

⁷ Como afirma Schiller: “A mais urgente necessidade da nossa época parece ser o enobrecimento dos sentimentos e a purificação ética da vontade, pois muito já foi feito pelo esclarecimento do entendimento. Não nos falta tanto em relação ao conhecimento da verdade e do direito quanto em relação à eficácia desse conhecimento para a determinação da vontade, não nos falta tanta *luz* quanto *calor*, tanta cultura filosófica quanto cultura estética. Considero esta última como o mais eficaz instrumento da formação do caráter e, ao mesmo tempo, como aquele que é inteiramente independente do estado político e que, portanto, deve ser mantido mesmo sem a ajuda do Estado”. (Apud BARBOSA, 2004. p. 28). Ver também SCHILLER, 2002 e 2009.

Em última instância, Magalhães e seus companheiros não criam que apenas a lógica, ou seja, que a argumentação estritamente racional, seria suficiente à civilização dos homens e mulheres que compunham a *boa sociedade*, e isto em mão inversa a contemporâneos como Frederico Leopoldo César Burlamaque, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Burlamaque escrevia a favor de concepções semelhantes às de Magalhães e de seus companheiros, em especial no que tange à necessidade de se abolir a escravidão, no entanto o seu método é estritamente “lógico”, como afirma. O autor compreende que os homens e mulheres da *boa sociedade* seriam “egoístas”, o que significa como aqueles que se dedicam exclusivamente à realização de suas inclinações, e cria, no entanto, que este público se dedicaria à leitura atenta de suas obras e que seria capaz de uma decisão racional originária a favor do ultrapassamento do próprio modo de ser egoísta. Acompanhem: “Com efeito, as demonstrações dependentes de idéias abstratas exigem talentos consumados, uma lógica forte e clara, o que não está ao alcance de todos. E, demais, o raciocinar sobre coisas cuja realização só pode verificar-se no futuro arrisca o raciocinador a passar por falso profeta no espírito do comum; mas demonstrar o que todos observam, o que todos sentem, nada há mais fácil. Uma tal demonstração não entra no número de coisas possíveis, mas no das coisas reais e existentes, basta apresentar os fatos tais quais eles são e um cálculo sem réplica (...)”. (BURLAMAQUE, 1988, p. 105)

⁸ Magalhães e seus companheiros se dedicaram à superação do modo de ser do egoísmo, e isto através da disponibilização de lições úteis e, a um só tempo, a partir da manipulação dos sentidos de seus leitores. As lições úteis eram oferecidas através de enunciados científicos e a manipulação dos sentidos resultava de um jogo retórico no interior do qual os companheiros de Revista evidenciavam imagens de totalidade (nação, pátria Brasileiro etc.) capazes de instaurar sentimentos como amor, orgulho, pertencimento, confiança e coragem. O que está em jogo aqui é a tarefa de caracterizar, evidenciar e de naturalizar uma identidade que não era efetivamente compartilhada e seguia sendo uma espécie de imagem restrita a determinados homens e mulheres comprometidos com a construção do Estado imperial a partir do Rio de Janeiro e de províncias contíguas. Aí, o esforço de Magalhães e de seus companheiros no sentido de assumir a tarefa de caracterização, evidênciação e de naturalização da nação brasileira coincide com a *expansão para dentro* realizada a partir do Rio de Janeiro e de áreas contíguas. Melhor dizendo, Magalhães e seus companheiros participaram, à sua maneira - criticando a moralidade dos homens que compunham o Estado e a própria escravidão - da tarefa de construção de um lugar para a nação (Cf.

Os companheiros de Revista se utilizaram de uma determinada estratégia para forçar a *boa sociedade* a agir e a pensar a partir do amor à “pátria”. Magalhães e seus companheiros investiram na confecção de textos que ofereceriam lições úteis ao bem de todos, mas algo mais sustentava seus escritos, qual seja o método de superpor termos como “pátria”, “país” e “nação”, de superpô-los e de fazê-los significar e evidenciar uma e a mesma coisa – todos, e, por conseguinte, de sensibilizar homens e mulheres “egoístas”, forçando-os a experimentar determinadas totalidades, conduzindo-os, através delas, à vivência de sentimentos como o amor e o orgulho, o pertencimento, a confiança e a coragem, vivência que os provocaria a agir, daí por diante, em nome do ente – todos, e isto a despeito de uma adesão racional originária.

Em verdade, destacamos, a partir da apresentação da *Revista*, dois interesses fundamentais de Magalhães e de seus companheiros, a saber: 1- caracterizar e evidenciar uma identidade nacional e 2- civilizar o Império. Para realizar seus interesses, os companheiros lançaram mão de duas estratégias complementares. Em relação à consecução do primeiro interesse, o da caracterização e evidenciação de uma identidade nacional, fora fundamental a resignificação de termos como “pátria”, “país” e “nação”, termos que, no interior de seus textos, reuniam as múltiplas identidades que compunham o Império do Brasil, a partir da imagem de uma totalidade mais originária que qualquer diferença⁹. Para a civilização dos “brasileiros”, o segundo interesse destacado, os

GONÇALVES, 2009), ou ainda, de seu processo de corporeificação, o que fora fundamental à construção do Estado imperial. Ilmar Rohloff de Mattos anota que a *expansão para dentro* se tratou do “papel da coroa na manutenção da ordem e na difusão da civilização, em uma experiência histórica na qual a um império correspondiam um único Estado, um território unificado e contíguo e uma nação (...)” (MATTOS, 2009, p. 43).

E sobre a evidenciação e naturalização de um ente coletivo através de imagens de totalidade, o mesmo historiador afirma: “(...) a uma associação que era historicamente construída, buscava-se dar a aparência de natural. Se os novos cidadãos do novo Império do Brasil já não eram portugueses americanos, não deixavam de ser pernambucanos, bahienses, paulistas ou mineiros; todavia; não deviam ignorar que desde então, eram acima de tudo brasileiros. As identidades locais e regionais forjadas durante os trezentos anos da colonização portuguesa eram deslocadas em proveito de uma nova identidade, a ela articulando-se e subordinando-se como frações de uma mesma unidade”. (Id., 2010, p. 114)

⁹ Os dicionários da época evidenciaram e intensificaram a redefinição do termo nação, termo que possuía em sua origem um significado étnico identificado à descendência ou à *gens*, e que conquista, ao longo do século XIX, especialmente, um conteúdo político. O *Vocabulário Portuguez e Latino*, do padre Raphael Bluteau, publicado em 1716, registrava a significação étnica do termo, pois como podemos ler: “Nisso se diferencia nação de povo, porque nação compreende muitos povos, assim Beirões, Minhotos, Alentejões, & c. compõem a nação Portuguesa; Bávaros, Saxões, Suábios, Hamburguenses, Brandenburgenses, & c. compõem a nação Alemã; Castelhanos, Aragoneses, Andaluze, & c. compõem a nação Espanhola (Apud PAMPLONA,

companheiros utilizaram esses termos, incessantemente, com o intuito de provocar a experiência do amor, do orgulho, do pertencimento, da confiança e da coragem e, por conseguinte, emocionar e satisfazer os “brasileiros”, forçando-os a assumir o compromisso de agir em nome do “bem comum”.

Magalhães e seus companheiros fazem nascer um projeto nacional na medida mesmo em que resignificam e aproximam termos como “pátria”, “país”, “nação” e “Brasileiro”, fazendo-os significar uma totalidade originária fundamental ao bem de todos. Aí, caracterizam esta totalidade subjetivamente lançando mão de sentimentos como o amor e o orgulho e insistem, então, num projeto civilizacional marcado pela necessidade de provocar os homens e mulheres da *boa sociedade* - através da razão e dos sentidos -, a pensar e a agir orientados pelo amor, ou ainda, em favor do “bem comum”. Em verdade, se dedicaram a oferecer “lições úteis” a todos os seus “concidadãos” e a lançar mão dessas imagens de totalidade para provocar a experimentação de sentimentos como o “amor”, o “orgulho”, o pertencimento, a confiança e a coragem, sentimentos que originariam a satisfação dos “brasileiros” e, por conseguinte, a concretização de uma “nação” amorosa.

2009, p. 162). Já na 6ª edição do Dicionário Moraes Silva, publicada em 1858, o termo nação apresenta uma espécie de recunhagem semântica e, através de seu conteúdo político, articula e subordina inúmeras identidades étnicas evidenciadas por Bluteau como nações, senão vejamos: “**Nação**, s. f (do Lat. *Natio*) A gente de um país, ou região, que tem língua, leis, e governo à parte: v.g. a nação *Francesa, Espanhola, Portuguesa* (...)”. O Dicionário Moraes Silva continua sua definição, agora junto a outro conceito, o de povo – “**Nação, Povo**. *Sin.* No sentido literal e primitivo. A palavra *nação* indica uma relação comum de nascimento, de origem; e *povo* uma relação de número, e de reunião. A *nação* é uma dilatada família; o *povo* é uma grande reunião de seres da mesma espécie. A *nação* consiste nos descendentes de um mesmo pai, e o *povo* na multidão de homens reunidos em um mesmo sítio. Em outra acepção a palavra *nação* compreende os naturais do país; e o *povo* todos os habitantes. Um *povo* estrangeiro que forma uma colônia em país longínquo continua ainda a ser Inglês, Português, Espanhol etc. é-o por *nação*, ou de origem. Diversos *povos* reunidos, ligados por diferentes relações comuns em um mesmo país, formam uma *nação*; e uma *nação* se divide em vários *povos*, diversos uns dos outros por diferenças locais e físicas, ou políticas e morais. A *nação* está intimamente unida ao país pela cultura, ela o possui; o *povo* está no país, ele o habita. A *nação* é o corpo dos cidadãos; o *povo* é a reunião dos reínicos. Uma *nação* divide-se em muitas classes; o *povo* é uma delas; é a parte mais numerosa de que a *nação* é o todo” (Apud PAMPLONA, 2009, p. 164-165). Para uma interpretação detida da semântica apresentada acima, ver Ibid., p. 163 et. seq. e PEREIRA, 2009.

2.2.

Gonçalves de Magalhães: a civilização pela literatura

2.2.1.

O “espírito do povo”, a literatura e a natureza¹⁰

O artigo de Gonçalves de Magalhães sobre literatura, intitulado – “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, publicado no número 1 da Revista Niterói, torna-se, a partir daqui, nosso objeto. Começamos nossas considerações pelo próprio título. Vemos que o signo “Brasil”, que encontramos na apresentação da Revista, também se faz presente no título do artigo de Magalhães, conferindo ritmo a seu texto. Magalhães põe-se, então, a escrever um ensaio sobre o “Brasil”, tratando essa entidade totalizante como natural, inviabilizando, uma vez mais, a própria questão que pergunta pela sua concretude, e isto, de chofre, já no título de seu ensaio, antes mesmo de iniciar propriamente a redação de seus parágrafos.

Ainda sobre o título, outro signo sem significado efetivamente compartilhado, à época, aparece, a saber – “literatura do Brasil”, ou ainda brasileira. E antes mesmo que se possa questionar a concretude dessa totalidade, Magalhães trata de apresentar a sua história. Ou seja, além da apresentação sumária da totalidade Brasil, como se ela fora natural, ou ainda, como se possuísse um significado homogêneo e compartilhado pela maioria dos homens e mulheres no Império, o autor afirma que isto que é o Brasil possui uma literatura própria, e anuncia sua história, “a história da Literatura do Brasil, “que (como) toda a história, como todo o drama, supõe lugar de cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa e um fim” (Gonçalves de Magalhães, p. 142. Grifo nosso)¹¹. Não obstante a promessa

¹⁰ Sobre o termo “espírito do povo”, vale anotar que o próprio Magalhães utiliza-o, como podemos acompanhar: “E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças e costumes, a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade; sua voz como um eco imortal repercute por toda a parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto da terra um povo existia, cujo nome eu só conservo, cujo heróis eu só conheço; vós porém, se pretendeis conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi”. (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 132)

¹¹ No interior do texto de Magalhães, contar a história da literatura do Brasil é contar, também, a história do Brasil, ou melhor, significa apresentar a evolução dos acontecimentos ao longo dos tempos no Brasil, e isto a partir de uma medida orientadora, a partir de sentidos como liberdade e independência, sentidos teleológicos que fundam uma identidade ontológica que teria se desvelado

de determinar a literatura brasileira, ou ainda a história do Brasil, através da exposição e da análise de poetas e de textos que teriam sido responsáveis pela organização e evidenciação de uma identidade sobranceira, Magalhães, triste e desiludido em função da descoberta de uma história e de uma poesia marcadas pelo modo de ser do egoísmo, dá um passo atrás em sua promessa, e a própria noção de literatura brasileira passa a aparecer sub-repticiamente sem a determinação objetiva prometida, ou seja, o autor não é capaz de sublinhar e de descrever, ao longo do texto, os autores e as obras que de início havia prometido¹².

progressivamente. Segundo Valdei Lopes de Araújo: “No texto de Magalhães, a literatura assume funções que, na modernidade, seriam atributos característicos do conceito de história. Não dispondo ainda de um conceito de história que pudesse designar esse novo campo e experiência que se abre, *i.e.*, o do passado como desenvolvimento progressivo de uma identidade, Magalhães sobrecarrega o próprio conceito de literatura, que, além de designar a necessária representação da realidade, passa a nominar a própria realidade expressa. Magalhães poderia então dizer que o homem age no mundo produzindo literatura”. (ARAÚJO, 2008, p. 121)

¹² Gonçalves de Magalhães logo revelara seu embaraço: “Através porém das espessas trevas em que estavam mergulhados os homens no novo continente, viram-se alguns gênios superiores brilhar de passagem, bem semelhantes a essas luzes errantes, que o peregrino investigador admira em solitária noite nos desertos do Brasil, sim, eles eram como os Pírilampos, que no meio das trevas fosfoream. E poder-se-á com razão acusar o Brasil de não ter produzido gênios de mais subido quilate? Mas que povo escravizado pode cantar com harmonia, quando o retinido das cadeias e o ardor das feridas sua existência torturam? Que colono feliz, inda com o peso sobre os ombros, e curvado para a terra, a voz ergueu no meio do Universo, e gravou seu nome nas páginas da memória? Quem, não tendo o conhecimento de sua própria existência e só de cenas de miséria rodeado, pôde soltar um riso de alegria e exalar o pensamento de sua individualidade? Não; as Ciências, a Poesia e as Artes, filhas da Liberdade, não são partilhas do escravo; Irmãos da glória, fogem do país amaldiçoado onde a escravidão rasteja, e só com a Liberdade habitar podem” (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 143). Valdei Lopes de Araújo percebeu a intenção de Magalhães em investigar o passado e em construir uma história da literatura do Brasil orientada pelo princípio da Liberdade. Segundo Valdei Lopes de Araújo, a Independência política do Brasil em relação a Portugal fora responsável pelo estímulo de Magalhães e de seus companheiros, acontecimento experimentado como revolucionário, sendo considerado a própria assunção da liberdade, liberdade que passaria a ser a medida utilizada para se compor a história do Brasil, como podemos ler: “Com a abertura dessa nova época, também se revela o sentido de sua história, ou seja, a constituição de uma nova nação, de uma pátria [...] A escrita da história literária pode agora, a partir desse princípio básico orientador, estudar o passado e selecionar aqueles momentos constitutivos que apontavam para a Independência. Esse princípio orientador é o que difere o procedimento básico da história da literatura, ou seja, a seleção e valorização dos momentos constitutivos, da simples coleção de obras e nomes que empreendera Januário da Cunha Barboza na sua história literária”. (ARAÚJO, op. cit., p. 127-128)

No entanto, na medida em que investigava a história da literatura do Brasil Magalhães compreendia que a liberdade não havia se manifestado ao longo da colonização e mais, que ela não havia sido conquistada em 1822, e que precisava ser conquistada ainda em 1836, e isto porque o Império do Brasil ainda estava repleto de homens e mulheres “egoístas” que determinavam a sua decadência. Magalhães ia abandonando a noção de liberdade como medida organizadora da história do Brasil, e isto porque o Brasil não a havia experimentado até então. Acontecimentos como o 7 de setembro e o 7 de abril, este mais do que aquele, são descritos por Magalhães como fundamentais à implementação da liberdade, no entanto, eles não eram por si só revolucionários, era necessário que uma reforma radical fosse implementada, o que significa dizer que era preciso instaurar o modo de ser do amor, modo de ser que era compreendido como condição de possibilidade para a fundação de um governo liberal nos moldes do que estava ocorrendo na

Magalhães e seus companheiros insistem sim, desde o prólogo da Revista, em presentificar totalidades articuladoras como “Brasil”, “pátria”, “nação” e “Brasileiro”, caracterizando-as sentimentalmente e tomando-as como realidades naturais, evitando, assim, a própria colocação de questões radicais acerca da existência mesmo desses entes. Ou seja, se, num primeiro plano, percebe que não seria capaz de apresentar uma história da literatura brasileira orientada por sentidos como a liberdade e pelo modo de ser do amor, e isto porque o modo de ser egoísta teria se tornado fundamental, tendo determinado, inclusive, os poetas mais relevantes, num segundo plano, entretanto, Magalhães insiste em manipular totalidades como a própria “literatura brasileira” com o objetivo de forçar os homens e mulheres da *boa sociedade* a experimentar sentimentos como amor, orgulho, pertencimento, confiança e coragem, sentimentos que provocariam a assunção do modo de ser amoroso, fazendo, por conseguinte, com que os “brasileiros” se doassem à promoção do bem da “pátria” e concretizassem as lições fundamentais ao bem de todos. A totalidade “literatura brasileira” passa a ser utilizada com o intuito precípua de aprofundar a crença na “nação” e de forçar os homens e mulheres da *boa sociedade* a aderirem a ela e a adquirirem idéias e hábitos amorosos. Movimento que, por sua vez, ia sedimentando a própria identidade nacional e provocando o progresso moral e material da “pátria”

Orientado por esse projeto, Magalhães escreve um texto sobre a história da literatura brasileira e o publica na *Niterói*. Inicia-o apresentando mais uma totalidade articuladora - o povo. Afirma que o povo (a totalidade dos homens e mulheres do Império) tem uma literatura própria, preparando, assim, a noção de “literatura de um povo”. Magalhães segue em seu objetivo de denegar, sempre que possível, a determinação objetiva e a explicitação exaustiva de totalidades originárias e homogêneas, nesse caso a “literatura de um povo”, utilizando-as, sim, como ente performático fundamental à essencialização da identidade nacional e à sensibilização de homens e mulheres “egoístas”, buscando emocioná-los e forçá-los à adesão sincera ao *éthos* do amor, provocando-os, também, ao acolhimento das “lições úteis” disponibilizadas no interior da *Revista*, senão vejamos:

França. Para um estudo mais aprofundado sobre a maior importância que o 7 de abril ia ganhando em relação ao 7 de setembro, ao longo da década de 30 do Oitocentos, ver MATTOS, 2009, p. 19.

A Literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória e o reflexo progressivo de sua inteligência¹³.

Ao falar da “Literatura de um povo”, Magalhães está provocando uma dupla denegação. O autor subtrai a possibilidade de existirem múltiplos povos, múltiplas possibilidades adequadas de ser dentro de um mesmo espaço – o Império do Brasil, bem como invalida as múltiplas possibilidades de literatura, que apareceriam em torno de cada um desses povos, em torno das experiências e expectativas próprias a cada um desses grupos. Seu movimento é o de acusar uma força unificadora que pré-existiria, que existiria antes mesmo do fazer literário, e que tomaria a pena dos literatos e os faria escrever exatamente de acordo com determinados sentidos essenciais. Literatura passa, então, a ser representante de um espírito vigoroso, do “espírito do povo” que unifica todos os brasileiros em um ser “Brasileiro”. O que está em jogo aqui é a presentificação de imagens de totalidade que, mesmo subjetivas e vagas, ou melhor, porque subjetivas e vagas, sem determinações objetivas e exaustivas, teriam o poder de reunir os homens e mulheres da *boa sociedade*, “egoístas” e diferentes entre si, de emocioná-los e forçá-los a agir a partir da medida - todos, os orientado, assim, pela medida do amor e convencendo-os a praticar determinadas lições objetivas, estas sim concretíssimas, disponibilizadas na *Revista*. Ao fim, o discurso de Magalhães conta, ainda, com uma promessa sedutora, a saber, a promessa de que a concretização do espírito do povo significaria, necessariamente, a realização e o progresso de cada um¹⁴.

¹³ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 1. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978 (1836), p. 142. Daqui por diante, faremos as devidas referências no corpo do texto.

¹⁴ Segundo Magalhães, e isto orientado por Victor Cousin e pela sua leitura de Hegel (ver Antonio Paim, 1996, p. 27-30), os particulares e o universal, apesar de diferenciados, se co-pertencem, e isto porque aqueles são orientados, em última instância, pela medida do universal. Como afirma Magalhães: “Por uma espécie de contágio, uma idéia lavra entre os homens de uma época; reúne-os todos numa mesma crença; e seus pensamentos se harmonizam, e para um fim só tendem. Cada época representa então uma idéia, que marcha escoltada d’outras, que lhe são subalternas, como Saturno rodeado de seus satélites; ela contém, e explica as outras idéias como as premissas no raciocínio contém e explicam a conclusão. Essa idéia é o espírito e o pensamento mais íntimo de uma época é a razão oculta de todos os fatos contemporâneos” (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 134-135).

Segundo Cousin: “La vie de l’humanité se compose d’un certain nombre d’événements qui se suivent, mais dont chacun, considere em lui-même, forme un tout distinct qui a ses parties; um drame plus ou moins long, qui a ses commencements, son progrès et sa fin. Ces différents drames sont liés différents époques de l’humanité (...) mais enfin, que sais-je em dernière analyse? Que

Magalhães afirma, em última instância, que a literatura não deveria obedecer às múltiplas realidades, às incontáveis unidades de sentido que fundavam o Império do Brasil, e isto por serem elas apenas superficiais. O autor destaca, ao contrário, que os literatos deveriam deixar-se conduzir pelo fundo unificador da multiplicidade do real – o “espírito do povo” –, espírito esse que seria um conjunto de sentidos fundamental à existência de todos, sem exceção. Mas o que seria, mais propriamente, esse “espírito do povo”? Para nos aproximarmos da resposta de tal questão, devemos, antes de tudo, compreender o que significa literatura, ou melhor, o que é isto que é a “literatura de um povo”. Temos, portanto, duas tarefas, a primeira é a de conquistar a compreensão acerca da noção de literatura e, a segunda, é a de compreender melhor o que significa este algo telúrico e unificador, que é o espírito do povo.

A literatura é um exercício que visa a “desenvolver”, o que significa evidenciar amiúde, o que deve ser e instruir adequadamente. Ela é um exercício reflexivo responsável pela tarefa de perceber (organizar) e de evidenciar as idéias e os costumes que precisavam ser concretizados, ou seja, os sentidos necessários à boa existência de todos no interior do “Brasil”, uma atividade que poderia ser levada a cabo pela história, pela filosofia e pela poesia, pela química e pela física ou ainda pela astronomia e pela economia política¹⁵.

l’humanité a maintenant tel age, qu’elle a éprouvé divers accidents plus ou moins remarquables, ici par telle cause, là par telle autre (...) Mais mes besoins finissent-ils là, et n’ai-je plus rien à savoir et à chercher sur l’humanité et sur le monde? (...) Mais cet accidentel, dirá-t-on, c’est précisément le réel? Assurément mais le réel ce n’est pas le vrai. Le réel ne tombe sous la connaissance que par son rapport à la vérité qu’il réfléchit, à laquelle il est conforme. C’est dans cette conformité que le réel a sa vérité; c’est par le rapport éternel de la réalité à la vérité que la réalité est éternellement vraie; c’est par le rapport éternel de l’accidentel au nécessaire que l’accidentel lui-même est nécessaire (...) (COUSIN, 2002, p. 189-191).

Este problema fora colocado de forma semelhante na Alemanha Oitocentista por Kant, acompanhemos: “De um ponto de vista metafísico, qualquer que seja o conceito que se faça da *liberdade da vontade*, as suas *manifestações (Erscheinungen)* – as ações humanas –, como todo outro acontecimento natural, são determinadas por leis naturais universais. A história, que se ocupa da narrativa dessas manifestações, por mais profundamente ocultas que possam estar as suas causas, permite todavia esperar que, com a observação, em suas linhas *gerais*, do jogo da liberdade da vontade humana, ela possa descobrir aí um curso regular – dessa forma, o que se mostra confuso e irregular nos sujeitos individuais poderá ser reconhecido, no conjunto da espécie, como um desenvolvimento continuamente progressivo, embora lento, das suas disposições originais (...) (Kant, 1986, p. 9). Para o caso alemão ver KOSELLECK, 2006, especialmente o capítulo intitulado “História Magistra Vitae” e Id., 1997, especialmente o capítulo “Le concept d’histoire”. Ver, também, o problema da historicização da noção de civilização em ARAÚJO, 2008, p. 104-105.

¹⁵ Cabe fazer referência, aqui, a diferentes concepções de literatura disponíveis nas décadas de 30 e de 40 do Oitocentos. Por um lado, por exemplo, temos o general José Inácio de Abreu e Lima, que em seu texto “Bosquejo histórico, político e literário”, de 1835, anota que a literatura se restringia a um exercício de evidenciação e de intensificação das ciências exatas, restando à história e à

Através da literatura, o espírito do povo ganhava evidência e requeria fidelidade aos seus sentidos. O que significa dizer que o literato tinha acesso privilegiado aos sentidos (idéias e costumes) próprios ao “Brasil” e que deveriam ser concretizados em favor de seu progresso moral e material. Assim, caberia à literatura a missão de “desenvolver”, de evidenciar e, evidenciando, de “despertar a glória” do espírito do povo brasileiro, conferindo a ele vigor cada vez maior, ou melhor, a possibilidade de se inteiriçar, e isto porque a literatura seria o próprio “reflexo progressivo de sua inteligência”. Enfim, o que temos aqui é uma espécie de relação privilegiada entre a literatura e o “espírito do povo”, a literatura uma espécie de âmbito privilegiado à evidenciação contínua do “espírito do povo”, e esse último um conjunto de sentidos, ou seja, de idéias e costumes essenciais à existência no Brasil.

Isto que é o “espírito do povo” aparece, então, como sendo um conjunto de sentidos necessários ao desenvolvimento do Império do Brasil e, também e mais propriamente, como uma noção performática que oferece um sentimento de comunidade capaz de provocar experiências como a do amor, a do orgulho, a do pertencimento, a da confiança e a da coragem, o que satisfaria os homens e mulheres da *boa sociedade*, forçando-os a abandonar o “egoísmo”.

O “espírito do povo”, bem como outras totalidades unificadoras, resguarda uma espécie de condição ambígua, de equivocidade, e isto porque os companheiros de *Revista* não estariam interessados, por mais das vezes, em determiná-las e explicitá-las à exaustão, propriamente. Eles insistem na arte retórica de manipular essas totalidades no sentido mesmo de provocar em seus leitores uma experiência sensorial, forçando-os a agir por amor e a intensificar as lições propostas na *Niterói*¹⁶. Segundo Magalhães, junto a Araújo Porto-alegre, a

poesia posição “acessória”. Por outro lado, Santiago Nunes Ribeiro escreve, na “Minerva Brasiliense”, no ano de 1843, que a literatura seria “a totalidade dos escritos literários ou científicos”, na senda de Gonçalves de Magalhães e de seus companheiros.

Outro aspecto importante a ser destacado na reflexão de Santiago Nunes Ribeiro é a relação necessária entre a literatura e as instituições de um povo, suas idéias e hábitos. Segundo o autor, e isto junto a Magalhães e seus companheiros, o conjunto de saberes que constituíam a literatura deveria evidenciar e intensificar os sentidos próprios a determinado espaço físico, sentidos que se mostrariam de forma progressiva. Ver GONÇALVES, 2009, p. 446 et. seq. e SÜSSEKIND, 1990, p. 83 et. seq.

¹⁶ Compreendemos que a literatura de Magalhães estava comprometida com a formação dos homens e mulheres da *boa sociedade*, uma formação que, segundo o autor, deveria, mas que não poderia ser realizada pelo Estado em construção, pois este ia se constituindo como um âmbito preenchido por homens “egoístas” e “amorais”. Essa literatura estava comprometida com uma pedagogia em tudo particular, uma pedagogia que se concretizava, sobretudo, a despeito da razão e

Torres Homem e a Pereira da Silva, a atmosfera na qual estavam inseridos não era propícia à determinação e à explicitação objetiva e detalhada de identidades unificadoras como o “espírito do povo”, a “nação” e o “Brasileiro”, e isto porque os homens e mulheres “egoístas” não se deixariam convencer pela razão, ou melhor, pela argumentação precisa e analítica de que seu modo de ser, o do egoísmo, era inadequado. Os companheiros entendem que, em boa parte das vezes, esses homens e mulheres preocupados, exclusivamente, em concretizar suas inclinações, precisariam sentir-se amados, orgulhosos e assegurados para pensar e agir de forma correta, ou ainda, orientados pelo bem comum.

Restava oferecer “lições úteis” e, a um só tempo, preparar esquemas textuais repletos de totalidades articuladoras capazes de emocionar, de forçar os homens à assunção do amor e de viabilizar, daí por diante, a própria concretização do que seria útil a todos. Em outras palavras, a *Revista Niterói* disponibilizava “lições úteis”, bem-definidas, e isto, especialmente, através de seus artigos sobre astronomia, química, física e economia política, lições fundadas em enunciados científicos minuciosamente construídos, incapazes, por vezes, de colher a atenção dos seus leitores, incapazes de convencê-los a levá-las a cabo. Por outro lado, os redatores da *Revista* se preocuparam em construir enunciados que apelavam aos sentidos, sobretudo nos textos dedicados à poesia, à música, à história e à filosofia, provocando os seus leitores a experimentar totalidades articuladoras, essas sim capazes de emocionar, de sensibilizar, e de convencer seus leitores à assunção do modo de ser do amor, assunção fundamental ao próprio acolhimento e realização das “lições úteis”. Ao fim, quanto mais bem-definidas fossem as totalidades articuladoras em jogo, mais elas cobriam do público leitor paciência, dedicação e boa-vontade, e o que é mais significativo, paciência para com uma

mais, propunha sentidos e lições bem-definidos, a saber, o modo de ser da *caritas* e enunciados técnico-pragmáticos, compreensão que pretendia uma espécie de formação coletiva unívoca. Essa explicitação acerca do caráter formativo próprio à *Niterói* nos afasta, também, da compreensão de que Magalhães e seus companheiros teriam se dedicado a um ideal de formação do tipo alemão, ou se quisermos, a *Bildung*. E isto porque sua literatura, diferentemente daquela constituída no interior do Romantismo alemão, não era âmbito privilegiado a uma tensão entre sujeitos e obra, tensão a partir da qual nasceria uma espécie de “jogo produtivo”, na linguagem kantiana, e, por conseguinte, ganharia lugar um “leitor ampliado”, para me utilizar de um conceito caro a F. Schlegel. Dizendo ainda em outras palavras, não me parece existir na literatura de Magalhães e de seus companheiros um compromisso com a *Bildung* romântica alemã, e isto porque a sua literatura não se oferecia como espaço ideal à dialética entre o sujeito e a obra, fundamental à conquista da consciência de si e ao espessamento da consciência. Para uma compreensão mais detida da relação entre o Romantismo alemão e a literatura de Magalhães e de seus companheiros ver COSTA LIMA, 1993, p. 192 et. seq., SÜSSEKIND, 1990, p. 107 e ARAÚJO, 2008, p. 121. Para o problema da *Bildung*, ver BENJAMIN, 2002 e OLIVEIRA, 2006, p. 13 et. seq.

argumentação fundada em um modo de ser antípoda ao seu. Para os companheiros, essa cobrança não poderia ser restituída por um público determinado pelo egoísmo, o que significa dizer, por um público pouco dado a sentimentos como a paciência, a dedicação e a boa-vontade, em especial quando o tema em questão era a superação de seu próprio modo de ser, ou ainda, a negação de suas inclinações. Por isto mesmo, seria fundamental corrigir pelos sentidos, emocionando o leitor.

Magalhães segue se utilizando da totalidade – “espírito do povo”, e isto orientado pelo objetivo de provocar seu leitor, sempre uma vez mais, a emocionar-se e a agir e pensar conforme valores amorosos. Afirma que esse espírito, evidenciado pela literatura, não seria algo contra o qual se devesse digladiar, ao contrário, era o que havia de mais “sublime”, de mais “belo”, constituiria, enfim, o que era mais adequado, pois seria “o quadro animado das virtudes”, e virtude, aqui, deve ser compreendida como sendo um conjunto essencial de sentidos (idéias, valores e costumes) consonantes às necessidades oferecidas pelo espaço “Brasil” em qualquer coordenada espaço-temporal.

No ato mesmo de exercitar esse espírito, ou seja, de evidenciar determinados sentidos, a literatura iria aperfeiçoando, progressivamente, a “inteligência” de um povo, oferecendo ao povo a consonância necessária com o próprio real, ou seja, a sabedoria necessária para reconhecer o que deveria ser aprendido e concretizado por todos os “Brasileiros”. Entretanto, o objetivo de sensibilizar os leitores através de totalidades articuladoras é tão significativo, que Magalhães radicaliza sua estratégia e evidencia um “espírito do povo” vigorosíssimo, e isto, o que é curioso, em prejuízo da própria literatura. Acompanhem as duas próximas citações.

Mas existe no homem um instinto oculto, que, em despeito dos cálculos da educação, o dirige; e de tal modo este instinto aguilha o homem, que em seus atos imprime um certo caráter de necessidade, a que nós chamamos ordem, ou natureza das coisas. O homem colocado diante de um vasto mar, ou no cume de uma alta montanha, ou no meio de uma virgem e emaranhada floresta, certo, não poderá ter os mesmos pensamentos, as mesmas inspirações, como se ele assistisse aos olímpicos jogos, ou na pacífica Arcádia habitasse. (Magalhães, 1978, p. 147-148)

E continua mais adiante:

Tão geralmente conhecida é hoje esta verdade, que a disposição e caráter de um país a mais decisiva influência exerce sobre o físico e moral de seus habitantes, que nós a passamos como um princípio e cremos inútil insistir em demonstrá-la com argumentos e fatos por tantos naturalistas e filósofos apresentados. Aí estão Buffon e Montesquieu, que assaz a demonstram (Magalhães, 1978, p. 153).

Magalhães afirma que, independentemente de qualquer “educação”, independente da própria literatura, haveria algo de mais radical no sentido de orientar as ações dos “Brasileiros”, uma espécie de unidade articuladora transcendental de suas ações e reflexões, uma unidade capaz de colocá-los, necessariamente, em acordo com a natureza física, e, por conseguinte, em acordo entre si. O que o literato sublinha, seguindo sua estratégia “sedutora”, é que haveria uma espécie de conjunto de condições particulares - condições ligadas diretamente à natureza “brasileira” - tão vigoroso que produziria e ofereceria, autônoma e necessariamente, um conjunto específico de sentidos necessários a certo tipo de gente para a lida adequada entre si, e, também, em relação à própria natureza física. Aqui o autor anota que o “espírito do povo” teria sua origem nas condições naturais e que seria irresistível. Ou melhor, Magalhães afirma que a natureza “brasileira” seria tão vigorosa e, por conseguinte, seu espírito - o espírito do povo, que, independente de qualquer trama historial, da ação do homem, inclusive a do literato, determinados sentidos fundamentais sempre já se salientariam e orientariam os homens no interior do que chamavam de “Brasil”. Assim, Magalhães radicaliza seu projeto de naturalização, ou de essencialização se preferirmos, da identidade nacional, a despeito da literatura inclusive.

O que Magalhães está aprofundando, aqui, em última instância, é sua estratégia para a sensibilização dos homens e mulheres que compunham a *boa sociedade*, e isto em função de dois motivos, a saber: 1- porque oferece uma unidade articuladora vigorosa e irresistível – “o espírito do povo” -, o que a torna ainda mais sedutora, mas competente no sentido de provocar a experiência de sentimentos como o amor, o orgulho, o pertencimento, a confiança e a coragem e, por conseguinte, mais apta à provocação da assunção do modo de ser do amor e 2- porque faz com que a totalidade articuladora em jogo ganhe a condição de horizonte transcendental, ou seja, faz com que o ente espírito do povo - e, por extensão, as totalidades “Brasileiro”, nação e pátria -, seja compreendido como

condição de possibilidade, como um conjunto de sentidos metafísicos que sempre já se faria presente e orientador, tornando-se, ele mesmo, inapreensível, anterior a sua própria enunciação (ou definição); condição que acaba tornando essa totalidade indeterminável e, a um só tempo, incriticável. Aqui fala um Magalhães otimista, orientado pelo ideal schilleriano de sensibilização pela arte, e ainda crente na concepção schellinguiana de que a vida se realiza a despeito do homem e de seu saber e, ao fim e ao cabo, a despeito da própria literatura. Aliás, o literato seria, aí, apenas uma espécie de ente capaz de evidenciar, enquanto consciência, a evolução necessária da vida¹⁷.

Neste sentido, algo mais merece ser sublinhado, trata-se da estratégia que Magalhães mobiliza para explicitar isto mesmo que é a independência e o apriorismo da natureza “Brasil” em relação às tramas humanas e à literatura inclusive. Magalhães não explicita suficientemente esta natureza à qual se refere, fala rapidamente de um “vasto mar”, de “altas montanhas” e de uma “virgem e emaranhada floresta”, longe da tarefa de *cartografia* do “Brasil”, fundamental à época¹⁸. Não determina exaustivamente o espaço “Brasil”, não confere a ele uma fisionomia bem delimitada e própria em relação a outros espaços, mas intensifica seu trabalho de naturalização da totalidade “Brasil”, e isto através da ontologização que realiza do “espírito do povo”, o que equivale a dizer aqui e a essa altura, que intensifica seu projeto de naturalização da “pátria” e, por conseguinte, da “nação brasileira”. Magalhães faz com que o “Brasil” e a identidade “brasileira” apareçam como entes originários e indetermináveis, o que acabava por inibir quaisquer críticas e questionamentos acerca de sua própria existência, e isto, anotamos ainda uma vez mais, com o objetivo de resguardar as totalidades articuladoras em jogo, tornando-as robustas e irresistíveis, ideais à provocação dos homens e mulheres da *boa sociedade* à assunção do modo de ser

¹⁷ Sobre Schelling, Ricardo Barbosa anota que: “Como se trata aqui de uma oposição entre o saber e a ação, é preciso determinar como essa oposição é possível e se ela é legítima. Já que se admite o absoluto como identidade do ideal e do real, apenas duas possibilidades se apresentam: a de que o ideal manifeste sua essência na forma e no real, e a de que a forma e o real se dissolvam na essência. Esse duplo movimento consiste na ‘ação una do saber originário’. Mas como nele o ideal e o real são idênticos e inseparáveis, toda ação do saber absoluto deve conter essa duplicidade: seja na natureza, seja no mundo ideal, a identidade do real e do ideal se manifesta (...) A simples oposição entre o saber e a ação só pode resultar do ponto de vista da razão finita, mas esse ponto de vista é superado desde o absoluto”. (BARBOSA, 2010, p. 78-9)

¹⁸ Cf. SÜSSEKIND, 1990, em capítulo intitulado – “A literatura como cartografia”. A autora também afirma que os textos “científicos”, ao longo das décadas de 30 e de 40, textos como os que foram reunidos na *Niterói*, não se dedicaram, curiosamente, à determinação suficiente (exaustiva) do espaço físico Brasil.

do amor e à execução das lições práticas e bem determinadas oferecidas pela *Revista*.

Magalhães significa o conceito “país” como natureza física, sobrepondo-o à noção de “pátria”, e sublinha que a natureza física, o “país”, determina, necessária e autonomamente, toda e qualquer realização de sentidos adequados à boa-existência no interior do “Brasil”, e isto a partir de uma espécie de livre associação que realiza entre o discurso científico de cientistas europeus e suas reflexões. Aqui, o autor começa a determinar uma tese, a saber, a de que o “Brasil” seria um “país”, ou melhor, uma natureza física particular que determinaria a todos os seus habitantes, quisessem ou não, e que a literatura seria apenas a evidenciação tardia dos sentidos oferecidos e concretizados por essa natureza, a despeito, inclusive, dos “brasileiros”, conjunto de sentidos que podemos compreender como o “espírito do povo”.

O que Magalhães não faz, aqui, todavia, é explicitar exaustivamente essa natureza física, mostrando predicados que realmente lhe confirmam uma determinação específica, predicados menos gerais do que os que lemos acima, bem como faz uso da argumentação de Buffon e de Montesquieu, utilizando suas assinaturas, sem fazer referências detalhadas¹⁹. E isto, vale sublinhar, não porque fora incompetente, porque à sua época tal procedimento detalhado não fora comum, ou ainda porque estivesse mal-intencionado, mas porque esse era justamente seu método (sua estratégia), a saber, a construção e disponibilização, sub-reptícia, de unidades articuladoras vigorosas, irresistíveis (transcendentais) e indeterminadas capazes de emocionar e de provocar a experiência do amor e, por conseguinte, a realização de “lições úteis”. O Magalhães que nos interessa, neste momento, segue preocupado em provocar a civilização de homens e mulheres “egoístas”, ou seja, de forçar a assunção do modo de ser do amor, através da emoção, da manipulação dos sentidos, oferecendo totalidades articuladoras sedutoras marcadas pela condição transcendental, o que é o mesmo que dizer,

¹⁹ Em relação à necessidade de se evidenciar os predicados específicos da natureza, ou ainda, de se ter cuidado com cada detalhe dessa natureza, explicitando-os, o próprio Magalhães se manifestara de acordo, apesar de não realizá-lo em seu texto na *Niterói*, como anota: “O amante da verdade porém, por caminhos não trilhados, em tudo encontra interesse, e objeto de profunda meditação. Como o viajor naturalista, que se extasia na consideração de uma florzinha desconhecida, que o homem bronco tantas vezes vira com desprezo. O que era ignorado ou esquecido romperá destarte o envoltório de trevas, e achará devido lugar entre as coisas já conhecidas”. (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 145)

sedutoras porque seriam vigorosas e irresistíveis e, também, porque seriam incriticáveis.

2.2.2.

Literatura, pessimismo e um passo atrás

Recomeçamos a partir de uma breve anotação, a saber: o otimismo de Magalhães que analisamos até aqui sede espaço a certo pessimismo, o que significa dizer a uma postura que reconhecia dificuldades significativas à concretização de seu projeto civilizacional. Cedo, Magalhães reabilita a literatura e afasta-se da crença numa realidade que se auto-engendra, num sentido linear e progressivo, e isto a despeito da ação humana. O que acompanharemos, daqui por diante, é a tensão irreconciliável apresentada pelo discurso de Magalhães, tensão que faz-nos ver pessimismo e desconfiança por um lado e, otimismo e esperança, por outro, e isto em relação ao seu projeto de civilização do Império através da literatura²⁰.

A literatura aparece, novamente, no discurso de Magalhães como saber capaz de organizar e trazer à tona o que é verdadeiro, ou melhor, as necessidades e os sentidos oferecidos pelo real, pela natureza física, evidenciando, assim, as idéias e costumes que precisavam ser concretizados pelos “brasileiros”, e isto em nome do progresso moral e material da “pátria”, de todos. Ela acaba tornando-se um repositório dos sentidos que os seus “concidadãos” deveriam realizar, repositório preenchido por imagens e exemplos virtuosos, ou seja, exemplos adequados às condições de possibilidade do próprio espaço “Brasil”. Um

²⁰ É importante anotar que o texto publicado em 1836 no Tomo primeiro, número 1 da Revista Niterói é uma versão discutida e reescrita, algumas vezes, desde o ano de 1834, quando Magalhães o apresenta, pela primeira vez, no Instituto Histórico de Paris, a convite de Eugene Garay de Monglave, liberal francês que havia estado no Brasil, pela primeira vez, em 1814. Portanto, acreditamos que o texto que ora analisamos leva a cabo algumas discussões e investigações realizadas em Paris ao longo de alguns anos, discussões e investigações que foram suficientes para despertar o modo de ser pessimista (realista) que destacamos, e que parece constituir a visão de mundo dos companheiros em 1836, ou ainda, o próprio ponto de determinação dos textos que nos propomos a estudar. Dizendo ainda em outras palavras, os textos de Magalhães e de seus companheiros são produzidos a partir de uma atmosfera determinada por uma tensão irredutível entre otimismo e esperança em salvar o Império, por um lado, e tristeza e desilusão profundas no tocante a essa finalidade, por outro lado. Para uma compreensão da trajetória dos amigos em Paris, especialmente no Instituto Histórico de Paris, ver FARIA, 1970.

repertório que deveria ser disponibilizado para que os homens e mulheres da *boa sociedade* pudessem se orientar aqui e ali, especialmente em casos de emergência, ou melhor, em casos nos quais os sentidos fundamentais próprios ao “país” estivessem caindo em esquecimento.

E quando esse povo, ou essa geração desaparece da superfície da Terra com todas as suas instituições, suas crenças e costumes, a Literatura só escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo, do qual é ela o único representante na posteridade; sua voz como um eco imortal repercute por toda a parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto da terra um povo existia, cujo nome eu só conservo, cujo herói eu só conheço; vós porém, se pretendeis conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi. (Magalhães, 1978, p. 132)

A literatura seria o único repositório capaz de evidenciar as condutas corretas para o progresso da “pátria” ou da “nação” se quisermos, ela seria extemporânea, teria o poder de ir para além de seu tempo se necessário fosse, e isto porque se a ordem e a estabilidade sociais estivessem em risco “a literatura escapa(ria) aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter do povo”. A literatura deveria evidenciar sentidos adequados à vida no espaço “Brasil”, precisava mostrar as “crenças”, “costumes” e “instituições” necessárias ao êxito de qualquer civilização no interior do “Brasil”, uma missão que precisava ser cumprida com urgência. Magalhães e seus companheiros denunciavam, através da *Niterói*, uma espécie de tempo de indigência, de decadência, tempo que precisava do renascimento da literatura, a qual seria capaz de lembrar as idéias e os costumes adequados concretizados no passado, orientando os “brasileiros” e corrigindo hábitos inadequados às necessidades imputadas pelo “país”²¹. Magalhães recorre à literatura buscando, nela, a aliada ideal à organização e à evidenciação do “espírito do povo”, mas a um aspecto específico dela, a saber, a poesia, a história da poesia para sermos mais exatos.

²¹ De acordo com Valdei Lopes de Araújo: “Abria-se, desse modo, um caminho de mão dupla: as descobertas da ciência poderiam levar a uma correta compreensão do passado, bem como o conhecimento do passado poderia revelar saberes úteis à ciência. O fundamental nessa compreensão é a idéia de que existiria um soterramento da verdade provocado pela decadência das civilizações, e que cada uma dessas civilizações, em seu momento de esplendor, descobriu certos conhecimentos eternos. A estabilidade da natureza serve como pano de fundo fixo a partir do qual essas “histórias” poderiam ser repetidas e ultrapassadas. Apenas a ignorância e a barbárie se perdem e se acumulam em opiniões e velharias; a verdade permaneceria sempre jovem, mesmo que oculta em camadas de preconceitos e ignorância. (ARAÚJO, 2008, p. 28).

Magalhães já havia grifado que a literatura teria uma dupla função, a saber, a de evidenciar sentidos a-históricos concretizados de maneira heróica ao longo do passado, sentidos esses sempre necessários à existência humana em determinado espaço físico – o “Brasil”, mas não apenas essa função cabe lembrar, não só essa como também o próprio ofício de “desenvolver” tais sentidos, ou seja, de permanecer atenta, auscultando o que a natureza física segredava, ainda uma vez mais, de forma inédita²². Todavia, na última citação anotada, apenas a primeira função da literatura fora evidenciada - a função de cuidar do passado, âmbito ideal ao qual seria possível recolher sentidos a-históricos essenciais à vida em qualquer coordenada espaço-temporal no interior do “Brasil”. Nesse movimento de tornar o passado protagonista, e isto em detrimento do presente, Magalhães se dedica à investigação e à construção da história da poesia do “Brasil”. Mas por que Magalhães se dedicara com tamanho empenho ao passado, e isto a ponto de largar de mão uma das funções da literatura, a de acompanhar, evidenciando, as novas concreções do “espírito do povo”?

O que está em jogo aqui é a dedicação de Magalhães em investigar o passado do “Brasil”, ou ainda, sua poesia, e isto porque ela seria lugar privilegiado no interior do qual idéias e costumes adequados, já concretizados, poderiam ser recolhidos e evidenciados²³. Magalhães se esforça no sentido de investigar o passado do “Brasil”, através da história de sua poesia, e de fazê-lo vigorar no presente, esquecendo, com isso, a segunda função da literatura, a de ser âmbito ideal às novas concreções do espírito do povo, e isto justo porque o presente estaria em uma situação de emergência tão radical, que seria incapaz de se constituir como âmbito adequado à concretização do “espírito do povo”, e o autor precisava, por sua vez, retornar ao passado para colher alguns exemplos

²² Sobre essas duas funções da literatura em Magalhães, Valdei Lopes de Araújo afirma que: “Embora afirme dever ser a literatura filha de seu tempo, Magalhães admite que, em diversos povos, ela precisa lidar com uma dimensão que não está diretamente relacionada com suas circunstâncias reais (...) Todas as literaturas modernas estariam marcadas por essa luta entre duas forças: a expressão de seu próprio tempo e lugar e um conjunto de obras, referências e procedimentos herdados” (ARAÚJO, 2008, p. 120). Ou ainda: “Transformada em processo, a literatura assume o papel de horizonte de totalidade, como a dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço. Através dela a história deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados e torna-se o desenvolvimento progressivo de uma identidade, cujo sujeito maior é o povo e o resultado é a nação” (Ibid., p. 121).

²³ Sobre a proeminência da poesia como saber privilegiado à ausculta e evidenciação do que é e deve ser, Valdei Lopes de Araújo anota que: “Se a poesia parece receber certo destaque, deve-se isso ao fato de ser considerada, no interior de uma compreensão progressiva dos gêneros literários, a primeira manifestação da literatura, entendida agora como uma espécie de totalização das diferentes dimensões da realidade” (Ibid., p. 119).

fundamentais ao amadurecimento do presente, exemplos necessários à reconquista da possibilidade de prosperar²⁴.

Magalhães se arrisca, então, à investigação do passado para desvelar as concreções do espírito do povo “brasileiro”, ou ainda, os sentidos adequados que foram realizados aqui e ali, e o faz muito bem, tão bem que se vê enredado a certa conclusão que não projetava de início, a saber, a de que o modo de ser egoísta, legado pelo colonizador, fora de tal modo devastador, que talvez tenha se essencializado, soterrando assim o próprio espírito do povo “brasileiro”, impedindo-o de vigorar. Magalhães investiga o passado para colher exemplos úteis à cura do presente, e isto orientado por sua compreensão teleológica da história, ou melhor, por sua compreensão de que o espírito do povo havia se concretizado de forma progressiva. Mas o que acaba descobrindo é a força do modo de ser egoísta oferecido pelo colonizador. Então se apavora e volta a olhar para seu próprio presente, e este aparece, também, como âmbito determinado pelo “egoísmo”, tempos de indigência. Sua atitude imediata é a de buscar compreender o que havia acontecido com o espírito do povo, força que considerava irresistível, transcendental, como vimos. Então, dedica-se ao passado para responder à sua perplexidade e para forçar o aparecimento de alguma lógica que pudesse revigorar sua compreensão teleológica da história.

²⁴ Como afirma Manoel Salgado Guimarães, toda investigação e construção de passados é uma ação orientada pela necessidade de responder aos desafios de um tempo determinado, como podemos ler: “O passado como parte da construção do presente e como desejo de projeção para o futuro, como projeto social (...)” (GUIMARÃES, 2010, p. 9). É justo isto que Magalhães e Pereira da Silva estão realizando, uma investigação do passado a partir de seu presente, um tempo marcado por incertezas e redefinições radicais - o tempo regencial. Investigação determinada por medos e esperanças produtoras de compreensões teleológicas que vão se esvaindo na medida mesmo em que os companheiros seguem experimentando as fontes e seu presente, a um e só tempo. Inicialmente, os autores, aqui no papel de historiadores, buscam superar seus medos e incertezas, que são medos e incertezas de um tempo, vale anotar, através da pretensão da fundação de um discurso capaz de oferecer “continuidade”, “durabilidade” e “permanência” (Cf. GUIMARÃES, 2010). Ver, também, a noção de *continuum* em KOSELLECK, 2001, p. 35 et. seq., em MATTOS, 2009, p. 18 e em ARAÚJO, 2008, p. 117 et. seq.

No entanto, já avançadas as investigações e discussões no interior da Niterói, os autores vão se dedicando à conformação e à desilusão em relação à própria possibilidade de se construir novos tempos, ganhando espaço, assim, um modo de ser triste orientado pela possibilidade, quase necessidade, da decadência do Império. Melhor dizendo, Magalhães e seus companheiros escrevem a partir daquela tensão irreconciliável a que já nos referimos, entre otimismo e esperança, por um lado, e tristeza e desilusão profundas por outro. Junto a Valdeci Lopes de Araújo, anotamos que Magalhães e seus companheiros, desiludidos com o passado herdado a Portugal, passam a orientar suas investigações e escrita a partir de categorias como “individualidade”, “sentido”, “expressão” e “compreensão”, e isto porque buscam descobrir sentidos propríssimos ao Brasil, sentidos fundamentais à configuração de um *horizonte de expectativa* ideal à redenção e ao progresso moral e material do Brasil (Cf. ARAÚJO, 2008, p. 124-126).

Descobre, entretanto, em meio à sua investigação do passado, em seu estudo sobre a poesia colonial, que aqueles poetas que cria, de início, terem evidenciado o espírito do povo brasileiro original forçando, com isso, a concretização de idéias e costumes adequados, talvez não tivessem sido tão radicais, talvez não tivessem concretizado o “espírito do povo”, terminando encobertos, ao fim, pelo modo de ser egoísta. Aí, Magalhães enfrenta um embaraço, uma desilusão, a partir da investigação empírica que pretendia colher exemplos virtuosos ao passado e, a um só tempo, fazer comprovar sua compreensão teleológica de que o espírito do povo brasileiro sempre teria vigido, e isto de maneira progressiva, o crítico conquistava pessimismo e desconfiança. Evidenciamos que a intenção inicial de Magalhães era a de investigar o passado da literatura brasileira, em especial da poesia, e isto com o intuito de demonstrar a força do espírito do povo, espírito que apareceria, aqui e ali, a despeito da exploração colonial e da vigência do *éthos* egoísta, buscando colher a ele alguns sentidos úteis à reabilitação de seu presente. No entanto, a investigação que o autor realiza parece provar o exato oposto e provoca, assim, uma espécie de quebra de atmosfera que traz consigo a desilusão e a desconfiança acerca da própria viabilidade da consecução de seu projeto²⁵.

Magalhães recorre à história para investigar os sentidos necessários à reabilitação do Império do Brasil, no entanto, na medida mesmo em que persiste

²⁵ Ao criticar o livro de Montezuma dedicado à discussão das idéias de República e de Monarquia, Magalhães deixa clara sua posição de desconfiança e descrédito acerca da história. Ele afirma que o “método histórico” apesar de ser um caminho profícuo é insuficiente para evidenciar a verdade, e isto porque a história seria capaz de oferecer provas e contra provas antitéticas sobre um mesmo tema, senão vejamos: “Cuida o povo que a virtude é consequência necessária da República, tomando a causa pelo efeito. As Repúblicas caem quando as virtudes desaparecem; e a Monarquia pode tão bem sustentar-se nas virtudes, como as Repúblicas no terror (...) Se tivéssemos de fazer a crítica deste livro, notaríamos ao seu Autor, que o método histórico por si só não é suficiente para conduzir-nos à verdade. Um autor que quisesse fazer a antinomia do seu livro, bastava narrar outros tantos, ou mais fatos históricos que desacreditam as Monarquias, mesmo as constitucionais; e chegaria a um oposto resultado, e nem por isso teria razão” (MAGALHÃES, 1978, nº 2, 245). Em verdade, a relativização de qual seria a melhor forma de governo proposta por Magalhães, ou ainda o seu descrédito em torno das formas propriamente, aparece no interior de uma cultura política na qual tanto a idéia de República quanto a idéia de Monarquia eram manipuladas menos em virtude de determinações ideológicas do que em função de interesses “egoístas”. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos: “(...) na eclosão da Revolução Pernambucana de 1817, de caráter republicano. Ali, como em outras capitânias do ‘Brasil’, as idéias republicanas eram nutridas pela oposição à monarquia e aos interesses que ela representava no Rio de Janeiro. Assumindo variados matizes, inspirando-se em fontes diferenciadas e discutidas nas lojas maçônicas, aquelas idéias, em sua variada apresentação, reivindicavam tanto direitos para os que aspiravam ser novos cidadãos de acordo com os princípios do constitucionalismo quanto a salvaguarda de antigas franquias e privilégios de antigos vassalos, convergindo ambos, quase sempre, na defesa da organização federativa ou confederativa” (MATTOS, 2010, p. 103-104).

vai se embaraçando, e isto porque entrevê a força e a amplitude que o modo de ser egoísta teria conquistado. A estratégia que Magalhães adota é a de insistir na investigação do passado do “Brasil”, e isto com o objetivo de descobrir épocas no interior das quais o “espírito do povo” tivesse sido concretizado. O problema dessa estratégia, que lhe renderia novo embaraço, é que ela acaba historicizando o “espírito do povo”, mas nos expliquemos melhor.

Em sua investigação do passado do “Brasil”, Magalhães acaba fazendo com que sentidos até então anunciados como transcendentais (irresistíveis) ganhassem o selo de tardios, de fenômenos referentes a este ou aquele tempo “heróico”, de fenômenos tributários a uma – “(...) tal época, debaixo de tal constelação, e sobre tal ponto da terra (no qual) um povo existia, cujo nome eu só conservo, cujos heróis eu só conheço; vós porém, se pretendeis conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi”. Magalhães imprime um tom nostálgico a sua escritura, e trata determinados momentos do passado como uma espécie de paraíso no interior do qual os sentidos universais puderam ser realizados, tempos repletos de “heróis”, vale anotar²⁶. E isto em função do descrédito para com seu tempo, tempos de indigência, sem “heróis”, povoado por homens “egoístas”, contexto desfavorável à concretização do que deveria ser (“o espírito do povo”). Enfim, a literatura passaria a ter a missão de representar os sentidos que vigoraram no interior dessa ou daquela “geração”, a missão de representar estas ou aquelas “instituições”, “crenças” e “costumes”, e aguardar que um tempo indigente pudesse, por uma espécie de milagre, concretizar os sentidos adequados ao progresso do “Brasil”.

O que está em questão aqui é uma espécie de reconhecimento de que determinados sentidos universais só poderiam ser evidenciados e realizados no interior de uma coordenada espaço-temporal propícia, cabendo à literatura a função de lembrar esses sentidos universais, e isto com a esperança de que seu tempo se tornasse um desses espaços ideais. Aqui, no entanto, resta-nos uma constatação, a de que alguns espaços no passado aparecem como lugar especial, ideal à realização do “espírito do povo”, ou ainda, à concretização de sentidos

²⁶ Esta compreensão do papel fundamental representado por homens excepcionais, os “heróis”, é acolhida junto às reflexões de Mme de Staël, pois segundo Magalhães: “Que cada qual se convença do que diz Madama de Staël que: ‘A glória dos grandes homens é o patrimônio de um país livre; depois de sua morte todos participam dela’” (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 138). Sobre a noção de herói ver, ainda, GONÇALVES, 2009, p. 450 et. seq.

adequados à existência no “Brasil”, e o presente, pelo contrário, seria um âmbito no interior do qual os homens e mulheres da *boa sociedade* estariam realizando sentidos inadequados (“egoístas”), responsáveis, ao fim, pela decadência do Império. O que insiste em aparecer é uma relação de necessidade entre a realização de sentidos atemporais, sentidos próprios ao “espírito do povo”, por um lado, e determinado tempo, determinados homens, por outro. Enfim, a concretização do “espírito do povo” passa a aparecer como dependente da ação dos homens, e o que é ainda mais grave, de tipos heróicos que estariam em falta em sua época, tempos de indigência, de concretização máxima do modo de ser do egoísmo.

Arriscando mais um passo, perguntamos, então, pela força obnubiladora (ontológica) que possuía a natureza física no texto de Magalhães, pela força irresistível do “país” “Brasil” e, por conseguinte, do “espírito do povo”. É nossa tarefa, aqui, perguntar pelo paradeiro dessa força que aparecia como um “instinto”, e que “dirigia”, a “despeito” de quaisquer outros sentidos, os homens que experimentavam a natureza “Brasil”. O que passa a ocupar lugar de destaque no texto de Magalhães é esta ou aquela civilização, determinados “costumes”, “hábitos” e “instituições”, sentidos próprios a este ou àquele povo “heróico”. Aqui, o literato se preocupa em resguardar valores adequados que, por mais que fossem oferecidos pela natureza física, pelo “espírito do povo”, necessitavam de homens fortes, de “heróis” capazes de sustentá-los, de levá-los a cabo. Sendo ainda mais claro, parece que estes sentidos doados pela natureza física não eram tão determinantes quanto pareciam numa primeira visada.

Algo estranho parece estar em jogo aqui, e isto porque num primeiro momento a literatura tratava de descrever os sentidos atemporais e irresistíveis oferecidos pela natureza, sentidos que iam se concretizando, que iam se temporalizando autonomamente e, no entanto, num segundo momento, a literatura contrai a missão de evidenciar os sentidos constituídos no interior de um determinado povo, numa dada coordenada espaço-temporal, no interior de “instituições”, de “crenças” e de “costumes” bem determinados. O que está em evidência, porém, não é tão estranho assim, pois se trata de um deslocamento no próprio estatuto da natureza física e do “espírito do povo”, deslocamento que aparece no interior de uma atmosfera pessimista. A natureza física, o “país” mesmo e, por conseguinte, o “espírito do povo”, aparece como sendo uma

entidade mais modesta no que tange ao seu poder de convencimento e orientação. Eles necessitariam, então, de uma comunidade compreensiva que se dedicasse à sua concretização.

Magalhães percebia que o “espírito do povo” não se concretizara autonomamente e, por conseguinte, o autor precisava resguardar os poucos lugares privilegiados, exemplares, no interior dos quais o “espírito do povo” evidenciara-se, e isto para que o presente pudesse ser, ainda, devidamente orientado. Se bem o “espírito do povo” não reunira forças para se temporalizar imediatamente (autonomamente), ao menos sua concretização ainda poderia ser restabelecida a partir da ausculta atenta de determinados passados. Magalhães resguardara, assim, a partir da investigação do passado, a esperança e o otimismo que, por sua vez, aguardavam por dias melhores. Em outras palavras, se por um lado descobre que o “espírito do povo” não se concretizara imediatamente, e esta era a razão mais adequada à explicação da indigência de seu tempo e de outras épocas, tempos afastados do que deveria ser, por outro lado, no entanto, Magalhães entrevê que o “espírito do povo” poderia ser realizado a partir da literatura e da ação de determinados homens heróicos. Não obstante, o autor também resguarda seu pessimismo e desconfiança, e isto porque compreendia que o seu tempo era constituído por homens “egoístas”, avessos à concretização do “espírito do povo”.

O que aparece neste momento do texto pode ser compreendido através de uma determinada chave explicativa, a saber, a idéia de que Magalhães e seus companheiros eram acometidos, aqui e ali, por uma desilusão significativa que necessitava deles uma determinada explicação para o insucesso daquilo mesmo que, *a priori*, não poderia falhar – a natureza física, o “país”, ou ainda, o “espírito do povo” se quisermos. Como resultado, acompanhamos um deslocamento sensível que vai de uma compreensão determinista acerca da relação entre natureza física e homem, para uma outra compreensão, essa relativa, e isto porque entrevia o homem como elemento fundamental à realização dos sentidos oferecidos pela natureza física, pelo “espírito do povo”. Como podemos acompanhar:

Mas não são estas as únicas modificações, que entre os diversos povos experimenta a Literatura; outras há, que da natureza mesmo do homem, da civilização, e do progresso dependem; porque seja qual for a modificação que a Literatura sofra, em acordo acha-se sempre esta modificação com o caráter e estado de civilização deste povo. Assim a Literatura é variável como são os séculos, semelhante ao Termômetro, que sobe ou desce segundo o estado da atmosfera (Magalhães, 1978, p. 134).

Ou seja, a obnubilação irresistível, que testemunhamos acima, perde força e começa a aparecer como uma espécie de voz no máximo vigorosa, voz que precisaria, no entanto, da atenção e do assentimento dos homens e mulheres da *boa sociedade* para ser realizada propriamente. Enfim, o “Brasil” passaria a depender de homens e mulheres “egoístas”. Magalhães encontrava explicação para o seu embaraço em relação à percepção de que o “espírito do povo” havia sido obstaculizado, impedido de se realizar. O autor acaba encontrando uma lógica, uma explicação para isso que parece, num primeiro momento, absurdo e aterrador, a saber, o soterramento do “espírito do povo” pelo modo de ser do egoísmo. A explicação que encontra é a de que o “espírito do povo” precisava da literatura e de heróis para se concretizar, e reencontra a esperança e o otimismo para continuar seu projeto de civilização do Império, mas, a um só tempo, resguarda a sua desconfiança e pessimismo acerca do futuro do “Brasil”, e isto porque descobre que o “espírito do povo” passava a depender de heróis e de homens amorosos num tempo de indigência.

A literatura aparece como exemplar, ela oferece lições necessárias à redenção de todo um “país”, entretanto, mesmo ela precisava de um contexto favorável à realização de sua determinação específica. Em última instância, Magalhães e seus companheiros viviam junto a homens e mulheres que arruinaram “instituições”, “crenças” e “costumes” adequados e, tudo o que a literatura poderia fazer, era continuar representando “sombras” de culturas e heróis já mortos, uma espécie de espelho de virtudes esquecidas, desarticuladas em relação aos novos tempos, e isto de uma vez por todas, talvez.

Magalhães e seus companheiros compreendiam que a literatura era o âmbito responsável pelo resguardo e evidenciação de sentidos originários, atemporais, fundamentais ao bom-êxito de qualquer civilização que se instalasse “Brasil” e, a um só tempo, entendiam que a concretização de tais valores dependia dos homens em geral. Criam que à literatura caberia civilizar a *boa sociedade*, no

entanto, iam percebendo que precisavam da audição e do apoio de homens e mulheres “egoístas” e avessos às idéias e costumes que evidenciavam.

Magalhães entendia viver numa realidade traiçoeira a seus projetos, algo que o fazia desconfiar do bom-termo de seus planos. Ao fim, segundo o autor, os poetas acabavam, em função de tantos reveses, cantando seus bardos de maneira desinteressada, descrentes da possibilidade de civilizarem o Império do Brasil. Sem reconhecimento algum, tratados como loucos, “maníacos”, desanimavam em relação à missão de civilizar o Império e iam se tornando apáticos, indolentes e desinteressados. Nesse âmbito, a poesia perdia-se daquilo mesmo que deveria ser, de sua missão - instrumento para a civilização, para a instauração do modo de se do amor, e isto porque a sociedade, corrompida, tornava-se obstáculo à literatura. Os poetas passavam a compor, tão somente, por necessidade subjetiva, apenas “por desafogo do coração”, por pura “necessidade de cantar”. Poetavam caso contrário morreriam, senão acompanhemos:

Se refletirmos, veremos que não são poucos os escritores para um país que foi colônia portuguesa, para um país no qual ainda hoje o trabalho dos Literatos, longe de assegurar-lhes, com a glória, uma independência individual, e um título de mais, ao contrário parece desmerecê-los, e desviá-los da liga dos homens *positivos*, que desdenhosos dizem: é um Poeta: sem distinguir se apenas é um trovista, ou um homem de gênio; como se dissessem: Eis aí um ocioso, um parasita, que não pertence a este mundo; deixai-o na sua mania. Aí canta o Vate por mera inspiração celeste, por esta necessidade de cantar, para dar um desafogo ao seu coração. (Magalhães, 1978, p.143)

2.2.3.

Sobre os tempos coloniais

Magalhães escrevia a partir de um dado sentimento de base, o pessimismo, o que significa dizer desconfiança acerca da concretização de seu projeto civilizador. Seus discursos já nasciam orientados pelo reconhecimento da possibilidade do fracasso, que despontava através do embaraço aberto pela percepção de que a civilização do Império dependia de uma espécie de boa-vontade dos homens comuns, e o que é pior, de homens “egoístas”; a boa-vontade de se colocar numa disposição de silêncio e de ausculta, e isto para conquistar um modo de ser distinto daquele que os orientava - o modo de ser do amor. E mais, a

própria possibilidade do fracasso ia sendo ratificada, e isto na medida em que os redatores da *Niterói* criam seguir experimentando uma realidade “egoísta” e “amoral”, que parecia triunfar sobre os valores essenciais evidenciados pela literatura.

Acenamos, então, para uma determinação transcendental da literatura concretizada por Magalhães e por seus amigos, a saber, o pessimismo, ou ainda, a desconfiança se preferirmos -, sentimento de base que insistia em informá-los de que nem a literatura seria um antídoto perfeito à civilização do Império. O projeto da *Niterói*, que conta com a literatura para salvar a “pátria”, já nasce a partir da orientação de uma espécie de atmosfera pessimista, e vai se entristecendo na medida mesmo em que se depara com as seguidas negativas que os companheiros criam receber do real. No entanto, esse pessimismo que vai ganhando corpo não é capaz de inibir o otimismo e a confiança dos companheiros em novos tempos, a confiança na possibilidade de superação do “egoísmo” que vigia no Império. Magalhães e seus companheiros guardavam uma espécie de esperança no pessimismo, e isto não apenas porque criam na força da literatura, mas também e especialmente porque permaneciam acreditando numa espécie de força imanente capaz de dar sentido à história, fazendo com que aquilo mesmo que era originário vivesse. O que funda esse pessimismo esperançoso de Magalhães e de seus companheiros é a crença, mais Iluminista do que Romântica, na existência de um “fato progressivo”, de um sentido imanente, em última instância, autônomo e inultrapassável, capaz de sustentar o bom-êxito do Império do Brasil.

Sendo ainda mais direto, se por um lado a realidade mostrava-se insensível aos discursos de Magalhães e de seus companheiros, cria-se na força da literatura, aqui da poesia, e, não obstante, cria-se, especialmente, na existência e potência de um princípio capaz de ordenar quaisquer configurações que aparecessem no interior da história do “Brasil”, a saber - o princípio do progresso - ou seja, algo como um - acontecesse o que quer que fosse mais dia ou menos dia o “Brasil” e seus sentidos originários vigeriam. E aqui percebemos que a natureza física reconquista lugar de proeminência no interior da Revista, aparecendo, novamente, como avassaladora e inevitável. Acompanhemos:

[...] ainda uma vez, e por outras palavras diremos, que o nosso fim não é traçar a biografia cronológica dos Autores Brasileiros, mas sim a história da Literatura do Brasil, que toda a história, como todo o drama, supõe lugar de cena, atores e paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condições nem há história, nem drama. (Magalhães, 1978, p. 142)

A literatura é tratada como ponte de ligação necessária entre o que é e o que foi, e isto porque a literatura coleciona os momentos de grandeza, e nos momentos em que não se pode avançar em direção ao que há de mais belo e justo, onde a desordem, o ódio e o “egoísmo” vigem, o próprio espírito do povo, através da literatura, apareceria com a função de assegurar o que já foi conquistado e disponível, corrigindo descaminhos, restaurando a justa ordem e a possibilidade de se retomar, mais a frente, o progresso. A literatura aparece sob o signo da conservação, como repositório capaz de resguardar o tanto de justo e belo já perfeito. “Sua voz”, “eco imortal”, deveria ser disponibilizada para que pudesse repercutir, em momentos de perigo, em tempos de indigência, os exemplos já conquistados de justiça e de bondade, garantindo, por conseguinte, um lugar seguro para um posterior recomeço.

Cada “geração” necessitaria do que a tradição literária autêntica produzira, e isto para seguir o caminho do progresso, o que equivale dizer, cada geração precisaria seguir os caminhos propostos pelo passado, ao menos de forma provisória, até que outros enunciados morais mais perfeitos pudessem ser evidenciados. O temor de Magalhães e de seus companheiros era de que as “boas” instituições desaparecessem, instituições como o cristianismo. Receavam que as crenças e os costumes corretos fossem transvalorados por homens desviados, homens orientados por suas inclinações. Magalhães temia pela estabilidade e pela ordem sociais. À literatura caberia resguardar os heróis e eventos memoráveis, repertório do que há de mais justo, belo e verdadeiro, concretizações do espírito do povo. Os homens e mulheres da *boa sociedade*, desviados em virtude da colonização portuguesa, precisavam de heróis, de exemplos virtuosos, exemplos de como se deveria ser. Uma parada necessária para reassegurar a ordem e logo em seguida retomar a marcha do progresso.

Permanência e movimento, essa é a receita que Magalhães prepara e afirma ser condição necessária para se alcançar o progresso moral e material. A literatura seria o remédio mais eficaz contra a disfunção do corpo social, “reflexo”

do “espírito do povo”, da verdade, que se faria ouvir por aqueles que fossem inteligentes e bons. Não sem motivo, aliás, a *Revista Niterói* assinalava que seria preciso fazer pensar corretamente, “acostumar a pensar”.

Toda essa preocupação, pois Magalhães reconhece que o Império do Brasil ainda refletia os “vícios” herdados aos tempos de colônia, por isto sublinha uma relação radical entre o Brasil Colônia e o Império do Brasil, relação de continuidade que só seria superada a partir de um movimento civilizador orientado pelo imperativo do amor, e isto com o passar do tempo e através do esforço dos letrados e dos demais homens e mulheres da *boa sociedade*, em conjunto. E aqui podemos dar um passo adiante, a saber, se, por um lado, a literatura aparece como uma espécie de guardião do eterno que havia sido concretizado no passado, o que nos permite falar de uma literatura que deveria zelar pelo passado, por outro lado, no entanto, cedo o texto de Magalhães faz despontar, novamente, seu pessimismo, sua desilusão em relação ao passado, e nos revela mais um de seus embaraços, este fundado na convicção de que a tradição “egoísta” portuguesa havia se tornado radical o suficiente para se tornar fundamento lá no próprio passado e repercutir ainda em seus dias, e aqui não há espaços para épocas e heróis memoráveis²⁷. Conforme escreve:

²⁷ O passado do “Brasil” passa a ser visto, ao longo do texto, como tempo no interior do qual o “egoísmo” fora instaurado e ganhara intensidade, a despeito de o próprio autor evidenciar, vez por outra, a compreensão de que o passado seria fundamental à existência de um “povo”, e isto porque forneceria lições adequadas. Em verdade, cremos que esse passado que deve ser oriente passa a ser predicado, mais propriamente, como um repositório privilegiado de exemplos que não deveriam ser reeditados, e isto em nome do presente e do futuro, do próprio progresso moral e material. Enfim, conhecer o passado era ideal à fundação de um presente e de um futuro distintos, em tudo diferente do que já fora, como afirma Valdeci Lopes de Araújo: “O sentido pragmático – ou mesmo o exemplar, que, como visto, ainda é característico da história escrita – está bastante atenuado. O passado em si mesmo passa a ser considerado um elemento de civilização, de transformação. Quanto mais variado um passado, quanto mais remoto for, mais salienta, por contraste, os progressos feitos por aquela comunidade (...)”. (ARAÚJO, 2008, p. 129)

Vale recordar, ainda, de um trecho da poesia “A consolação”, que analisamos ao longo do primeiro capítulo, senão vejamos: “Nossos olhos lancemos ao passado,/ E co’o fanal da história descubramos/ Quantos martírios nossos pais sofreram./ Tudo o que vemos nada é mais que a luta/ Da verdade, e do erro./ A verdade, que herdada hoje gozamos,/ Assaz regada foi com sangue humano./ Por nós dezoito séculos lutaram,/ E nós pelo porvir lutamos hoje./ Não é fora do mundo,/ Engolfado em prazeres que embriagam,/ Em brando leite lânguido estendido,/ Rodeado de escravas, que o incensam,/ Como um Rei do Oriente; nem na mesa/ De esplêndido banquete, qual Luculo,/ Que se colhem lições da experiência./ Não; engana-se aquele, que Epicuro/ Mal interpreta, e diz – Eia, gozemos;/ A vida no prazer cifra-se toda”. (MAGALHÃES, 1999, p. 159-161)

Triste é sem dúvida a recordação dessa época, em que o “Brasileiro”, como lançado em uma terra estrangeira, duvidoso em seu próprio país vagava, sem que dizer pudesse: isto é meu, neste lugar nasci. Envergonhava-se de ser “Brasileiro” e muitas vezes com o nome Português se acobertava, para ao menos aparecer como um ente da espécie humana e poder alcançar um lugar em seu país. Destarte circunscrito em tão curto estádio, estranho à nacionalidade, sem o incentivo da glória, este novo povo vegetava. Quem não dirá que Portugal, com este sistema exterminador só curava de atenuar e enfraquecer esta imensa colônia, porque conhecia sua própria fraqueza e ignorava seus mesmos interesses? Quem não dirá que ele temia que a mais alto ponto o “Brasil” se erguesse e a glória lhe ofusasse? Assim é que um bárbaro senhor algema seu escravo, receoso que ele se escape e só lhe desprende um braço ou outro quando ele algum trabalho requer (...) O tempo sancionou estas verdades, que a história e a memória de recentes fatos nos indicam e o tempo, em sua marcha prosseguindo, irá mostrando aos homens qual é o destino que a Providência tem marcado a este Império da América. A Deus praza, que este perigoso fermento que entre nós gira, este germe de discórdia, ressaibo ainda da não apurada educação e sobretudo a escravidão, tão contrária ao desenvolvimento da indústria e das artes e tão perniciosa à moral, não empecem sua marcha e seu engrandecimento. (Magalhães, 1978, p. 141)

O “egoísmo” passava, assim, de elemento alienígena e contingente, ou se quisermos ôntico, para a condição de horizonte transcendental, ou ainda fundo doador de sentidos para toda e qualquer realização. O que está em jogo aqui é o aprofundamento do pessimismo de Magalhães, e isto em função da suspeita de que a natureza física teria sido contaminada pelo egoísmo. Enfim, o “egoísmo” faria parte do “espírito do povo”, e mais, teria conquistado sua força fundamental, a força de se concretizar autonomamente. Magalhães descreve um “país” que “vegetara” sob o jugo de Portugal ao longo de mais de três séculos, razão pela qual Magalhães escrevera, como nos *Suspiros*, em forma de oração, pedindo a deus, última esperança, pela própria sobrevivência de um “país” tão castigado. Em tom de tristeza, desilusão e de sublevação, segue retratando o drama terrível que fora o passado colonial do “Brasil”.

E poder-se-á com razão acusar o Brasil de não ter produzido gênios de mais subido quilate? Mas que povo escravizado pode cantar com harmonia, quando o retinido das cadeias e o ardor das feridas sua existência torturam? Que colono tão feliz, inda com o peso sobre os ombros e curvado para a terra, a voz ergueu no meio do Universo e gravou seu nome nas páginas da memória? Quem, não tendo o conhecimento de sua própria existência e só de cenas de miséria rodeado, pôde soltar um riso de alegria e exalar o pensamento de sua individualidade? Não; as Ciências, a Poesia e as Artes, filhas da Liberdade, não são partilhas do escravo; Irmãs da glória, fogem do país amaldiçoado onde a escravidão rasteja e só com a Liberdade habitar podem”. (Magalhães, 1978, p. 142-143)

E aqui, recolocamos a questão pelo sentimento de base que orienta as reflexões de Magalhães e de seus companheiros e, de antemão, lembrar da metáfora de Nietzsche cara a Benedito Nunes, uma imagem que mais do que o termo tensão, parece ser capaz de evidenciar a atmosfera instável no interior da qual o “Grupo de Paris” construía seu projeto, entre pessimismo e desconfiança, por um lado, e otimismo e esperança, por outro. Magalhães e seus companheiros sempre foram equilibristas em dorso de tigre.

2.2.4.

Um destino trágico?

Cada povo tem sua Literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto. Mas esta verdade, que para os primitivos povos é incontestável, e absoluta, todavia alguma modificação experimenta entre aqueles, cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo. Então semelhante às árvores enxertadas, vem-se pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies, e posto que não degeneram aqueles que do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco que lhes dá o nutrimento, as quais os distinguem dos outros frutos de sua mesma espécie. (Magalhães, 1978, p.133)

Magalhães nos fala de uma Literatura com L maiúsculo, o que diz, como no caso do conceito “Brasileiro” com B maiúsculo, uma substância autônoma preenchida por características propríssimas que caminharia por si só, de forma autônoma. Essa Literatura seria fruto da atividade de um determinado espírito, o “Brasileiro”, que se faria presente, necessariamente, em qualquer realização. Entretanto, no caso do “Brasil”, Magalhães sublinha não poder falar de um “espírito do povo” original, e isto porque algo havia sido obliterado desde a colonização. Afirmava que a colonização portuguesa acabara criando no “Brasil” um reflexo de seu espírito perverso. O espírito colonizador português, após séculos de exploração, punha-se como obstáculo sensível à realização do espírito “Brasileiro”. Espírito que forçara os “brasileiros” a ver de acordo com orientações de segunda ordem, uma espécie de segunda natureza (*éthos*), que ganhara ares de fundamento. Um modo de ser pautado na exploração, no pecado, na “amoralidade”, no “egoísmo”, em valores baixos, modo de ser marcado, desde o início, pela necessidade de um fim trágico, ou se quisermos terrível. E isto porque,

ao fim, e a despeito de possíveis diferenças em relação ao elemento português, o “Brasil” fora nutrido pela seiva do colonizador, tendo crescido a partir de seu caráter.

O movimento realizado por Magalhães e seus companheiros é significativo. Trata-se de encontrar um elemento culpado pelo insucesso do que seria verdadeiro e justo, do espírito do povo original, ou ainda, pelo insucesso de seu projeto civilizador. O movimento escolhido por Magalhães foi o de fazer crer que os portugueses não permitiram que o espírito do povo brasileiro se concretizasse.

O que parece necessário sublinhar é a força significativa que Magalhães e seus companheiros atribuíram à colonização portuguesa, na medida mesmo em que iam tecendo suas investigações acerca da “Literatura Brasileira”. Algo que nos leva a questionar se eles não teriam criado um inimigo forte demais, um legado insuperável, resposta que, de certa forma, acabava por satisfazer, tragicamente, ao assombro de homens que não iam concretizando as transformações que pretendiam.

Magalhães ia investigando e construindo um passado que aparecia cada vez mais orientado pelo “egoísmo”, e isto fazia com que compreendesse a realidade “brasileira” como determinada pela “amoralidade”. O autor concluía que o “Brasileiro”, e, por consequência, a própria “Literatura Brasileira”, não passaria de um “reflexo de outro povo”, este “egoísta”, modo de ser que não permitia que os sentidos originários ao “Brasil” fossem evidenciados concretizados. Na medida mesmo em que ia realizando suas investigações acerca da história da poesia do “Brasil”, Magalhães se deparava com dificuldades para comprovar sua filosofia da história, a saber, a compreensão de que a história do “Brasil” era a história da concretização necessária e autônoma da “liberdade” e do progresso. Então, precisava compreender a razão do malogro do “Brasil”, do “espírito do povo”, a razão do insucesso daquilo mesmo que seria originário e ontológico, ou seja, independente de qualquer astúcia humana. Magalhães necessitava articular uma resposta à altura de sua perplexidade, e, para tanto, construíra uma explicação que logo o satisfaria, mas que, a um só tempo, criava um inimigo bestial – a própria concepção de uma espécie de hibridismo entre Portugal e Brasil, ou melhor, a radicalização do modo de ser egoísta no interior do espírito do povo brasileiro. Digamos que o autor encontrara soluções lógicas para suas indagações terríveis,

mas acabava intensificando seu embaraço em relação à própria possibilidade de civilizar o Império do Brasil.

Em verdade, temos mais um embaraço, mais um porque este que acabamos de evidenciar nasce de alguns outros, acompanhemos. No início, como podemos acompanhar, Magalhães precisava encontrar respostas capazes de satisfazer sua desilusão com os rumos que o Império tomava. Assim, num primeiro momento, acusou seu tempo de indigência, determinando-o como repleto de homens “egoístas”, incapazes de evidenciar e de intensificar o “espírito do povo”, ou ainda, os sentidos adequados à vida no “Brasil”. Acusou seu tempo e atribuiu à literatura a força de reação necessária à retomada do progresso. Entretanto, na medida mesmo em que investigava o passado e escrevia suas poesias e artigos, o autor começava a desconfiar da natureza, do “espírito do povo” e da literatura, e isto porque elas não teriam sido suficientemente fortes para superar o modo de ser egoísta, lançando-se, assim, à procura de novas respostas suficientes capazes de reanimá-lo. Logo encontrara um novo culpado - o passado, o mesmo passado que, até então, fora considerado um repositório de exemplos justos. O passado, então, aparecia como um âmbito determinado pelo modo de ser do egoísmo, e o presente seria algo como uma vítima em estágio avançado. O poeta encontrava-se, então, sem presente e sem passado, ou melhor, sem um ponto de determinação suficiente à revolução moral e intelectual que pretendia junto a seus companheiros, entregue à boa-vontade de homens e mulheres “egoístas”. Desiludido e à procura de respostas suficientes, capazes de animar seu projeto civilizador, Magalhães canta um outro tempo, esse sim, ao menos num primeiro momento, serviria como ponto de determinação mais adequado ao seu projeto, trata-se de um passado remotíssimo e originário, os tempos pré-cabralinos.

Aqui, Magalhães passa a escrever sobre dois passados, o primeiro seria originário, tempo de liberdade, de coragem e de independência, anterior a qualquer contato com o português, o segundo passado nascia no século XVI, a partir do egoísmo doado pelo colonizador. Acompanhemos:

“(...) este vasto Éden separado por inormíssimas montanhas sempre esmaltadas de verdura, em cujo topo, colocado se crê o homem no espaço, mais chegado ao céu, que à terra, e debaixo de seus pés vendo desnovelar-se as nuvens, roncar as tormentas, e disparar o raios; com tão felizes disposições da Natureza do Brasil

necessariamente espirar devera seus primeiros habitantes; os Brasileiros músicos e poetas nascer deviam. Quem o duvida? Eles o foram, eles ainda o são. Por alguns escritos antigos sabemos que várias tribos índias pelo talento da música e da poesia se avantajavam. Entre todas os Tamoios, que mais perto das costas habitavam, eram também os mais talentosos; em suas festas e por ocasião de combates, inspirados pelas cenas, que os tornavam guerreiros hinos improvisavam, com que acendiam a coragem nas almas dos combatentes ou cantavam em coros alternados de música e dança hinos herdados dos seus maiores (...)” (Magalhães, 1978, p. 154-155).

Magalhães descreve uma natureza paradisíaca, “edênica”, o “Brasil”. Afirma que nenhuma outra parte do mundo, apesar de suas belezas, superava seu “país” em perfeição, em potencial para o progresso. Mas a perfeição que descreve não advém da natureza propriamente, como pode parecer num primeiro momento. A natureza “brasileira” seria maravilhosa, composta de “inormíssimas montanhas” no cume das quais o homem, finito, encontrara a possibilidade de provar a medida da eternidade. Uma natureza capaz de alçar seus homens às alturas, homens que a partir da medida da eternidade se encontrariam devidamente preparados para suportar as agruras incessantes oferecidas pela vida, pois se encontrava “mais chegado ao céu, que à terra, e debaixo de seus pés vendo desnover-se as nuvens, roncar as tormentas, e disparar o raio”. Uma natureza que ainda prevalecia pelos anos 30 do século XIX, apesar dos maus tratos do colonizador, e que seguia sendo cantada e descrita por homens como “Langsdorff, Nisved, Spix e Martius, Saint-Hilaire, Debret, e uma multidão de outros viajadores (...)” (Gonçalves de Magalhães, 1978, p. 154).

Entretanto, há algo mais na descrição de Magalhães, algo que não se reduz à natureza perfeita que o “Brasil” sempre fora. Esse algo mais é o próprio homem que habitara e mobilizara essa natureza perfeita, o autor fala dos “primeiros habitantes”, entes que nasciam poetas e músicos, homens e mulheres que, desde sempre, tocavam a existência afinados pelas “cenas” da natureza e pela medida da eternidade, ou seja, viviam de acordo com as necessidades e sentidos oferecidos por aquilo que era próprio - a natureza, bem como animados e alegres graças à lembrança dos sentimentos de completude e unidade que experimentavam através da poesia e da música, sentimentos os quais seriam possíveis a partir da relação sincera com a natureza, e isto porque “(...) à Poesia e à Música é dado o assenhorear-se da liberdade humana, vibrar as fibras do coração, abalar e extasiar o espírito” (Gonçalves de Magalhães, 1978, p. 156). Magalhães descreve que em

meio ao espaço “Brasil”, em um tempo originário, digno de ser lembrado e revigorado em seus aspectos fundamentais, existira uma espécie de homem alegre, que seria capaz de festejar a natureza, amante da “liberdade”, da “independência”, bem como “corajoso”, e isto porque saberia se entregar a uma natureza capaz de alçá-lo aos céus, fazendo-o experimentar a medida do eterno, medida asseguradora e animadora. Não sem motivo, esses homens “selvagens” rapidamente “abandonavam-se ao Cristianismo e à civilização” (Magalhães, 1978, p. 156), e isto porque já teriam experimentado, de certa forma, através da natureza, a comunhão com o inefável, a própria medida da eternidade.

Magalhães fala, então, de uma natureza e de um tipo de homem específico, de um dueto, uma espécie de proporção, de simetria exemplar e perdida. Descreve uma união ideal que teria construído uma espécie de tempo perfeito, que teria composto a proporção perfeita à realização de uma sociedade civilizada, faltando para tanto, apenas o tom cristão e algumas lições da cultura européia. Em outras palavras, se a totalidade articuladora natureza “brasileira” continuava sendo, no século XIX, o âmbito ideal à experimentação da medida do eterno, da assunção de uma vida orientada pela “liberdade”, pela “independência”, pela alegria e pela “coragem”, faltava, nos tempos de Magalhães, um outro elemento fundamental à realização, uma vez mais, dessa experiência, a saber, um tipo específico de homem que havia sido dizimado pelo elemento português. O âmbito “Brasil” teria sofrido uma radical alteração, não em suas formas, suas montanhas altíssimas continuavam ali, mas algo havia desaparecido, desapareceram os homens “corajosos” e amantes da “liberdade”, da “independência” e da alegria, e tomara seu lugar um novo tipo, o tipo “egoísta” e “amoral”, incapaz de provocar o progresso moral e material do Império.

“Que precioso monumento não fora para nós desses Povos incultos, que quase tem desaparecido da superfície da Terra, sendo tão amigos da liberdade e da independência, que com preferência ao cativo em cardumes caíam debaixo das espadas dos Portugueses, que em balde tentavam submetê-los a seu jugo tirânico. Talvez tivessem elas de influir sobre a atual Poesia Brasileira, como os cânticos do Bardo da Escócia sobre a Poesia influíram do Norte da Europa, e hoje, harmonizando seus melancólicos acentos com a sublime gravidade do Cristianismo, em toda a Europa dominam”. (Magalhães, 1978, p. 157)

Magalhães relata um tempo maravilhoso ideal à concretização de uma sociedade cristã e civilizada. Em sua descrição do espaço “Brasil”, a natureza

única e “maravilhosa”, condição de possibilidade para a construção de uma vida faustosa, permanece intacta, disponível, mas desaparece o tipo de homem ideal à mobilização adequada dessa natureza. Não que o Império, pela quebra daquela proporção perfeita, perdesse a possibilidade de se recuperar, de alcançar progresso moral e material, mas era preciso, antes de tudo, recuperar o modo de ser dos “primeiros habitantes” do “Brasil” e, a partir dele, ensinar aos literatos e aos demais homens e mulheres da *boa sociedade*, “egoístas”, a medida necessária à concretização de uma sociedade moral e rica, a saber, a medida da natureza, ou se preferirmos do que seria próprio - o espírito do povo originário²⁸. No entanto, mesmo diante desse tempo originário e algo maravilhoso, Magalhães conservava seu pessimismo, e isto porque desconfiava que os homens de sua época não eram modestos o suficiente para se dedicar a ouvir os primeiros “habitadores”, aprendendo com eles sentimentos como o da “liberdade” e o da “independência”, desconfiava que eles eram incapazes de aprender a amar a natureza e a entregar-se às suas necessidades e possibilidades.

Em verdade, podemos recuperar dois *regimes de historicidade* que estão sempre em jogo no texto de Magalhães, ou se quisermos duas compreensões distintas acerca da lógica da temporalidade no interior da qual viveriam os homens. O primeiro *regime de historicidade* compartilhado pelos companheiros de *Revista* aponta para uma temporalidade, ou para uma história, que se concretizaria e se atualizaria de forma autônoma em relação aos homens, até mesmo independente. Uma história que realizaria, necessariamente, aquilo mesmo que deveria ser realizado, neste caso, o espírito do povo originário, anterior à colonização portuguesa, espírito perfeito de sentimentos nobres. Já o segundo *regime de historicidade* que também podemos observar na prosa de Magalhães e dos demais redatores da *Niterói*, diz respeito a uma temporalidade, ou a um destino, que seria decidido pelos homens, por grandes heróis e por grandes vilões,

²⁸ Segundo Magalhães: “Do que dito havemos, concluímos que à Poesia não se opõe o país, antes pelas suas disposições físicas muito favorece o desenvolvimento intelectual; e se até hoje a nossa Poesia não oferece um caráter inteiramente novo e particular, é que os Poetas, dominados pelos preceitos, atados pela imitação dos Antigos, que como diz Pope, é imitar mesmo a Natureza (como se a Natureza se ostentasse sempre a mesma nas regiões polares e nos Trópicos e diversos sendo os costumes, as leis e as crenças, só a Poesia não partilhasse essa diversidade) não tiveram bastante força para despojarem-se do jugo dessas leis, as mais das vezes arbitrárias, daqueles que se arrogaram o direito de torturar o Gênio, arvorando-se Legisladores do Parnaso”. (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 157-158)

vale ressaltar. Aqui os homens representariam papel de destaque, sendo decisivos na concretização ou não de sentidos originários, tendo a potência, inclusive, de radicalizar sentidos ônticos, ou melhor, de tornar fundamentais valores construídos aqui e ali, no interior de um determinado contexto histórico.

O primeiro *regime de historicidade* anima aos companheiros de *Revista*, garantindo que seu projeto, evidenciação daquilo que deveria ser, alcançaria, em última instância, o sucesso pretendido. O segundo, ao contrário, traria, a um só tempo, conforto lógico e desconforto espiritual. Dizendo ainda em outras palavras, nele, Magalhães encontrava resposta suficiente às suas dúvidas e perplexidades, ao anotar que a história seria menos do que um constructo perfeito em constante e necessário progresso do que aquilo mesmo que os homens viessem a realizar em determinada coordenada espaço-temporal. A história passava a ser algo realizado pelos homens, e não mais um roteiro previamente decidido por uma instância superior perfeita, Deus. Assim, os literatos encontravam lugar para os atos de “egoísmo” que pareciam se multiplicar no Império do Brasil, atos que não poderiam ser explicados no interior de uma teodicéia. Enfim, Magalhães e seus companheiros estariam, aqui, orientados pelo discurso do livre-arbítrio cristão. Sua perplexidade conquistaria uma resposta razoável, e isto porque se o Império estava em decadência a culpa era dos homens e mulheres “egoístas” que compunham a *boa sociedade*, e não de Deus, ente perfeito. Uma resposta correta mas terrível, porque Magalhães e seus companheiros passavam a sofrer com a possibilidade lógica de que o Império do Brasil decairia.

2.2.5.

De volta às árvores enxertadas e seus frutos

Retomamos, aqui, uma passagem que, a um só tempo, faz aparecer o pessimismo e a desilusão do poeta, por um lado, bem como o otimismo e a esperança na possibilidade de êxito de seu projeto civilizador, por outro. Magalhães se utiliza de uma imagem recolhida, provavelmente, às aulas de química e de biologia que assistira na Sorbonne, entre os anos de 1834 e 1836, e isto com o objetivo de fugir aos limites que ele próprio impingia a seu projeto. Fala-nos de árvores enxertadas.

Cada povo tem sua Literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto. Mas esta verdade, que para os primitivos povos é incontestável e absoluta, todavia alguma modificação experimenta entre aqueles cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo. Então semelhante às árvores enxertadas, vem-se pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies e posto que não degeneram aqueles que do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco que lhes dá o nutrimento, as quais os distinguem dos outros frutos de sua mesma espécie. (Magalhães, 1978, p. 133)

“Semelhante às árvores enxertadas”, que dão “frutos de diversas espécies”, a “Literatura Brasileira” evidenciaria múltiplos sentidos e valores, sentidos oriundos de espíritos (de modos de ser) distintos, a saber, o modo de ser “brasileiro”, fundado na “liberdade”, na “independência” e na “coragem”, e o *éthos* colonizador, “egoísta”. O que está em pauta aqui é a acusação de que essa literatura, diferentemente das literaturas “primitivas”, o que equivale a dizer diferentemente das literaturas grega e romana, estaria fundada numa espécie de solo ontológico híbrido, ou melhor, o autor propõe a idéia de que a “literatura brasileira” evidenciava e repercutia sentidos que não seriam exatamente próprios ao espírito brasileiro originário, aquele que vigia antes de 1500, antes da colonização portuguesa²⁹. Segundo Magalhães, aprofundando sua desconfiança em concretizar a civilização radical do “Brasil”, quaisquer que fossem os exemplos oferecidos pela “Literatura Brasileira”, eles não seriam dignos de ser reeditados, e isto porque, em alguma instância, eles já estariam fundados em valores “egoístas”, valores doados pela colonização portuguesa³⁰. Acompanhamos, assim, a uma espécie de passo atrás de Magalhães, o que significa dizer que o literato parece colocar em xeque o próprio significado de seu caminho, um caminho que propunha analisar a história da “literatura brasileira”,

²⁹ Segundo Valdeci Lopes de Araújo: “Pela própria natureza não perecível da literatura, os povos costumam herdar tradições de outros lugares e tempos. É assim que a literatura da Europa esteve sempre marcada pela presença das literaturas grega e romana, em grande medida estranha àquela realidade. Sendo a Europa fundamentalmente cristã, conviveu durante séculos com uma literatura repleta de referências aos deuses e mitos pagãos. Nesse caso, prossegue Magalhães, pode haver tanto o paralelismo das duas literaturas – uma nativa e outra emprestada, cada qual discernível uma da outra – quanto a fusão das duas, de tal forma que já não seja possível distingui-las”. (ARAÚJO, 2008, p. 120)

³⁰ À diferença de Magalhães, Gonçalves Dias e em José de Alencar exaltam a relação entre a literatura portuguesa e a brasileira, relação que teria produzido uma civilização poderosa, conforme podemos ler em Alencar: “(...) a literatura nacional que outra coisa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contato de outros povos e ao influxo da civilização”. (Apud MATTOS, 2010, p. 122)

da poesia no “Brasil”, com o objetivo de perceber as manifestações, aqui e ali, dos sentidos próprios ao espírito do povo “Brasileiro”, e isto orientado por uma compreensão do tempo progressista e otimista. Enfim, o literato grifa que a “Literatura Brasileira” não seria mais uma voz privilegiada capaz de fazer aparecer os sentidos fundamentais ao êxito do “povo Brasileiro”, e isto porque, como já anotamos, a “literatura brasileira”, produzida ao longo dos mais de três séculos de colonização, teria ganho a determinação do “egoísmo”. O que nos aparece a partir da escrita de Magalhães é algo como uma desilusão radical, algo como – daqui por diante não podemos mais contar com a poesia “brasileira” para orientar nossos passos, e isto porque ela também está comprometida, geneticamente, com o “egoísmo” legado pelos colonizadores.

Todavia, precisamos, uma vez mais, escutar com algum cuidado a fala de Magalhães, e isto porque sua metáfora evidencia uma espécie de movimento de abertura à possibilidade de transformação paulatina, porém significativa, do presente em relação ao passado, em relação ao passado colonial. Na metáfora que percorremos, o tronco enxertado - apesar de ser natural de outras plagas e de trazer nele, devidamente armazenada, a seiva fundamental à produção de novos frutos - passa a ser alimentado pelo solo “brasileiro”, o que significa dizer por um novo espírito que sustenta o próprio “tronco, que lhe dá o nutrimento”. Assim, novos frutos nascem e, progressivamente, se “distinguem dos frutos de sua mesma espécie” (Magalhães, 1978, p. 133), e isto até que os frutos ainda alienígenas, já não tão alienígenas assim, caiam de maduros. Ao fim, a metáfora de Magalhães é tributária de sua crença numa concepção de história progressiva, no interior da qual, a qualquer momento, por uma espécie de salto metafísico, o espírito “Brasileiro” originário e “imaculado” se faria preponderante, ou se preferirmos, junto à imagem de Magalhães, o solo e seus nutrientes passariam à condição de fundamento³¹.

³¹ O tema da pureza das instituições, ou ainda, dos hábitos e das paixões era recorrente no interior da sensibilidade Romântica. Acompanhemos palavras de Nietzsche que se aproximam das de Magalhães, aliás, elas comunicam esperanças semelhantes, a saber, a de uma purificação algo mágica, em última instância, do espírito do povo germânico e brasileiro respectivamente. Lembrando que tratamos, aqui, de um Nietzsche profundamente marcado pelo Romantismo alemão, que escreve “O Nascimento da Tragédia” sob a determinação de Schiller, Schelling, Schopenhauer e Hegel, temos que: “Não parece possível transplantar com êxito duradouro um mito estrangeiro sem ferir incuravelmente com esse transplante a própria árvore: a qual é alguma vez, quiçá, bastante forte e sã para excitar, com uma luta terrível, esse elemento estranho, mas que em geral tem de consumir-se, doentio e atrofiado ou em espasmódica proliferação. Temos em tão grande conta o núcleo puro e vigoroso do ser alemão, que nos atrevemos a esperar precisamente

Passamos a falar, assim, em uma história do “Brasil” dividida em algo como três tempos, o primeiro ideal, “edênico”, anterior à colonização portuguesa, lugar da permanente relação entre os homens e Deus, o que significa dizer espaço no qual vigia a “liberdade”, a “independência” e a “coragem”. O segundo tempo teria início alguns anos após a chegada dos portugueses no “Brasil”, mais especificamente após a derrota dos jesuítas, ou melhor, se estendia desde a derrota dos interesses cristãos até os dias nos quais Magalhães e seus companheiros escreviam. O terceiro e último tempo seria algo como um tempo possível a ser instaurado no “Brasil”, apesar de sua raiz “egoísta”, podemos dizer (quase) ontológica, radicalizada pelo colonizador. O que percebemos, no fundo, não deixa de ser uma espécie de aliança entre o pessimismo e o otimismo de Magalhães, aliança que instaura uma determinada compreensão que entrevê o real como sendo uma instância complexa no interior da qual os literatos e os homens em geral seriam responsáveis pela conquista ou não, de sentidos adequados à existência, um âmbito aberto à possibilidade de “regeneração”, bem como à possibilidade de decadência. Neste âmbito, em meio a um real arriscado, Magalhães e seus companheiros tratavam de depositar suas expectativas de redenção do “Brasil” num tempo futuro a ser construído pelos homens e que repetiria e superaria o passado originário.

Em verdade, percebemos que o texto de Magalhães é orientado, a um só tempo, por visões de mundo distintas, por esperança e por desilusão, concomitantemente, e isto porque ele se mantém fiel, também a um só tempo, por um lado, ao argumento de que o espírito propriíssimo do “povo brasileiro” mantinha-se diferenciado e, por isto, passível de ser resgatado, identidade que poderia, sim, ser refletida pela “literatura brasileira”, afirmando que - “conhecer-se pode qual a indígena, qual a estrangeira”, bem como descreve, por outro lado, certa confusão irremediável de sentidos, de valores e instituições, confusão - “que é impossível separar”, estado que significaria a mescla indissociável de valores,

dele essa expulsão de elementos estranhos implantados à força e consideramos possível que o espírito alemão retorne a si mesmo conscientizado (...) Que ninguém creia que o espírito alemão haja perdido para sempre a sua pátria mítica, posto que continua compreendendo com tanta clareza as vozes dos pássaros que falam daquela pátria. Um dia ele se encontrará desperto, com todo o frescor matinal de um sonho imenso: então matará o dragão, aniquilará os pérfidos anões e acordará Brunhilda – e nem mesmo a lança de Wotan poderá barrar o seu caminho!”. (NIETZSCHE, 1992, p. 138 et. seq.)

confusão que fundaria, ao fim, um único espírito “egoísta”, algo que determinaria a inexorabilidade da decadência do Império do Brasil. Acompanhemos:

Em tal caso, porém as duas Literaturas marcham a par e conhecer-se pode qual a indígena, qual a estrangeira. Noutras circunstâncias, como as águas de dois rios, que num confluente se anexam e confundidas em um só leito se deslizam, as duas Literaturas de tal jeito se aliam, que é impossível o separá-las (Magalhães, 1978, p. 133).

Ao mesmo tempo em que sublinha a força do espírito nacional, espírito que obnubilaria o que era alienígena, mesmo que após séculos de “egoísmo”, Magalhães denuncia certa presença estrangeira potente, que perdurava até seus dias. O autor defende a capacidade de recuperação do espírito nacional através da literatura, entretanto, anota a força radical das instituições do colonizador, instituições como a escravidão indígena e negra, o “egoísmo”, a “amoralidade” e a irreligiosidade, instituições que fariam da literatura um âmbito próprio à repercussão de valores híbridos e inadequados ao espaço “Brasil”.

Magalhães ressalta a potência do elemento colonizador, denunciando que nem a independência política teria sido capaz de vencer as velhas instituições, e isto porque - “A Independência foi proclamada em 1822 e reconhecida 3 anos depois. Mais tarde a experiência mostrou que tudo não estava feito (...)” (Magalhães, 1978, p. 150). Se o “espírito brasileiro” era forte, a imoralidade dos costumes implantados durante séculos no “Brasil” também eram. Magalhães e seus companheiros tinham esperança e, a um só tempo, consciência da dificuldade de realizar seu projeto civilizador, projeto que pretendia, em linhas gerais, concretizar a redução do modo de ser egoísta ao modo de ser brasileiro originário. Os companheiros de Revista moviam-se em meio à seguinte tensão: 1) precisavam denunciar a força das instituições “egoístas” legadas pelo colonizador, e isto com o objetivo de evidenciar a natureza do desafio a ser enfrentado por todos e 2) não podiam fazer tais instituições aparecer como forças inultrapassáveis, pois se assim o fizessem, inviabilizariam, de chofre, seu projeto corretivo, ou melhor, deixariam de ter um projeto corretivo para cuidar, e em seu lugar vigeria uma ladainha apenas sofisticada.

Magalhães apresenta, então, basicamente, dois tipos essenciais de espírito, ou de literatura se preferirmos. O primeiro tipo seria o autêntico, espírito que mesmo quando “dominado”, como o “brasileiro”, seria detentor de uma força

singular capaz de se libertar do jugo a que fora exposto. O segundo tipo seria marcado pela ausência de força para libertar-se das crenças e costumes imputados por outras literaturas – e, aqui, cita a literatura portuguesa e a espanhola, bem como a francesa e a inglesa³². O que o autor descreve é a possibilidade de um espírito híbrido, determinado por outro espírito, retomar sua determinação radical, possibilidade que no caso “brasileiro” apareceria, por vezes, como sendo uma assunção necessária. Nesse momento do texto, Magalhães equipara o “espírito brasileiro” ao grego, afirmando que ambos seriam igualmente imbatíveis, e isto porque, por mais que o espírito grego nunca tivesse sido determinado por qualidades alienígenas, o “espírito brasileiro”, diferente do grego apenas em forma, não havia sofrido nada além de uma espécie de desvio provisório, de desvio que havia de ser superado, de uma vez por todas, a partir do projeto dos companheiros de *Revista*; afinal, no caso “brasileiro”, ainda era possível descrever as determinações específicas do espírito do povo originário, e aqui vale destacar, novamente, a confiança do poeta ao afirmar que – “Em tal caso, porém, as duas Literaturas marcham a par, e conhecer-se pode qual a indígena, qual a estrangeira” (Magalhães, 1978, p. 133).

Enfim, a própria confiança na possibilidade de o espírito do povo brasileiro originário se manter diferenciado e de se fazer aparecer através da poesia de uma época orienta Magalhães no sentido de insistir estudando a poesia colonial (ou ao menos a prometer um estudo mais detalhado). Acompanhemos.

Havemos pois mister remontarmo-nos ao estado do “Brasil” depois de seu descobrimento, daí pedindo conta à história e à tradição viva dos homens do como se passaram as coisas, seguindo a marcha do desenvolvimento intelectual e pesquisando o espírito que a presidia, poderemos livremente mostrar, não acabado, mas ao menos verdadeiro quadro histórico da nossa Literatura. (Magalhães, 1978, p. 135)

Aí, Magalhães descreve o espírito brasileiro original como tendo sido forte o suficiente para se fazer escutar, para se manter diferenciado e nítido, mesmo tendo enfrentado, durante séculos, a presença insistente do colonizador. Se por um lado, o próprio espírito português, acompanhado, por sua vez, pelos espíritos

³² Magalhães afirma que a literatura francesa não teria força para fazer aparecer o que seria próprio ao espírito francês, sendo, assim, por vezes, uma espécie de minotauro, que produziria imagens alucinadas, em dissintonia com o real, com o espírito do povo francês original (Cf. MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 133-134).

espanhol, francês e inglês, não se mostrava resistente o suficiente para superar a força invasiva de espíritos alienígenas, o espírito brasileiro original respirava e insistia em se mostrar, aqui e ali, ao longo da história do “Brasil”, aguardando, tão somente, pela evidenciação que caberia à literatura. Em relação à determinação específica do espírito grego, por um lado, e a determinação dos espíritos português, espanhol, francês e inglês por outro, podemos ler:

A Grécia, por exemplo, tinha uma Literatura que lhe era própria, que explica suas crenças, sua moral, seus costumes, uma Literatura enfim toda grega. A Europa de hoje, ou tomemos a França, ou a Inglaterra, ou a Espanha, ou Portugal, apresenta o exemplo da segunda proposição; além da Literatura filha de sua civilização originária do Cristianismo, nós aí vemos uma outra Literatura, que chamamos de enxertada, que não é mais do que uma lembrança da mitologia antiga e uma recordação de costumes, que ela não possui; e não só as duas literaturas marcham a par, como muitas vezes um mesmo Poeta se vota à cultura de ambas (...) no caso em que as Literaturas de modo tal se mesclam, que se não pode separá-las, nós vemos a Literatura Romântica de Espanha uma mistura de idéias cavalherescas e Árabes, restos da antiga civilização dos Árabes; algumas vezes se ela é cristã no seu fundo é ela Árabe quanto à forma. (Magalhães, 1978, p. 133-134)

Magalhães faz um elogio à literatura grega, pois ela teria concretizado as idéias e os costumes adequados à Grécia, e isto sem se deixar obliterar, “confundir”, por costumes e instituições alienígenas. Não obstante, Magalhães também elogia o “Brasil”, aproximando-o da Grécia e opondo-o a Portugal, Espanha, França e Inglaterra, e isto porque se o espírito do povo brasileiro, diferentemente do grego, havia sido surpreendido pelo egoísmo enxertado pelo colonizador, ambos, o espírito grego e o brasileiro, teriam algo em comum, a saber, a força necessária para se evidenciar, para se fazer entrever de forma distinta, qualidade que bastava para que o espírito do povo brasileiro pudesse se libertar do jugo de sentidos estranhos à sua essência. Grécia e Brasil possuíam uma história distinta, todavia seriam orientados por espíritos dotados do mesmo predicado - a força de diferenciação e de evidenciação³³.

Já a Inglaterra, a França, Portugal e a Espanha teriam testemunhado a degeneração de seus espíritos durante o século XVIII, o que apareceria,

³³ Aqui, Magalhães evidencia a originalidade do Brasil em relação a Portugal e à Europa e parece superar seu melindre em relação ao monogenismo de Buffon, compreensão que afirmava que a humanidade possuía uma única origem, e que todo aperfeiçoamento se daria a partir da assunção dos elementos oferecidos no interior dessa origem, a saber, a civilização européia. Qualquer elemento radicalmente distinto dos traços europeus – o Brasil, por exemplo – seria compreendido, então, como degenerado.

claramente, através de suas poesias, repletas de sentidos determinados, a um só tempo, pelos espíritos árabe e greco-romano. Segundo Magalhães, elas teriam sido vítimas do que de pior pode ocorrer a um povo, a saber, a confusão de crenças e de costumes, o que faz com que um determinado espírito se torne inapropriado ao enfrentamento das necessidades específicas a este ou àquele espaço. Esse povo passaria a viver numa espécie de ilusão, um “delírio”, como ressalta o poeta em outro momento.

O Brasil era diferente da Espanha, por exemplo, e semelhante à Grécia, afirmara Magalhães, e isto devido à sua capacidade, ontológica, de diferenciação e de evidenciação, e até aqui podemos acompanhar um Magalhães esperançoso, orientado pela compreensão de tempo que chamamos de progressiva, aquela mesma que apontava para o desvelamento necessário do espírito do povo originário. Mas para a realização dessa potência, ou ainda, para a realização do modo de ser do amor e, por conseguinte, para a assunção do progresso moral e material, ainda seria necessária a participação especial de um grupo seletivo de homens, a saber, os literatos. Magalhães contava com os literatos e aí, no entanto, o poeta, já enrubescido, aprofundaria em embaraço.

2.2.6.

Ensinar os literatos a ler o “Brasil”

Se na Espanha o espírito do povo teria sido ferido de morte por costumes estrangeiros, o Império do Brasil, por outro lado, poderia contar com a força excepcional do seu espírito, bem como com a pujança de um grupo extraordinário, uma geração que teria se dedicado a ouvir o espírito do povo, buscando evidenciar seus sentidos mais radicais. Magalhães criticara, outrossim, aqueles que se formaram a partir de crenças e de costumes alheios, em especial os que eram demasiado apaixonados pelas literaturas (culturas) grega e latina, e isto com o objetivo de educá-los, de “acostumá-los” a pensar os problemas e sentidos adequados ao “Brasil”, ou ainda, “acostumá-los” a acolher as requisições do espírito do povo originário. Os homens e mulheres em geral seriam “egoístas” e “amorais”, e os literatos apareciam como “egoístas” e lunáticos, pois produziram uma literatura (ou uma cultura) orientada por valores e sentidos impróprios à realidade “brasileira”, sentidos que nasciam no interior de tradições estrangeiras,

há muito já ultrapassadas, e isto com o intuito de satisfazer suas inclinações³⁴. Enfim, a civilização dos literatos era fundamental para Magalhães, necessária para que a própria literatura pudesse evidenciar as requisições do espírito do povo originário e se tornar, por conseguinte, o instrumento ideal à civilização e ao progresso do Império. Como afirma Magalhães:

Não que pretendamos que a esmo se louve tudo que nos pertence, só porque nos pertence (...) mas porventura vós, que consumiste vossa mocidade no estudo dos clássicos Latinos ou Gregos, vós que lede Voltaire, Racine, Camões ou Filinto e não cessais de admirá-los muitas vezes mais por imitação, que por própria crítica, apreciáis vós as belezas naturais de um Santa Rita Durão, de um Basílio da Gama, de um Caldas? (Magalhães, 1978, p. 144).

Magalhães prepara parte de seu projeto civilizador - a negação dos elementos ditos alienígenas ao espírito brasileiro, adorados, admirados e “imitados” pelos literatos em geral. A civilização de homens que mesmo privilegiados pelo espectro da independência política, mantinham-se adeptos acríticos das instituições estrangeiras. Sem crítica, melhor dizendo, sem o recorte necessário e o olhar correto, a saber, aquele que possibilitaria reconhecer as determinações do espírito do povo brasileiro, o Império do Brasil continuaria, no melhor dos casos, na “imobilidade”. Anota que não se trata de excluir e desprezar as literaturas estrangeiras, “nada de exclusão”, “nada de desprezo”, mas logo retoma sua orientação fundamental, a de evidenciar a natureza física “brasileira”, as “belezas naturais”, natureza que seria o horizonte doador das necessidades e dos sentidos realmente adequados ao progresso do Império.

Do que dito havemos, concluímos que à Poesia não se opõe o país, antes pelas suas condições físicas muito favorece o desenvolvimento intelectual; e se até hoje a nossa Poesia não oferece um caráter inteiramente novo e particular, é que os Poetas, dominados pelos preceitos, atados pela imitação dos Antigos que como diz Pope, é imitar mesmo a Natureza (como se a Natureza se ostentasse sempre a mesma nas regiões polares e nos Trópicos e diversos sendo os costumes, as leis, e as crenças, só a Poesia não partilhasse essa diversidade) não tiveram bastante força para despojarem-se do jugo dessas leis, as mais das vezes arbitrárias,

³⁴ Sobre a condição de lunáticos atribuída aos poetas brasileiros, Magalhães afirma que: “Ora tão grande foi a influência, que sobre o Gênio Brasileiro exerceu a Grega mitologia transportada pelos Poetas Portugueses, que muitas vezes Poetas Brasileiros em pastores se metamorfoseiam, e vão apresentar seu rebanho nas margens do Tejo e cantar à sombra das faias”. (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 147)

daqueles que se arrogam o direito de torturar o Gênio, arvorando-se Legisladores do Parnaso (Magalhães, 1978, p. 157-158)³⁵.

Magalhães e seus companheiros preparavam seu projeto civilizador, no entanto, diziam-se solitários, e isto porque integrariam um mundo no qual os sentidos do espírito do povo originário estariam sendo pervertidos. A perversão se realizaria como aprofundamento daquela “confusão” entre os sentidos próprios ao espírito do povo originário e os valores doados por outros espíritos. Para Magalhães, seria necessário que os poetas “brasileiros” se tornassem originais ou autênticos se preferirmos, o que significa dizer capazes de evidenciar os sentidos oferecidos pelo espírito do povo brasileiro, e isto porque, até então, a civilização “brasileira” não passava de um caleidoscópio, de uma esfinge perfeita. Acompanhemos a descrição que o autor fez da “literatura brasileira”, ou melhor, do próprio espírito “confuso” que orientava os costumes e hábitos dos homens no Império do Brasil.

Não se pode lisonjear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação, que tão mesquinha foi ela, que bem parece ter sido dada por mãos avaras e pobres; contudo boa ou má dele herdou e o confessamos, a Literatura, e a Poesia, que chegadas à América não perderam seu caráter Europeu. Com a poesia vieram todos os Deuses do paganismo, espalharam-se pelo Brasil e dos céus, das florestas e dos rios se apoderaram. A Poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma Grega, vestida à Francesa e à Portuguesa e climatizada no Brasil; é uma Virgem do Helicon, que, peregrinando pelo Mundo, estragara seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das Palmeiras da América se apraz ainda com as reminiscências da Pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castalia e o trepido sussurro do London e do Ismeno e toma por um roxinol o sabiá, que gorjeia entre os galhos da laranjeira. Encantados por este nume sedutor, por esta bela Estrangeira, os Poetas Brasileiros se deixaram levar pelos seus cânticos e ouvidaram as simples imagens que uma Natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia; semelhante a Armida de Tasso, cuja beleza,

³⁵ Ainda podemos ler a denúncia de Magalhães acerca da imitação dos “Antigos”: “Acreditava-se então que mitologia e Poesia uma e a mesma coisa eram. O instinto porém guiou-os; e posto que lentamente, as encanecidas montanhas da Europa humilharam-se diante das sempre verdes e alterosas montanhas do Novo Mundo; a virgem Homérica, semelhante à convertida Esposa de Eudoro abraça o Cristianismo, e neófita ainda, mal iniciada nos misteriosos arcanos de sua nova Religião, resvala às vezes, e no enlevo d’alma, no meio de seus sagrados cânticos, se olvida e atormentada sonha com as graciosas mentiras, que o berço lhe embalaram. Não, ela não pode ainda, posto que naturalizada na América, esquecer-se dos sagrados bosques do Parnaso, à cuja sombra se recreara desde o albor de seus anos; disser-ia que ela é combatida pela moléstia da pátria, e que nos assomos da Nostalgia à Grécia transportada se julga, e com seus Deuses delira. Saudosa moléstia, que só o tempo curar pode. Mas enfim é já um grande passo; e praza ao céu que a conversão seja completa e que os vindouros vates Brasileiros achem puro céu de sua Pátria um sol mais luminoso que Febo, Angélicos Gênios, mais sublimes que as Pieredes, que o inspirem”. (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 148-149)

artifícios e doces palavras atraíram e desorientaram os principais guerreiros de Godofredo (Magalhães, 1978, p. 146-147)³⁶.

O texto reafirma a determinação da “literatura brasileira” que vigorava a época dos companheiros de Niterói, a saber - a “confusão”, e isto porque ela era constituída a partir de várias crenças e valores, as mais dessemelhantes, uma espécie de miscelânea forjada à revelia do real, a despeito das condições naturais chamadas, pelos companheiros, de “Brasil”. Os literatos “brasileiros”, os homens responsáveis pela ausculta do espírito do povo brasileiro originário, deveriam procurar conhecer a poesia daqueles que teriam destoadado, de alguma forma, ao longo do período colonial, poetas como Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Claudio Manoel da Costa, guardando a devida distância de nomes estrangeiros até então exclusivos como os clássicos gregos e latinos, Voltaire, Racine e Camões. Caberia aos literatos estudar e resguardar os sentidos do espírito do povo originário, sentidos que teriam aparecido no interior da poesia produzida ao longo dos séculos nos quais o “Brasil” fora colonizado por Portugal³⁷.

Não obstante o interesse de Gonçalves de Magalhães em evidenciar e resguardar os sentidos liberados pelo espírito do povo original, que teriam se

³⁶ Estas palavras abrem a compreensão de que Magalhães e seus companheiros eram favoráveis ao diálogo entre as diferentes literaturas, mas de um diálogo capaz de fornecer aos literatos brasileiros instrumentos necessários à ausculta das requisições oferecidas pelo espírito do povo brasileiro. A literatura estrangeira era bem-vinda se fosse fundamental ao enriquecimento da sensibilidade dos literatos brasileiros, à sensibilidade para os sentidos e valores que precisavam ser concretizados no “Brasil”. Assim sendo, concluímos que Magalhães e seus companheiros se colocam a favor da leitura sistemática dos clássicos, mas sempre a partir de um determinado interesse, o interesse de evidenciar o espírito do povo brasileiro, por isto o poeta anota que – “Convêm estudar os Antigos e os modelos dos que nas diversas composições poéticas se avantajaram, mas não escravizar-se. ‘O Poeta independente, diz Schiller, não reconhece por lei senão as inspirações de sua alma e por soberano o seu Gênio’. Só pode um poeta chamar-se grande se ele é original, se de seu próprio Gênio recebe as inspirações” (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 158).

³⁷ De acordo com Magalhães: “Havemos pois mister remontarmo-nos ao estado do Brasil depois de seu descobrimento, daí pedindo conta à história e à tradição viva dos homens de como se passaram as coisas, seguindo a marcha do desenvolvimento intelectual e pesquisando o espírito que a presidia, podemos livremente mostrar, não acabado, mas ao menos verdadeiro quadro histórico da nossa Literatura (...) Nenhum nacional, que nós conheçamos, ocupados se tem até hoje com tal objeto. Dos estrangeiros, MM. Bouterwech, Sismonde de Sismondi e Ferdinand Denis alguma coisa disseram. O primeiro apenas conhecia Claudio Manuel da Costa, de quem alguns pedaços apresenta, o segundo inteiramente pauta-se sobre o primeiro; e a menção, que faz de alguns Brasileiros fora mesmo excluída do plano de sua obra sobre a Literatura do meio-dia da Europa, se nela não entrasse como um apêndice à história da Literatura Portuguesa. No resumo da história Literária de Portugal e Brasil, por M. Ferdinand Denis, posto que separadas estejam elas, e por ventura mais extenso desenvolvimento esta última oferecera, contudo, basta uma vista de olhos para ver-se que ainda longe está de ser completa, servindo apenas para dar uma idéia a estrangeiros (...) Necessário nos foi a leitura do imenso trabalho biográfico do Abade Barbosa, para podermos achar aqui e ali o nome de um Brasileiro distinto, no meio desse aluvião de nomes colecionados às vezes com bem pouca crítica” (Ibid., p. 135-137).

evidenciados através da poesia produzida no “Brasil” ao longo da época colonial, insistimos na hipótese de que Magalhães também desconfiava dos poetas desses tempos, poetas que não passavam de “pirilampos”, de vaga-lumes, que precisavam da escuridão para serem notados, algo como falsos poetas que teriam alcançado alguma visibilidade apenas porque se encontravam em meio à total escuridão, à ignorância, poetas da escuridão ou coisa do gênero e, ao fim, incapazes de evidenciar o espírito do povo originário. Aliás, em última instância, esses poetas eram compreendidos por Magalhães como “escravos” da cobiça da Metrópole, homens sem “liberdade”, que tinham de obedecer às requisições, ou melhor, aos limites e às possibilidades oferecidos pelo colonizador e, por isso, eram incapazes de criar, ou ainda, de evidenciar o espírito do povo original, tarefa que exigia total disponibilidade. Como podemos ler:

E poder-se-á com razão acusar o Brasil de não ter produzido gênios de mais subido quilate? Mas que povo escravizado pode cantar com harmonia, quando o retinido das cadeias e o ardor das feridas sua existência torturaram? Que colono tão feliz, inda com o peso sobre os ombros e curvado para a terra, a voz ergueu no meio do Universo e gravou seu nome nas páginas da memória? Quem, não tendo o conhecimento de sua própria existência, e só de cenas de miséria rodeados, pôde soltar um riso de alegria e exalar o pensamento de sua individualidade? Não; as Ciências, a Poesia e as Artes, filhas da Liberdade, não são partilhas do escravo; Irmãos da glória fogem do país amaldiçoado onde a escravidão rasteja, e só com a Liberdade habitar podem. (Magalhães, 1978, p. 142-143).

Magalhães recorria, então, a um tempo exemplar e ainda mais recôndito, no qual todos seriam livres para se dedicar à evidenciação e à intensificação daquilo mesmo que deveria ser, a saber, o espírito do povo original. O que está em jogo aqui, em verdade, é a exaltação de um modo de ser fundamental à tarefa de evidenciação do espírito do povo original – o modo de ser da “liberdade” e da “independência”. Em última instância, os literatos “brasileiros” tinham muito pouco a aprender com os poetas que viveram nos tempos da Colônia, e isto porque, de alguma forma, eles teriam sido orientados pelo espírito “egoísta” e pelo imperativo da “imitação”, sendo orientados por idéias e costumes alienígenas. Seria necessário recorrer aos primeiros “habitadores”, aprender com o

índio a ser livre, a escutar a voz de seu gênio, o que significava, necessariamente, afastar-se dos critérios estrangeiros e aproximar-se do espírito do povo³⁸.

Magalhães relata o que chamamos acima de primeiros tempos, tempos nos quais reinava um perfeito equilíbrio entre a natureza física e as suas requisições, por um lado, e o povo brasileiro originário, por outro. A natureza física “Brasil” requisitava ao homem uma espécie de entrega completa. Sendo assim, cada homem deveria ser “livre” e “independente” para doar-se a uma natureza capaz de fazê-lo tocar o “céu”, ou se preferirmos, âmbito privilegiado no interior do qual ele se encontraria disponível à possibilidade de compreensão da finitude humana e de experimentação da medida do eterno. A natureza “brasileira” requeria do poeta dedicação fundamental, dedicação que não poderia ser oferecida por homens “escravizados” politicamente e/ou alienados por imagens e sentidos estrangeiros. Os primeiros tempos ofereciam àqueles que procurassem conhecê-los, um tipo de homem, um modo de ser que se movia em consonância com a natureza física, e isto porque esse tipo teria conquistado uma instituição fundamental - a “liberdade”. Esse tipo teria sido “independente”, amante da “liberdade”, amante que ia sendo exterminado num desafio assimétrico, grifava. Os índios, “livres”, se dedicariam às requisições da natureza física “Brasil”, a experimentavam, conquistando, assim, acesso privilegiado às lições adequadas à existência no espaço “Brasil”³⁹.

³⁸ Como anota Magalhães: “Depois que Homero, inspirado pelo seu Gênio, sem o apoio de alheia crítica, elevou-se à grandeza da Epopéia, criação sua, e Píndaro pelo mesmo caminho à sublimidade da Lírica, vieram então os críticos e estabeleceram regras. Convém estudar os Antigos e o modelo dos que nas diversas composições poéticas se avantajaram, mas não escravizar-se” (Gonçalves de Magalhães, 1978, nº1, p. 158). Ou ainda como percebeu Márcia Gonçalves: “A equação autor/obra, em termos de avaliação estética, era substancialmente alterada. Os juízos sobre a última, na perspectiva clássica, presos às regras de diagnóstico do belo, cediam lugar à emergência da ‘função autor’, tão cara, nas formulações românticas, ao conceito de gênio (GONÇALVES, 2009, p. 438).

Para a compreensão da noção de gênio como sendo uma espécie de voz capaz de reorientar o indivíduo em direção ao real, ou se quisermos, àquilo que é mais propriamente, torna-se importante a leitura de AGAMBEN, 2007, especialmente o tópico – *genius*. Ver, também, SCHOPENHAUER, 2003, p. 61 et. seq.

³⁹ O que está em jogo aqui é a explicitação de que as produções dos gênios são fundadas em sentidos sempre já disponíveis. Eles seriam, então, divulgadores de sentidos e valores que vigeriam tacitamente, antes de qualquer ponto de origem propriamente humano. Talvez ressoe aqui a leitura e a compreensão de natureza e de ciência de Schelling, a compreensão de que os sentidos e valores fundamentais são decididos não pelos homens, mais pela própria natureza, e isto num estágio sempre anterior ao da consciência. Ver Barbosa, 2010, especialmente o capítulo 3.

O autor sublinha, ainda, que os primeiros “brasileiros” eram “melancólicos”, como os poetas escoceses (Magalhães, 1978, p. 157). Magalhães está evidenciando uma outra condição de possibilidade, além da “liberdade”, para a experimentação e para a evidenciação da natureza física, para a compreensão do espírito do povo originário, uma condição que os primeiros “brasileiros” possuiriam, mas que teria se perdido a partir da colonização portuguesa. Trata-se de algo mais que os poetas do Império do Brasil precisavam aprender junto aos homens dos primeiros tempos. Os poetas do Império deveriam aprender, junto aos indígenas, a ser “melancólicos”, ou seja, deviam conquistar uma espécie de sentimento íntimo que anunciava, sempre novamente, que a vida do homem era frágil, marcada pela incompletude. Esse sentimento íntimo acompanhava o tipo melancólico acostumando-o à dor provocada pela consciência de sua determinação específica – a fragilidade e tornava-o, por conseguinte, apto à experimentação de uma natureza que o lembrava, sempre novamente, de sua condição essencial. O melancólico adorava a natureza, estava sempre disponível a experimentá-la e a conhecê-la de perto, e isto porque ela não o espantava quando exigia dele esforços constantes e marcados pelo selo da tardança, pelo contrário, como já vimos a partir de Chateaubriand, ele tinha um prazer estranho quando ela convocava-lhe a experimentar/realizar algo a princípio impossível, que sublinhava a sua pobreza.

Temos, por um lado, o indígena que, melancólico, conviveria com uma espécie de sensação interna de fragilidade insuperável e, por outro lado, a natureza, âmbito misterioso no qual o homem encontrava-se, a todo o momento, diante de desafios imprevisíveis e impossíveis. O que está em jogo aqui é uma afinidade entre o indígena e a natureza, uma afinidade fundada na dor provocada pela experimentação da finitude. O indígena, melancólico, que sempre já experimentara a dor da consciência da finitude, sentia-se confortável no interior da natureza, em meio a desafios terríveis que, por sua vez, faziam-no experimentar e lembrar, uma vez mais, de sua condição finita. Aí, num sentimento de prazer oferecido pela própria dor provocada pela experimentação da finitude humana, residiria a razão do interesse do indígena pela imensidão e pelos mistérios doados, incessantemente, pela natureza e, por conseguinte, o fundamento da sua lassidão e entrega sinceras. Por outro lado, boa parte dos poetas contemporâneos a Magalhães negaria quaisquer experiências de limite, e

isto porque seriam “egoístas”, preocupados com a realização imediata de todos os seus desejos circunstanciais. Dizendo ainda de outro modo, tais poetas, para se satisfazerem imediatamente, lançavam mão da imitação dos Antigos, ou seja, para se protegerem do sentimento de fragilidade e de finitude oferecidos pela natureza “brasileira”, tratavam de reproduzir as leis estéticas e morais gregas e romanas, e isto com o objetivo de se afastarem do que era selvagem, ou ainda, imprevisível. Por isto, pelo desejo mesmo de superar a paixão provocada pela sensação da finitude, é que os “brasileiros” em geral, em especial os poetas como acompanhamos, teriam se afastado da natureza física “Brasil”.

Os literatos precisavam aprender a ser livres para auscultarem o que a natureza oferecia e tinham de aprender a ser melancólicos, e isto com o objetivo de conquistar a afinidade necessária à boa-relação com a natureza, natureza que era lugar de sofrimento, espaço no interior do qual o homem era lembrado, sempre uma vez mais, de sua finitude e fragilidade. Precisavam, antes de tudo, compreender a condição de possibilidade para a realização de todo e qualquer feito humano, a dor, o sofrimento e a insistência, para que pudessem, então, aventurar-se junto à natureza e descobrir e resguardar seus segredos mais recônditos, ou ainda, os sentidos necessários à conquista do progresso moral e material no espaço “Brasil”.

E, aqui, compreendemos o que os literatos deveriam aprender com os primeiros “habitadores” do “Brasil”, deveriam aprender a ouvir a natureza “brasileira” para experimentar a medida da eternidade e, a um só tempo, criar, ou ainda, organizar e evidenciar sentidos fundamentais ao progresso moral e material do Império.

2.2.7.

Literatura e metafísica

Os literatos, à época de Magalhães e de seus companheiros, insistiam, no entanto, no conforto “pastoril” da “bela estrangeira”, pois...

(...) tão grande foi a influência, que sobre o Gênio Brasileiro exerceu a Grega mitologia transportada pelos poetas portugueses, que muitas vezes Poetas

Brasileiros em pastores se metamorfoseiam e vão apascentar seu rebanho nas margens do Tejo e cantar à sombra das faias (Magalhães, 1978, p. 147).⁴⁰

Os literatos “brasileiros”, em geral, insistiam em reproduzir as idéias e os costumes oferecidos por outras literaturas e, aqui, Magalhães percebe que não poderia contar com o apoio de boa parte dos literatos do Império. O autor anuncia, então, uma espécie de “harmonia” metafísica que estaria irrompendo entre os redatores da *Revista Niterói*. Uma “razão oculta” ordenava o real, afirma, realizando “todos os fatos contemporâneos”, e Magalhães e seus companheiros entreviam e descreviam, de forma privilegiada, a lógica desse movimento extraordinário e autônomo que se ia concretizando a despeito de qualquer possibilidade de insucesso, senão vejamos:

Por uma espécie de contágio, uma idéia lavra entre os homens de uma época; reúne-os todos numa mesma crença; seus pensamentos se harmonizam e para um só fim tendem. Cada época representa então uma idéia, que marcha escoltada de outras, que lhe são subalternas, como Saturno rodeado de seus satélites; ela contém e explica as outras idéias como as premissas no raciocínio contêm e explicam a conclusão. Essa idéia é o espírito e o pensamento mais íntimo de sua época, é a razão oculta de todos os fatos contemporâneos. (Magalhães, 1978, p. 134-135)

Magalhães encontrava-se mais uma vez em embarço, sem aliados suficientes para realizar a civilização que pretendia. Se, num primeiro momento, ao criticar seu presente e seu passado encontrara uma espécie de passado originário, com o qual poderia contar para civilizar os literatos e os demais homens e mulheres da *boa sociedade*, percebia, logo em seguida, a dificuldade em fazer esse passado falar ao coração de seus contemporâneos. Aí, Magalhães, triste, não entrevia outra saída a não ser insistir numa metafísica contundente, metafísica que não era, mais propriamente, o fundamento de seu projeto, mas o resultado mesmo de sua desilusão. Em última instância, precisava continuar crendo na viabilidade da civilização do Império, e, a um só tempo, precisava encontrar um ponto de legitimação para suas idéias.

O texto de Magalhães vai ganhando um tom metafísico e vai obscurecendo a possibilidade, que ele mesmo havia apresentado, de que o Império do Brasil estaria em apuros e de que o espírito do povo original encontrava-se deslocado de

⁴⁰ Segundo Magalhães: “Com a Poesia vieram todos os Deuses do paganismo, espalharam-se pelo Brasil e dos céus, das florestas e dos rios se apoderaram” (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 146).

sua condição de protagonista desde a chegada dos portugueses, e isto em nome de uma metafísica do progresso que se impunha por uma espécie de necessidade de concretização do espírito do povo original a despeito da reflexão e da ação humanas. Não sem motivo, anota que “cada época representa então uma idéia, que marcha escoltada de outras, que lhes são subalternas...”. O que está afirmando, novamente, é que independentemente do jogo de forças que se dá no interior de um contexto, há sempre alguns sentidos preponderantes, transcendentais, que nunca perdem sua força organizadora e orientadora. Deduz-se, daí, que o Império do Brasil não estaria em perigo algum e que sua história seria a realização do espírito do povo original, por mais que a investigação histórica não fosse suficientemente astuta para evidenciá-lo.

Talvez, aqui, onde o texto do poeta pareça mais convicto do progresso do Império e do êxito de sua missão civilizadora, seja o lugar mesmo de certo paroxismo, o paroxismo de seu pessimismo e desconfiança. Afirmar, então, que “uma idéia lavra”, uma “razão oculta” perfaz sentidos, o que significa um – não sei de onde nem como, mas o espírito brasileiro original se permitiria ouvir, mesmo que apenas a alguns poucos homens. Como já vimos, boa parte dos homens e mulheres, inclusive a maioria dos literatos, encontrava-se “iludida”, preocupada com suas inclinações, despreparados para a tarefa de perceber a irrupção do espírito do povo brasileiro original e, no entanto, isso não se constituiria, nesse momento, num perigo radical, e isto porque os companheiros de *Revista* anunciavam a força extraordinária de um espírito, de uma “idéia”, que se realizava de forma autônoma, que forçava a abertura do espaço necessário para aparecer e para intensificar-se, e esse espaço, ao que tudo indica, seria a própria *Niterói*.

O que está em jogo aqui, afinal, é uma espécie de desconfiança radical que opta pela crença na capacidade do espírito do povo originário de concretizar-se, e isto de maneira necessária e autônoma, ou seja, sem a atuação humana, processo que seria descrito pela literatura, sua representante; aí, Magalhães volta e intensifica a filosofia schellinguiana. Até aqui, temos acompanhado alguns momentos do texto de Magalhães, momentos nos quais o autor faz da literatura uma espécie de investigação das condições de possibilidade de seu projeto civilizador, literatura que pretende descobrir os inimigos do espírito do povo original e sua força de obnubilação real. No entanto, o texto de Magalhães possui

alguns outros momentos, esses aparecem a partir dos próprios resultados de sua investigação. Magalhães na medida mesmo em que avança em suas investigações da história da poesia do “Brasil”, compreende que o espírito do povo brasileiro teria sido soterrado pelo peso das instituições “egoístas” portuguesas e mais, que este processo de esquecimento do espírito do povo original estaria se intensificando ao longo dos anos, a despeito, inclusive, da Independência.

Magalhães anotava a força do espírito do povo original, descrevendo a liberdade e a melancolia próprias ao indígena, apontando esse povo como conhecedor de muitos sentidos próprios à natureza “Brasil”, anota e faz de sua literatura um instrumento de aproximação entre esse povo e seus contemporâneos, não obstante vai, pouco a pouco, duvidando da própria possibilidade de seu projeto ser acolhido pelos letrados seus contemporâneos. Ainda em outras palavras, seus contemporâneos não se teriam deixado orientar pelos exemplos dos primeiros povos do “Brasil”. Os literatos, especialmente os poetas, fundamentais à civilização do Império, continuavam iludidos e, por vezes, afirmara o crítico, eles iam “apascentar seu rebanho nas margens do Tejo”.

Desiludido, Magalhães apostara radicalmente na força irresistível e autônoma do espírito do povo original e passara a tratar a literatura menos como uma investigação acerca das condições de possibilidade de recuperação e intensificação do espírito do povo original, do que como uma “representante” necessária desse espírito, determinada pela simples função de resguardar e de evidenciar os sentidos já concretizados e oferecidos, de forma progressiva e autônoma, pelo espírito do povo ao longo da história do “Brasil”. A literatura passaria a descrever o espírito do povo original, e não se perguntaria mais sobre a própria realidade dessa aparição e dessa concretização, não se interessaria mais em perguntar se o espírito do povo original poderia, realmente, evidenciar-se em meio a uma atmosfera inadequada a ele, a atmosfera do “egoísmo”. A literatura deveria descrever o passado, ou ainda a vida do espírito do povo original, sem se perguntar pela sua realidade propriamente, organizando-o a partir da “idéia predominante do século”. Em última instância, a pergunta pela possibilidade e pelas vias ideais à concretização do espírito do povo original sede lugar à organização e à evidenciação desse espírito que simplesmente vigoraria a despeito de todas as dificuldades que haviam sido impostas pelo colonizador, a despeito do modo de ser egoísta.

Acompanhemos as palavras de Magalhães, através das quais o autor apresenta a função da literatura, a de organizar e de evidenciar as etapas que constituem a concretização progressiva e autônoma do espírito do povo, e isto a partir dos sentidos doados pelo próprio espírito.

A literatura abrangendo grande parte de todas as Ciências e Artes, e sendo ela só filha e representante moral da civilização, é mister um concurso de extensos conhecimentos para poder-se traçar sua história geral, ou particular, e jamais perder-se de vista a idéia predominante do século, luminoso guia na indagação e coordenação dos fatos, sem o que a história é nula, e sua missão iludida (Magalhães, 1978, p. 135).

A literatura aparecia, então, como anunciadora de “grande parte” dos sentidos que seriam os “representante(s) mora(is) da civilização”, ou os sentidos próprios ao espírito do povo original que se concretizaram ao longo do tempo. Tudo isto a partir da compreensão de que, no fundo, ela revelava aquilo mesmo que já estaria, de uma maneira ou de outra, conquistando sua concretização ao longo da história, e isto de forma necessária. Magalhães se propõe a escrever a história da “literatura no Brasil” e se dedica, especificamente, à poesia. Em sua história da “literatura do Brasil”, o poeta anota que o espírito do povo original estava, em verdade, em pleno “desenvolvimento” e que o Império era a consumação de um passado “sublime” e “heróico”. A literatura produzida no interior da Niterói aparece com a mesma determinação que possuía no início da investigação de Magalhães, determinação que ia sendo criticada pelo próprio autor, mas que voltara, ao fim, como uma espécie de resultante de uma aventura que fracassara em razão de seus êxitos. Ao fim da aventura, como no início, a literatura evidenciaria os sentidos de um espírito que se concretizara, a despeito de quaisquer dificuldades ônticas, a despeito, inclusive, do modo de ser egoísta. A literatura era e continuava sendo, ao fim...

[...] o desenvolvimento do que ele [o povo] tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões [...] (Magalhães, 1978, p. 132).

Uma “razão oculta” revelava aos homens sábios e devidamente atentos o que deveria ser, e essas coordenadas apareciam nos textos dedicados à história, à poesia, à física, à química, à economia política etc. Um aparecer que denegava a

possibilidade de ser indagado, e isto porque seria doação espontânea do próprio espírito do povo originário, do ser se quisermos, a alguns poucos privilegiados, os “sábios”. O espírito do povo original, o conjunto de sentidos e valores propícios à natureza “Brasil”, evidenciava-se e intensificava-se a partir das reflexões de homens de ciência devidamente preparados, e isto porque “é mister um concurso de extensos conhecimentos para poder-se traçar sua história geral, ou particular [do espírito do povo], e jamais perder-se de vista a idéia predominante do século, luminoso guia...” (Magalhães, 1978, p. 135). O espírito do povo originário, a “luz” que “guia”, era apresentado como o próprio ponto de determinação (de partida) e de legitimação dos textos que compunham a Niterói.

Num primeiro momento, o espírito do povo originário mostrava-se forte, e isto poderia ser percebido através de um estudo aprofundado da literatura, especialmente da poesia, dos tempos coloniais. Logo em seguida, mesmo poetas como Cláudio Manuel da Costa eram compreendidos como pouco reluzentes, ou, em última instância, como falsos poetas, poetas “escravos”, incapazes de evidenciar o espírito do povo original. Aí, Magalhães recorre aos primeiros tempos, ao período anterior à chegada dos portugueses, apresentando a natureza pré-cabralina e os índios como momento no interior do qual o espírito do povo original se concretizara adequadamente. Mas isto para, em seguida, reconhecer a própria inabilidade de seus contemporâneos para aprender com aqueles tempos. Desiludido, Magalhães optara pela evidenciação de uma metafísica radical, ou se quisermos, pela apresentação de seu projeto sem nenhuma necessidade de investigação, de correção e de justificação, o que significa dizer que, em última instância, a literatura, a literatura da Niterói, seria apresentada como a própria evidenciação do espírito do povo originário, dos sentidos adequados à vida no “Brasil”. Um espírito originário e imbatível – mesmo que não se pudesse provar sua força de evidenciação e de intensificação ao longo do período colonial, todo o contrário, aliás - espírito que não cessara de se concretizar, progressivamente, e de se evidenciar através da literatura de Magalhães e de seus companheiros. Ao fim, Magalhães abria mão de comprovar, empiricamente, a força do espírito do povo original que era organizado e evidenciado através da *Niterói*, afirmando, apenas, que seu grupo era privilegiado porque descrevia o espírito em seu aspecto mais desenvolvido. Como podemos ler nessa passagem otimista, que por vezes parece não pertencer ao texto que vínhamos analisamos:

De duas distintas partes consta a história do Brasil, compreendendo a primeira os séculos XVI, XVII e XVIII; a segunda o curto espaço, que de 1808 até os nossos dias corre. Examinaremos agora quais os escritores são destes diferentes tempos, qual o caráter e o progresso, que a Literatura tem feito. No século XVI, que é o do descobrimento, nenhum escritor existiu de que notícias tenhamos. No século XVII alguns apareceram Poetas e Prosadores, de que falaremos em particular em um artigo consagrado a este objeto⁴¹. Em geral diremos que, como debaixo dos auspícios da Religião e trabalho dos Jesuítas as primeiras povoações se fundaram, a Literatura nesse século notável propensão Religiosa mostra (...). É no século XVIII que se abre a carreira Literária no Brasil, sendo a do século anterior tão minguada, que apenas serve para a história. Neste século os moços, que a Europa colher iam os frutos da sapiência, trouxeram para o seio da Pátria os germes de todas as Ciências e Artes; aqui benigno acolhimento acharam nos espíritos ávidos de saber e destarte se propagaram as luzes, dado que a estrangeiros e a alguns livros impedido fosse o acesso. (Magalhães, 1978, p. 152)

Mas antes mesmo de terminarmos, intensificamos nossa compreensão de que Magalhães e seus companheiros eram viajantes acomodados em dorso de tigre, transcrevemos as últimas linhas do seu artigo, linhas que falam por si mesmas e que sublinham todo o pessimismo de Magalhães, ou ainda, sua desconfiança em relação ao possível fracasso da literatura e o cuidado em relação à possibilidade de seu projeto não viger, do próprio espírito do povo original acabar derrotado, senão vejamos:

A estrada pelos nossos ilustres maiores aberta, que podemos considerá-la traçada em caracol numa montanha, não tocou ainda ao seu cume; se intentamos chegar a ele, o mais curto caminho é trilhá-la, mas com o cuidado que não nos deixemos encantar pela harmonia das vozes dos cisnes, que a ladeiam, ouvindo-os para adoçarmos a fadiga, admirando-os, porém marchando sempre, empenhemo-nos por prolongar a estrada; se faltos de força, em seu meio ficamos, outro que nos preceder, porque desejará prosseguir, nos arredará; nós recuaremos e certas aves mordazes, que sobre o caminho esvoaçam, que nada ousam, mas que de tudo grasnam, contentes com a nossa queda, se amontoarão sobre nós, tomando-nos para objeto de sua zombaria. Oh como é encantada essa estrada! De um lado e d'outro essas aves nos gritam: tomai por esta parte, não subais mais, que vos arriscais a cair; à direita, à esquerda. Se as escutamos, se o nosso Gênio não nos guia, grande é o risco, segura é a queda. Quanto a nós, a nossa convicção é que nas obras de gênio o único guia é o gênio, que mais vale um vôo arrojado deste, que a marcha refletida e regular da servil imitação. (Magalhães, 1978, p. 159)

⁴¹ Artigo que não escreveu, e isto porque não encontrou no passado colonial o que cria ser a evidência e intensificação do espírito do povo.

2.3.

Literatura, sociedade e civilização, segundo Pereira da Silva

O próximo texto a ser analisado é o de João Manuel Pereira da Silva, intitulado – *Estudos Sobre a Literatura*. Acompanhem as palavras que abrem o ensaio:

A literatura é sempre a expressão da civilização; ambas caminham em paralelo: a civilização consistindo no desenvolvimento da sociedade e do indivíduo, fatos necessariamente unidos e reproduzindo-se ao mesmo tempo, não pode deixar de ser guiada pelos esforços das letras; uma não se pode desenvolver sem a outra, ambas se erguem e caem ao mesmo tempo⁴².

É Pereira da Silva quem escreve, mas é como se escrevesse Magalhães. E isto não porque Magalhães determinava tudo aquilo que deveria ser escrito, mas porque o que estava em jogo, à medida que a *Niterói* ia sendo escrita, era a construção de um projeto ético e estético bem-definido.

Pereira da Silva e Magalhães se encontram, aliás, o autor ora em questão escreve no segundo número da *Revista*, já tendo lido seu companheiro. E o que se produz é um diálogo que tem o poder de redefinir e refinar caminhos. Ambos caminham juntos, fazendo da escrita e da leitura recíproca um movimento de aperfeiçoamento e consolidação de idéias. Avançam em um mesmo projeto que preexiste à *Revista*, mas que se torna mais fino, mais claro, na medida em que a *Niterói* vai crescendo. Falamos de uma *comunidade lingüística*, que significa um universo específico mais ou menos preenchido por idéias e sentimentos determinados, comunidade que, por meio de leituras e diálogos, vai se expandindo e se complexificando⁴³.

Pereira da Silva, logo no início de seu texto, deixa claro aquilo que entende ser a função da literatura, ela aparece como instrumento privilegiado à civilização da sociedade, entretanto, a relação entre literatura e sociedade é algo complexa. Segundo o autor, a literatura é o âmbito desde o qual a sociedade deveria ser corrigida, a partir do qual sentidos adequados seriam instaurados, mas é, também, e, a um só tempo, uma espécie de índice da sociedade, de reflexo dos

⁴² SILVA, João Manuel Pereira da. Estudos Sobre a Literatura. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 2. Academia Paulista de Letras: São Paulo, 1978 (1836), p. 214. As referências ao texto de Pereira da Silva serão feitas no corpo do trabalho.

⁴³ Cf. POCKOCK, 2003, p. 36 et. seq.

sentidos concretizados ao longo dos tempos. Já nos encontramos, aqui, em meio a uma espécie de círculo vicioso, e isto porque não há um ponto de determinação suficiente a partir do qual se possa explicitar a literatura, ela aparece como âmbito privilegiado, capaz de reorientar a sociedade, detentora de significativa autonomia para, logo em seguida, ser predicada como tardia, como epifenômeno do real. Dizendo ainda em outras palavras, a literatura deveria resguardar e intensificar os sentidos oferecidos pelo espírito do povo original, em tempos de indigência, mas ela mesma seria índice, resultado, do que a sociedade produzisse, e isto inclusive em tempos corrompidos. Na medida mesmo em que a sociedade se afastasse do espírito do povo original, então a literatura repercutiria idéias, valores e costumes inadequados⁴⁴. A pergunta que nos cabe colocar aqui quer saber sobre a viabilidade da civilização da *boa sociedade* a partir de um âmbito, a literatura, que é fundado, por sua vez, nessa mesma sociedade que pretende revolucionar. Essa relação algo estranha entre sociedade e literatura já havia sido descrita por Magalhães, para quem a “literatura brasileira” não havia brilhado ainda, ou seja, não havia evidenciado e intensificado o espírito do povo original, e isto porque a própria literatura seguia sendo orientada por sentidos “egoístas”. Em outras palavras, como esperar que uma literatura “egoísta” provocasse a civilização da sociedade imperial, ou ainda, a instauração de um modo de ser fundado no amor?

Em última instância, Pereira da Silva, junto a seus companheiros de *Revista*, está predicando a literatura como instrumento ideal à civilização da sociedade, e isto porque ela seria uma espécie de representação dos sentidos adequados a serem concretizados no “Brasil” e, não obstante, evidencia, a um só tempo, a força extraordinária do modo de ser egoísta, *éthos* que seria potente o suficiente para orientar a sociedade e para determinar a própria literatura, fazendo-a esquecer daquilo mesmo que deveria vigorar, do que ela deveria organizar, evidenciar e intensificar, a saber, os sentidos adequados à vida no interior do “Brasil”; a “literatura brasileira”, que deveria ser a própria presentificação do espírito do povo original, se tornara horizonte doador de sentidos inadequados, incapazes de provocar a civilização da *boa sociedade*. O que está em jogo desde o primeiro parágrafo do texto de Pereira da Silva é a desconfiança que transforma a

⁴⁴ De acordo com Magalhães: “(...) porque seja qual for a modificação, que a Literatura sofra, em acordo acha-se sempre esta modificação com o caráter e estado da civilização desse povo. Assim a Literatura é variável como são os séculos, semelhante ao Termômetro, que sobe ou desce segundo o estado da atmosfera”. (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p. 134)

Niterói numa espécie de investigação que explicita, ao fim, algo como a própria essencialização do “egoísmo” e, por conseguinte, a conformação de uma sociedade e de uma literatura “amorais”. Acompanhemos a próxima passagem:

Verdade da experiência é que a cultura do espírito influi muito sobre nossas qualidades, e que a prática das virtudes morais necessárias às sociedades mais ou menos resistência encontra em um povo, segundo o grau de sua ilustração. Uma deliciosa e terna lembrança deixa após de si o povo que coloca sua principal glória em reinar sobre os espíritos pelas letras (Silva, 1978, p. 214).

Pereira da Silva anota que a “cultura do espírito”, a própria literatura, “influi muito” sobre as qualidades, sobre as “virtudes morais”, ou ainda em outras palavras, quanto mais ilustrado for o homem mais virtuoso ele será. Temos, aqui, uma relação direta entre razão e vontade, melhor dizendo, entre o poder da razão de legislar sobre as inclinações (desejos). Todavia, não se trata exatamente da exaltação de um pensamento independente do mundo, de um pensamento que se pensa ininterruptamente e que seria capaz de orientar a ação sem constrangimentos. Não obstante o elogio da razão aparece o reconhecimento de que a literatura (a razão) não seria capaz de superar, de forma autônoma, os valores “decadentes” liberados por um mundo repleto de “vícios”. Se a sociedade está imersa em “trevas”, em “imoralidade”, isso é sinal de certo fracasso da própria literatura, do imperativo - pensar correto, e mais, sinal de que a própria literatura morrerá, ou melhor, que ela passara a ser orientada por sentidos inadequados, pois como afirma: “ambas se erguem e caem ao mesmo tempo”. Em última instância, o pensamento, a “literatura brasileira” se preferirmos, teria se transformado num exercício pervertido, orientado por interesses inadequados ao espírito do povo original. Pereira da Silva percebe que a “literatura brasileira” não era capaz de realizar a civilização do Império do Brasil, ao menos a literatura produzida pelos homens de letras até então. Por isto aposta, junto a seus companheiros, na fundação da *Niterói*, na fundação de uma nova literatura, orientada pelo pensamento adequado, aquele que organiza, evidencia e intensifica as reais necessidades de todos os “brasileiros” e os sentidos adequados ao enfrentamento dessas situações específicas.

Em meio aos “vícios”, a inteligência era ofuscada, a ação passava a ser comandada pelos desejos imediatos, “baixos”, e caberia a Pereira da Silva e a seus companheiros, através da *Niterói*, o papel de civilização do Império. Através da

fundação de uma nova literatura, de um pensamento consonante ao espírito do povo original, os sentidos corretos se mostrariam de maneira irresistível, os desejos seriam domesticados e a ação passaria a ser orientada, imediatamente, pelos imperativos adequados, e isto até que todos estivessem preparados para o exercício autônomo da razão, pois – “uma deliciosa e terna lembrança deixa após de si o povo, que coloca sua principal glória em reinar sobre os espíritos pelas letras”.

Pereira da Silva não nos deixa aguardando por aquilo que deseja significar ao dizer literatura, entretanto fala da literatura construída pelo seu grupo, e isto porque aquela que havia sido produzida até então teria tombado junto à própria sociedade e se tornado expressão do “egoísmo”. O autor passa a se referir a uma espécie de nova literatura, o que chamamos, aqui, de literatura autêntica⁴⁵. A literatura autêntica era o “calor” que faltava à “luz” emanada pelos espíritos inteligentes, ou seja, ela era todo pensamento que abriria a possibilidade de organização, de evidenciação e de intensificação do espírito do povo original, para usar imagens de Schiller. Ela teria a função de “acostumar” os homens a pensar e a agir corretamente, ela era “o desenvolvimento do mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral e de mais belo na Natureza, é o quadro animado das virtudes [...] e o reflexo progressivo de sua inteligência”, como afirmara Magalhães (Magalhães, 1978, p. 132). E, segundo Pereira da Silva:

Depois de ter recebido milhões de modificações pelos escritores, que disputavam sobre sua significação; a literatura é hoje a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela linguagem, abraçando todo o império, em que exerce a inteligência humana seu poderio; é o resumo dos hábitos e grandeza dos povos, é a história progressiva e circunstanciada do espírito humano com as suas superstições, crenças, e caráter próprio; é a apreciação da influência dos elementos uns sobre os outros no espírito das diferentes épocas, é a Filosofia, a História, a eloquência e a Poesia (Silva, 1978, p. 215).

Aquilo que a literatura autêntica significa mais profundamente aparece aqui. Ela significa inteligência humana, inteligência que convence através da linguagem. “Poderosa” inteligência humana que é capaz de apreender e traduzir o

⁴⁵ O termo literatura autêntica é uma categoria compreensiva, que busca evidenciar, *grosso modo*, aquilo que Pereira da Silva cria ser a verdadeira literatura, a saber: o pensamento preocupado em descrever as idéias e costumes que seriam adequados às possibilidades e aos limites oferecidos pelo “Brasil”.

real, de forma pedagógica. É a inteligência que, através da linguagem, pode desvelar os hábitos, as superstições e crenças que perfazem a grandeza de um determinado povo no interior de uma natureza física específica. É a Literatura autêntica - como repositório do que a inteligência conquistou - que socorre a razão e comanda devidamente a ação, que auxilia a razão paralisada por um mundo “egoísta”, devolvendo a ela os sentidos corretos a serem realizados, sentidos que se concretizariam, ao longo da história, fundando um destino⁴⁶.

Fala o espírito historicista de Pereira da Silva. Afirmando que se a verdade não se fazia presente à sua época era porque determinadas circunstâncias não permitiam. O “espírito do povo” seguia seu caminho, de forma lenta, é verdade, porém aparecera aqui e ali, nas coordenadas espaço temporais ideais, e seguia aguardando um momento mais propício para se mostrar vigorosamente. O “espírito do povo” concretizava-se, mesmo que lentamente, ao longo de alguns prazos e ia se inteirando, entretanto, como acompanhamos em Magalhães, a crença num destino teleológico e autônomo dividia espaço com a suspeita de que algo havia ferido de morte o espírito do povo original e seu movimento ontológico de realização e, junto a ele, a própria possibilidade de êxito de uma literatura autêntica, e esse algo seria o modo de ser egoísta.

O autor divide com seus companheiros certo pessimismo, e isto porque na medida mesmo em que faz suas pesquisas e escreve seus textos, vai percebendo que a história do “Brasil” se confundia com a história da concretização progressiva do “egoísmo”, de sua essencialização, soterrando, desde então, desde a chegada dos portugueses, o movimento natural de formalização do espírito do povo original. E, aqui, não podemos simplesmente esquecer a primeira conclusão de Pereira da Silva, a saber: a de que se a literatura é também fundada nos sentidos doados pela sociedade, e se essa sociedade é “egoísta”, temos uma espécie de círculo vicioso, relação no interior da qual a literatura e a sociedade se remetem uma à outra e se retroalimentam através da restituição de determinados sentimentos, nesse caso “egoístas”, em tudo afastados dos sentidos próprios ao espírito do povo original. Ainda em outras palavras, ao mesmo tempo em que o

⁴⁶ Conforme anota Valdei Lopes de Araújo sobre o conceito de literatura, e isto muito próximo ao que afirma sobre o mesmo tema em Magalhães: “Falta ao conceito qualquer reflexão sobre o que diferenciaria a literatura ou os gêneros literários entre si. O conceito funciona como um horizonte de totalidade que descreve e abarca o mundo das produções humanas, daquilo que possui sentido e pode ser guardado e transmitido através da linguagem” (ARAÚJO, 2008, p. 123)

autor crê numa literatura autêntica, capaz de organizar, evidenciar e intensificar o espírito do povo original - a literatura de seu grupo -, ele continua desconfiado da possibilidade de que não haveria mais espaço para o aparecimento vigoroso dessa literatura autêntica, e isto porque a sociedade imperial e sua literatura já haviam instaurado um modo de ser egoísta talvez inultrapassável.

Mas Pereira da Silva insiste em descrever a literatura a partir de sua crença otimista, progressiva e teleológica. Aí, a literatura aparece como uma espécie de mosaico de juízos adequados, oferecidos pelo espírito do povo original e desvelados pela razão ao longo dos séculos, compreensão que cobrava um duplo esforço por parte do literato, a saber: 1- analisar e identificar os valores universais (atemporais), separando-os dos conjunturais, adequados, apenas, a determinado tempo, e que haviam perdido o viço e 2- continuar o movimento de evidenciação do espírito. Ao homem de letras caberia, assim, uma postura investigativa e criativa incessantes.

A literatura autêntica seria, então, a inteligência humana em movimento, evidenciando e sintetizando o que é e o que deve ser, que aparece como dádiva gratuita. A literatura seria qualquer “matéria” que trouxesse à luz, a partir da lembrança e da criatividade, aquilo que seria verdadeiro e justo, aquilo que seria natural e autêntico – ela traz à tona parâmetros antigos (fundamentais) legados pela tradição, mas também outros de certa forma inéditos, que vinham à tona através do desvelamento paulatino e progressivo do espírito. Ela é a – “Filosofia, a História, a eloquência e a Poesia”⁴⁷.

Pereira da Silva, próximo a Magalhães, evidencia o caráter retórico da literatura autêntica, a importância da eloquência no interior da *Revista*, ou ainda, sublinha o papel determinante que a arte de conformar discursos belos e sedutores possuía no projeto civilizador dos companheiros. Mas o que significa, propriamente, essa preocupação radical com a eloquência no texto de Pereira da Silva? Essa preocupação evidencia o caráter corretivo, moralizante de seu projeto, bem como sua natureza estética, digamos sentimental. Junto ao exercício de

⁴⁷ A poesia aparece como objeto fundamental da investigação de Pereira da Silva, por mais que ressalte que a literatura é ampla, forjada a partir da composição da filosofia, da história, da eloquência e da poesia. Segundo Valdeí Lopes de Araújo: “A análise começa com a poesia, considerada a primeira e mais importante, que na Europa era dominada pelas idéias românticas e que no Brasil já possuía seu primeiro monumento, o livro de Magalhães. A centralidade da poesia é confirmada pelas novas tarefas que o poeta deve assumir, devendo, ao mesmo tempo, ser ‘[...] historiador, filósofo, político e artista [...]’. O primado da poesia parecia corresponder ao que era entendido como completa ausência de uma tradição histórica no Brasil”. (ARAÚJO, 2008, p. 123)

organizar, evidenciar e intensificar os sentidos liberados pelo espírito do povo original, a literatura deveria ser pedagógica, atraindo e convencendo através da beleza e da sedução lingüísticas. A literatura deveria “acostumar” os homens do Império àquilo que era verdadeiro e justo, e isto através do estímulo dos sentidos, a despeito da razão, ao menos num momento originário⁴⁸. Tão importante quanto ser o lugar privilegiado para o acontecimento da verdade, era ser espelho e “calor”, a um só tempo, espelho que evidencia e calor que seduz os espíritos embrutecidos pelas crenças e costumes legados pelo colonizador, sentidos orientados pelo modo de ser egoísta; calor que orienta, também, a vontade daqueles que, mesmo conhecedores do que deveria ser, não eram capazes de fazer a razão vigorar em relação aos seus desejos⁴⁹.

No mesmo passo do artigo de Porto-alegre, que analisaremos logo em seguida, o texto de Pereira da Silva apresenta a relação fundamental entre forma e o que chamo de função catártica da literatura, experiência que afasta do coração do “cidadão” sentimentos como o “egoísmo”, mesmo que este mesmo “cidadão” já tenha acesso racional ao que deve ser, e mesmo que este movimento medicamentoso tenha uma breve duração. A literatura, “eloqüente”, entusiasma imediatamente, o que significa preenche a alma de Deus, de perfeição, do que é verdadeiro e justo, do “espírito do povo” se quisermos e, por fim, provoca a ação adequada, senão vejamos:

⁴⁸ Sobre o problema da retórica, ver CARONE, 2009. Carone mostra o cuidado de Kafka com a linguagem, com o discurso. Afirma que a leitura de suas narrativas, repleta de imagens terríveis, bem como em certo sentido surreais, se torna possível graças a uma astúcia linguagística. Kafka se utiliza da linguagem técnica e ordinária, em relação às quais os homens de sua época se sentiam familiarizados. É a familiaridade da linguagem kafkiana que seduz um leitor incessantemente traumatizado e enojado. Ver também PLATÃO, 2002, e a força que o filósofo grego reconhece advir da retórica sofista. Retórica para Platão significa uma espécie de postura cuidadosa, que se preocupa em auscultar a platéia à qual se dirige, com o intuito de perceber os códigos compartilhados no seu interior, buscando, assim, viabilizar a experimentação e o entendimento daquilo que é. Ver também NIETZSCHE, 2000. E, de acordo com o Dicionário Moraes Silva: “Eloqüência, s.f. A arte de falar bem, e de usar das razões mais capazes de persuadir, exprimidas de modo agradável”. (SILVA, 1922 (1813), p. 653)

⁴⁹ Mais uma vez aparece a influência de Schiller, pois como podemos ler novamente: “A mais urgente necessidade da nossa época parece ser o enobrecimento dos sentimentos e a purificação ética da vontade, pois muito já foi feito pelo esclarecimento do entendimento. Não nos falta tanto em relação ao conhecimento da verdade e do direito quanto em relação à eficácia desse conhecimento para a determinação da vontade, não nos falta tanta *luz* quanto *calor*, tanta cultura filosófica quanto cultura estética. Considero esta última como o mais eficaz instrumento da formação do caráter e, ao mesmo tempo, como aquele que é inteiramente independente do estado político e que, portanto, deve ser mantido mesmo sem a ajuda do Estado”. (Apud BARBOSA, 2004, p. 28)

Sem dúvida alguma, o entusiasmo é o criador do que existe de nobre e belo; é por ele que muitas santas revoluções políticas têm sido causadas, já extasiando nossos corações, acordando nossa coragem, com a leitura de um eloqüente discurso, já inflamando nossos sentimentos e paixões com um fogo elétrico, que se comunica de uma representação teatral à nossas almas, já pelos cantos de um Bardo, que a seu grado vibra nossas fibras e as agita. Estes exemplos históricos têm sido tantas vezes repetidos, que não necessitamos particularizá-los (Silva, 1978, p. 215).

Aparece, aqui, junto ao encanto da literatura e da catarse que se segue à sua experimentação, a consecução da revolução ou da civilização se quisermos, e isto porque revolucionar ou civilizar significava, para os companheiros de *Revista*, a transformação do horizonte transcendental doador de sentidos⁵⁰. Trata-se, porém, de uma “santa revolução”, aquela que transformava os homens e mulheres da *boa sociedade* através da experimentação da literatura, do pensamento. Revolução que se dá através e na literatura, sem movimentos abruptos e contraditórios – “fogo elétrico, que se comunica de uma representação teatral à nossas almas, já pelos cantos de um Bardo”. Pereira da Silva pretende educar os espíritos, tornando-os “virtuosos”, forçando-os a agir orientados por noções como a de “bem comum” (amor) e liberdade, e isto através da literatura, que também é a técnica de seduzir, a “arte de mover os homens” em direção à “virtude”, à “moralidade”. O autor, aqui esperançoso, sublinha, agora, uma espécie de círculo virtuoso, a saber, a literatura se tornaria o âmbito ideal à civilização da sociedade, e esta, por conseguinte, não cessaria de se moralizar e de estimular seus “gênios”, produzindo, assim, uma literatura ainda mais adequada ao espírito do povo original.

Era fundamental à literatura estimular, no interior do espaço público (a partir da ordem), os homens e mulheres da *boa sociedade*, especialmente os letrados, corrigindo-os, “acostumando-os” a pensar e a intensificar os sentidos próprios ao espírito do povo brasileiro, ou ainda, oferecendo a força (o calor) suficiente para que eles pudessem orientar seus desejos. E o Estado imperial em

⁵⁰ A valorização de afetos como o entusiasmo, compreendendo-os como fundamentais à ação é uma marca do Romantismo, determinação que Walter Benjamin transporta de suas leituras de Fichte, Schlegel e Schiller para seu texto sobre a ciência histórica, senão vejamos: “A luta de classes, que um historiador escolado em Marx tem sempre diante dos olhos, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não há coisas finas e espirituais. Apesar disso, estas últimas estão presentes na luta de classes de outra maneira que a da representação de uma presa que toca ao vencedor. Elas estão vivas nessa luta como a confiança, como coragem, como humor, como astúcia, como tenacidade, e elas retroagem ao fundo longínquo do tempo”. (BENJAMIN, 2005, p. 58)

construção, por sua vez, deveria se servir de seus letrados, contribuindo para as suas pesquisas e criações, atividade que, ao fim e ao cabo, orientaria a sociedade a concretizar idéias e costumes adequados ao que devia ser, senão acompanhemos:

Sendo a igualdade política o princípio de toda a constituição filosófica, o governo, que reúne em torno de si e chama aos empregos os homens de talento, anima a nacionalidade, faz prosperar a Moral e as letras; por que o gênio nada mais sendo que o bom senso aplicado aos fundos da razão e esforçando-se em estudar e aperfeiçoar-se, faz com que se aprofunde a arte de mover os homens, os segredos da virtude, do belo ideal e do mundo da moral. (Silva, 1978, p. 215-216)

Pereira da Silva expõe o liberalismo que funda os textos da *Niterói*. Liberalismo que significa liberdade política para os que detêm determinada sabedoria, vale anotar, para os que se utilizam corretamente da inteligência para pensar a vida em sociedade – “princípio de toda a constituição filosófica”. A vida política, o destino da sociedade, deveria estar entregue a homens “sábios”, os *aristoi*, ou ainda, se quisermos, aos “gênios”, homens de “bom senso” que seriam capazes de organizar, evidenciar e intensificar o espírito do povo original.

Apenas certa liberdade política seria capaz de permitir voz aos verdadeiros “homens de talento”, homens que não poderiam estar fora do governo do Estado, mais que isto, que deveriam ser devidamente reconhecidos e respeitados, pois eram os arautos do ser, do “espírito do povo”. Os companheiros de *Revista* são favoráveis, enfim, à fundação de um “governo livre”, o que significa dizer um governo ou um Estado fundados no imperativo do amor e orientado pela literatura, pela preocupação em evidenciar e intensificar o espírito do povo originário, ou ainda, os sentidos que deveriam vigor para a concretização do “bem comum”. Como podemos ler:

Em oposição aos súditos dos governos despóticos condenados a esconder suas virtudes, os homens em um governo livre forçados a ocultar seus vícios, dando-se ao estudo das Letras, elevam seus caracteres e o fortificam contra a sedução das paixões, que os dirigem por mil diferentes caminhos, como os ventos contrários em um mar agitado (Silva, 1978, p. 216).

Pereira da Silva e seus companheiros pretendem um “governo livre”, governo que repercutiria os sentidos decididos pela literatura, no qual a verdade e a justiça pudessem vigorar. A partir dele, os “cidadãos” seriam “forçados a ocultar seus vícios”, seu “egoísmo”, a ultrapassar a predileção pela realização de suas

inclinações, e isto porque se encontrariam no interior de um âmbito ideal ao exercício correto da inteligência, “dando-se ao estudo das Letras”. Ao fim, os homens e mulheres da *boa sociedade*, inclusive aqueles que eram responsáveis pela direção do Estado, aprenderiam, junto à literatura, a conter suas paixões em prol da evidenciação e da concretização dos sentidos compreendidos como adequados. Os espíritos precisariam ser elevados em nome das verdades desveladas pela inteligência, verdades que emanariam do espírito do povo original, e isto contra a “sedução das paixões”⁵¹. As verdades a serem realizadas eram oferecidas pelo espírito do povo e, uma vez compreendidas pela literatura, deveriam vigorar como “lições” incontestes, que afastariam os homens de seus corpos, reaproximando-os de sua parte mais nobre, a saber, o espírito⁵².

No entanto, uma vez mais, Pereira da Silva sublinha sua desconfiança em relação à possibilidade de se erigir uma nova sociedade através da literatura, e isto porque os literatos, apesar de inteligentes, apesar de serem mais “ligeiros”, acabavam, “de alguma sorte”, desvirtuados pelos homens e mulheres “egoístas”, “seguindo a marcha por eles traçada”. Em última instância, ela refletia os maus costumes e as idéias falsas produzidas no interior da *boa sociedade*, configurando-se, assim, como incapaz de civilizá-la. Ainda em outras palavras, a sociedade era orientada por uma literatura “egoísta”, fundada em valores inadequados ao “espírito do povo”, e a literatura autêntica, por sua vez, não ia encontrando o espaço necessário para cumprir sua função civilizadora. Pereira da Silva afirma que a sociedade e a literatura “egoístas” iam obscurecendo e convencendo os literatos autênticos.

(...) sem dúvida o pensamento do homem de gênio se lança no espaço com mais ligeireza e atravessa-o mais velozmente, que as ações as mais prontas de seus contemporâneos, como a luz precedendo o trovão, porém é de alguma sorte por eles impelido e modificado, seguindo a marcha por eles traçada (Silva, 1978, p. 216).

Como vemos, cedo retorna o traço pessimista a partir do qual Pereira da Silva abriu seu artigo e que orienta os companheiros reunidos em torno da *Revista*. Uma espécie de aporia fora anunciada já no início do texto, impasse que

⁵¹ Parece adequada a relação dos homens da *Niterói* com o ideal cartesiano da razão como aparadora das paixões. Ver DESCARTES, 2001, terceira parte.

⁵² Cf. KANT, 2005, p. 63 et. seq.

se repete, insistentemente, ao longo do ensaio. Se o “gênio” era o representante do “espírito do povo”, da verdade, e deveria ocupar lugar de proa na cena pública, orientando-a, o que ocorria na realidade era algo distinto. Os “gênios”, os homens de inteligência e “bom senso”, acabavam seduzidos pelo modo de ser egoísta. Pereira da Silva e seus companheiros anunciavam, de certa forma, uma espécie de consciência da fragilidade de seus projetos. Sempre já escreviam a partir da sombra de uma aporia fundamental, de um limite que ia se avizinando como inultrapassável.

O que entrevemos, de início, é uma espécie de lógica que confere ao “gênio” o papel de pedagogo, aquele que se lança no espaço com mais ligeireza, mas que, ao mesmo tempo, necessita da ação acolhedora de seus contemporâneos. Os homens em geral precisariam receber os “gênios” em seu seio, cuidar para que o seu brado reverberasse, e isto porque, desta forma, fortaleceriam os espíritos em geral, tornando-os mais robustos, pouco ou nada suscetíveis às paixões. Tais homens, fortalecidos, permitiriam aos próprios “gênios” “ligeireza” ainda maior no que tange à evidenciação do ser, do que é próprio e, por isto mesmo, necessário. Os espíritos em geral se alimentariam, então, uma vez mais, das lições adequadas e se tornariam mais fortes, permitindo ainda maior espaço aos seus pedagogos. E, por fim, todos sairiam fortalecidos, aptos à concretização de um futuro repleto de conquistas morais e materiais. Mas essa circularidade anunciada não ia se realizando, e isto porque a sociedade “egoísta” não estimulava seus “gênios”. Acompanhem as palavras de Magalhães, em tudo aparentadas às de Pereira da Silva:

Que cada qual se convença do que diz Madame de Staël que: ‘A glória dos grandes homens é o patrimônio de um país livre; depois de sua morte todos participam dela’. O aparecimento de um grande homem é uma época para a história e semelhante a uma jóia preciosa, que só possuímos quando a podemos possuir, o grande homem jamais se apresenta quando nós não o merecemos. Ele existe em meio de nós sem ser conhecido, sem se conhecer a si mesmo, como o outro nas entranhas da terra e só espera que o desencavem para adquirir seu valor. Empreguemos os meios necessários e nós possuiremos grandes homens. (Magalhães, 1978, p. 138)

Trata-se de um discurso desconfiado, que implorava pela dignidade do “gênio”, que, como afirma Pereira da Silva, seria “ligeiro como o trovão”, ligeiro na arte de evidenciar e de intensificar a verdade. O discurso dos “gênios” seria a

própria literatura autêntica, compreendida como todo saber capaz de fazer aparecer o espírito do povo. Ela evidenciava os sentidos necessários ao progresso do Império do Brasil, mas era “desprezada”. Anunciada pelos companheiros de *Revista* como “útil” ao bem da “nação”, seguia desprestigiada⁵³. Como afirma:

O Brasil conta hoje bastantes literatos profundos, porém eles têm-se tão somente contentado, (com algumas exceções) em estudar e saber, e não se tem querido dignar escrever e destarte esforçar-se em elevar à sua verdadeira essência esta ciência, aliás tão útil e proveitosa a todas as classes da sociedade e que de algum modo está desprezada na nossa pátria, não percebendo nossos compatriotas a influência que ela tem sobre a política, ciência do dia, a que hoje no Brasil todo mundo se dá, sem importar se o país por isso sofre (Silva, 1978, p. 217).

Através de Pereira da Silva vemos falar o Romantismo e sua preocupação pedagógica. O que está em jogo para os redatores da *Niterói* é a necessidade de formação pelas artes e pela razão, ou ainda, de formação pela literatura. Pereira da Silva anota que mesmo aqueles literatos dedicados à evidenciação da verdade encontravam-se prostrados, sem esperança, sem o entusiasmo necessário à escritura e à publicização de suas reflexões⁵⁴. Enfim, mesmo os literatos “profundos” ou ainda autênticos, última esperança de civilização da “pátria”, iam sendo sobrepujados pelo “egoísmo”.

Os melhores literatos encontravam-se entediados, e isto porque seu talento não seria reconhecido, porque a própria sociedade, em especial os dirigentes do Império do Brasil, insistia em reprimir seus gênios. Em última instância, a sociedade não cuidava de seus “gênios” e estes, por melhor que fossem, iam se afastando daquilo que seria a sua verdadeira missão, a saber, a própria evidenciação dos sentidos adequados à vida no “Brasil” e a formação dos homens a partir dos hábitos, costumes e crenças adequados. Pereira da Silva, desconfiado

⁵³ Para acompanhar o descontentamento dos literatos na sociedade oitocentista, ver o texto de SQUEFF, 2004, especialmente o capítulo 2.

⁵⁴ Reproduzimos as palavras de Shelley, fundamentais à compreensão do lugar da educação no interior do Romantismo: “Concebi a poesia no seu sentido mais lato, e li os poetas, os Historiadores e os Metafisicos cujas obras me eram acessíveis, e considerei as belas e majestosas paisagens da terra como sendo as fontes comuns desses elementos que o poeta tem por missão organizar e combinar. Todavia, a experiência e os sentimentos a que me refiro não bastam, por si sós, para fazer de homens poetas, preparando-os apenas para ser os que ouvem as palavras daqueles que o são. Até onde poderão achar que possuo esse atributo da Poesia que é mais importante que todos, ou seja, o poder de despertar nos outros sensações semelhantes às que fazem vibrar o meu peito, é o que, falando com toda a sinceridade, não sei; e, de espírito submisso e paciente é o que espero vir a saber, graças às impressões que exercerei sobre todos aqueles a quem estou dirigindo-me neste momento” (SHELLEY, 1992, p. 99-100)

e pessimista, tecia um quadro social complexo e de difícil transformação. A maioria dos letrados não sabia ler o “Brasil”, a minoria restante, apesar de ser capaz de conhecê-lo, tinha-se desesperado e prostrado mediante desestímulo. Os letrados “profundos” deveriam se conscientizar do papel importante que possuíam na civilização dos homens e mulheres da *boa sociedade*, em especial dos dirigentes imperiais, que seguiam orientados por discussões tardias e superficiais, incapazes de restituir à política seu valor fundamental, qual seja, o de civilizar e administrar as riquezas do país, e isto a partir da medida do amor.

A política institucional sofre forte crítica. Os redatores da *Niterói* compreendem que as formas de governo e as discussões específicas acerca da política institucional tratavam de temas epigonais ao progresso do Império. A política, como era praticada no Império, alimentava discussões que obscureciam o próprio horizonte doador de sentidos para a sua realização, a saber – o “egoísmo” e a amoralidade. No fundo, os dirigentes imperiais, conscientes ou não, reproduziam interesses materiais muito bem definidos – “sem importar se o país por isso sofre”. Dizendo ainda melhor, as questões fundamentais não eram discutidas com o vigor necessário e aqueles que integravam o Estado, em consonância com os literatos em geral, persistiam encantados por suas inclinações.

A literatura autêntica pretendia conquistar “grande influência sobre a política”, revelava Pereira da Silva. Os companheiros não se contentavam apenas em conhecer, mas se punham, por amor, a iluminar a alma de seus concidadãos, especialmente os dirigentes e os literatos, ensinando-os os caminhos adequados a serem tomados, “guiando-os”. A literatura autêntica teria a função precípua de corrigir a sociedade, permitindo que os dirigentes percebessem seus “vícios” terríveis, e, uma vez civilizados, retomassem o exercício da política e da administração discutindo o que realmente traria progresso moral e material à “pátria” – temas como o fim da escravidão, a reforma educacional, o estímulo às letras, a mecanização da indústria; o que lançava à condição de segundo plano, temas como: quem elegia o presidente de província, que normas exatamente qualificavam os “cidadãos” do Império ao exercício do voto, quais eram as atribuições do juiz de paz, quem teria o direito de movimentar as rendas provinciais etc. Pereira da Silva segue, também pessimista, em sua aposta de civilização do “Brasil”.

2.3.1.

Sobre a loucura dos literatos

Pereira da Silva sublinha a força de atração da literatura grega, atração que forçava os poetas ao esquecimento do que seria próprio às suas “pátrias” e de seu papel fundamental - a civilização dos homens e mulheres da *boa sociedade* e, em especial, dos dirigentes imperiais. Denuncia como os franceses, em especial, teriam se deixado entusiasmar por crenças e costumes tão distantes, em nada consonantes com sua realidade.

A França, onde estavam depositados os restos da civilização do Império do Oriente com tanto cuidado arrecadados por Carlos Magno, começa sua carreira literária pela imitação dos antigos, eis a razão por que não se encontra nela Literatura própria, tendo-se todos os Poetas Franceses adornado com Mantos Gregos, não recebendo inspirações senão das Musas do Parnaso (Silva, 1978, p. 235).

Longe das cores locais, os poetas franceses e sua literatura “imitativa” entregavam-se a idéias e costumes estrangeiros e anacrônicos, e os poetas “brasileiros”, por sua vez, seguiam seus passos, senão vejamos:

De um lado uma Literatura estrangeira, que, como conquistadora, nos inflige regras contrárias à nossos pensamentos, que se opõe ao vôo inflamado de nossos gênios, fazendo-se sacrificar sobre seus altares o frágil aroma da escravidão imitativa, marcando-lhes a estrada do Olimpo Grego, único espaço, onde se possam espraizar seus pensamentos, sem que lhes seja permitido o ultrapassar os limites, que como grades de uma prisão se lhes apresentam (Silva, 1978, p. 235).

Ao denunciar a força sedutora de literatura estrangeiras, especialmente a grega, Pereira da Silva fala de “nossos gênios”. Não eram apenas os literatos franceses que deliravam, evidenciando idéias e costumes inadequados a determinado espaço, os “literatos brasileiros” também.

Diferente de Magalhães, entretanto, Pereira da Silva aponta para o exemplo árabe-espanhol como oriente necessário aos poetas “brasileiros”, exemplo necessário à conquista de um modo de ser atento ao real, à verdade, às necessidades e sentidos liberados quer pelo espírito universal quer pelo espírito do

povo brasileiro original⁵⁵. Os árabes, “industriosos” e “inteligentes”, teriam percebido o aceno do espírito da época moderna (do espírito universal), aquilo mesmo que deveria ser realizado por todos os povos, sem exceção, a saber, o comércio e a indústria (a agricultura, a pecuária e a manufatura). E isto, sem esquecer de cantar a natureza de sua “pátria”, buscando evidenciar suas possibilidades e limites, reconhecendo-a como ponto de determinação do progresso moral e material, não obstante fossem também “imaginativos” e produzissem seres e lendas maravilhosos. Povo que teria aceitado, inclusive e na medida certa, as crenças e costumes do cristianismo.

Os Árabes foram os primeiros povos, entre os quais reluziu o crepúsculo da civilização moderna; possuindo Monarcas amadores do progresso, as letras, e as artes reinaram em Damasco e em Bagdad (...) O industrialismo, a atividade e a inteligência Árabe, unidas ao cultivo das letras e das artes fazem da Espanha a nação a mais civilizada da Europa. Esta última recebe as impressões daquela (...) os Árabes eram os pintores excelentes da natureza, cantaram as belezas de suas pátrias campinas, e se elevaram ao ideal, inventando mágicas, fadas, e milhares de outras produções de seus cérebros poéticos. Os trovadores e outros poetas da Europa, que saíram da escola Árabe, modificaram e acomodaram a sua poesia à religião Cristã (...) foi da influência Árabe, que teve origem a Poesia, que nós apelidamos de Romântica (...) (Silva, 1978, p. 233-234).

Aqui, com um tom esperançoso, Pereira da Silva anuncia os árabes-espanhóis como povo sofisticado, os verdadeiros representantes do espírito do tempo, da época moderna. Civilização capaz de sacudir a Europa e a América do jugo imposto pela literatura grega. Fala de...

[...] uma literatura nova, bela, adaptada à nossa crença, que proclama a liberdade e o progresso, que nos permite voar, até a altura que pudermos, que nos quebra as prisões e nos fazem entoar o hino da Independência (Silva, 1978, p. 235).

Em função de um cristianismo mais brando, em relação a Gonçalves de Magalhães, Pereira da Silva vê civilização, luz, onde seu companheiro percebe trevas, fraqueza. Se Magalhães afirma que as crenças e costumes árabes tinham afastado os espanhóis do que eles eram mais essencialmente, provando-os do cristianismo e das imagens realíssimas que constituiriam efetivamente sua

⁵⁵ Como já tivemos a oportunidade de salientar, os companheiros de *Revista* criam numa espécie de relação de complementariedade entre as partes e o todo, entre as diferentes nações e algo como o espírito do tempo, ou o espírito universal.

natureza e história, Pereira da Silva entende, pelo contrário, que os árabes-espanhóis afirmaram o cristianismo e seus imperativos, bem como as artes da indústria e do comércio⁵⁶. Os árabes-espanhóis também teriam sido os primeiros a manifestar uma relação íntima com a natureza particular na qual existiam, por isso teriam sido os primeiros Românticos da Europa, os primeiros Liberais Românticos, povo comandado por Reis que ouviam seus súditos literatos, antes de tomar quaisquer decisões.

Ponto para a literatura árabe-espanhola que, em meio à árdua batalha contra o espírito grego ultrapassado, ganhava espaço e influenciava o resto da Europa, inclusive a França, país que começara a combater, junto à poesia espanhola, os delírios imputados pelo forte espírito grego. França que, civilizada pela poesia árabe-espanhola, ia se tornando espelho ideal para os literatos do Império do Brasil.

Estas duas Literaturas (a grega e a Romântica) tudo invadem, tudo atacam, atravessam os séculos, sem ceder por um instante o passo à outra, valentes guerreiros, bravos campeões, que a vitória não marcou ainda com o dedo o predileto. A literatura Grega, denominada pelos alemães Clássica, foi senhora da França e da Itália até o século XIX. A moderna chamada Romântica, da Espanha arremessa-se na Inglaterra e de lá passa à Alemanha, donde vibrando suas armas contra a França, ajudada pela revolução de 1789, lança-se e afugenta desta nação o classicismo, que exala seu derradeiro suspiro com o século 18 (Silva, 1978, p. 236).

Pereira da Silva, bem como seus companheiros de *Revista*, declara de que lado está, do lado da Europa Romântica e liberal. O Romantismo era entrevisto como uma espécie de sensibilidade capaz de evidenciar e de intensificar, a um só tempo, o que era adequado a uma época e a determinadas condições naturais particulares. Ele diz o que não deve mais vigorar, a saber, o império do “Clássico”, do espírito grego, de suas instituições e costumes, enfim, os sentidos ultrapassados no interior da marcha do espírito do tempo, e isto respeitando as condições naturais particulares. O Romantismo e o liberalismo eram expressão dos novos tempos, tempos de promiscuidade entre a política e a literatura. E o Estado liberal era encarregado de ouvir os literatos e de fazer vigorar o que é.

⁵⁶ Segundo Magalhães: “Para prova da terceira proposição, no caso em que as Literaturas de modo tal se mesclam, que se não pode separá-las, nós vemos na Literatura Romântica de Espanha uma mistura de idéias cavalherescas e Árabes, restos da antiga civilização dos Árabes; algumas vezes se ela é cristã no seu fundo, é ela Árabe quanto à forma”. (MAGALHÃES, 1978, nº 1, p.134)

Literatura e Estado possuíam, assim, uma função determinada, a de transformar as realidades particulares e de fazê-las vir-a-ser aquilo que o espírito do tempo requeria.

A razão é clara. A Literatura, na idade média, estava inteiramente separada da política, porém esta última fazendo um passo de gigante influi muito sobre a literatura, abre a carreira social, desenvolve novas idéias e grita pelas inovações e pelo progresso; [...] Unem-se pois, e o absolutismo e o classicismo caem. A revolução francesa faz a volta do mundo, o Romantismo a segue, sua estrela ganha luz, ao passo que a primeira descortina teorias verdadeiramente liberais e humanas e alumia com seu farol o globo inteiro (Silva, 1978, p. 236).

O espírito do tempo se oferece, se concretiza, vai fazendo aparecer o que é verdadeiro e justo, e isto de acordo com as possibilidades e limites de cada “nação”. Verdadeiro e justo significam o abandono do despotismo e da arbitrariedade, a dedicação ao “bem comum” e o fim da escravidão. Vem à tona certo liberalismo político defendido pelos companheiros, e a Revolução Francesa seria sua anunciadora, ou ainda, o próprio desvelamento do espírito do tempo, que ao acontecer teria provocado “o desenvolvimento de novas idéias, inovações e progresso”. Idéias e inovações que só poderiam ser intensificadas a partir de então no interior de instituições liberais, ou melhor, no interior de governos que se deixassem orientar pelos literatos autênticos.

Pereira da Silva anuncia, aqui, todo seu otimismo, compreendendo que a história da humanidade era a história da concretização daquilo que é e deve ser. Crê na força extraordinária do espírito do tempo e na potência implacável do espírito do povo brasileiro. Segundo o autor, ao fim e ao cabo, o “Brasil” estaria destinado a um futuro promissor, e isto porque sua história era a própria realização do que deveria ser. Segundo o autor, alguns acontecimentos evidenciavam melhores dias ao mundo, provocando transformações radicais na Europa e, por conseguinte, no Império do Brasil, em especial a Revolução Francesa. Com o seu advento, os despotismos seriam necessariamente derrubados, o que significa dizer que os homens arbitrários, orientados por suas inclinações, cederiam a direção de seus governos a outros homens, esses amorosos, preocupados com o “bem comum”, e incansáveis estudiosos determinados em fazer aparecer e realizar os sentidos adequados ao espírito do tempo. Homens que

estariam dispostos a refletir orientados pelo objetivo kantiano e cristão de instaurar um reino no qual todos vivessem de forma correta e justa. E continua:

Resta-nos, agora falar sobre o presente, sobre este reino útil e inteligente do século 19, que não possuindo nem circos, nem gladiadores, como a Antiguidade, nem Conventos, nem anacoretas, como a idade média, em compensação reluz com uma civilização mais completa⁵⁷, ilustrado com fábricas e manufaturas, que só a ele pertencem, amador e verdadeiro apreciador de todos os ramos da literatura, das artes, e das ciências, e religioso sem ser fanático (Silva, 1978, p. 237).

Sem “circos” e “conventos”, a época moderna, o século XIX, seria marcada pelas “fábricas” e “manufaturas”. O princípio de realidade que sustentaria o oitocentos seria a industrialização, a maquinização. Industrialização que transformaria a natureza em nome da satisfação da vida humana e do “bem comum”. Uma civilização que não era essencialmente bélica nem essencialmente religiosa, mas “uma civilização mais completa”, porque sem deixar de obedecer aos imperativos cristãos, especialmente o imperativo do amor, utiliza-se da razão para provocar o progresso de todos os homens. “Sem ser fanática”, aceita a vida neste mundo.

Esse movimento da inteligência na busca de capturar os sentidos fundamentais ao progresso de todos é o que o autor chama de liberdade, de liberdade do “gênio”. Uma liberdade para – para a percepção exata do que é. Conhecimento que deveria transformar a realidade, ainda clássica e medieval, repleta de homens “egoístas”. Transformação da realidade instaurada pelo Estado, mas por um Estado novo, regido por poetas, químicos, físicos, astrônomos e músicos, entre outros. Literatura e Estado juntos na necessidade de civilizar a *boa sociedade*. Acompanhemos o papel destinado à literatura, nesse caso à poesia:

A poesia é considerada no nosso século como o representante dos povos, como uma arte moral, que muito influi sobre a civilização, a sociabilidade e os costumes; sua importância na prática das virtudes (...) (Silva, 1978, p. 237).

⁵⁷ Cabe ressaltar que o espírito do tempo vai se desvelando progressivamente, vai se perfazendo. Nesse movimento, o que fica para trás cai em caducidade, todavia não deixa de conter elementos adequados. O presente é uma civilização “mais completa” e o passado não é de todo desprovido de verdade e justiça. É ao passado e às suas conquistas a quem se deveria recorrer, em momentos de extrema dificuldade, recordando lições esquecidas. Segundo Pereira da Silva: “Depois de apresentarmos as fases das Letras na primeira época da vida dos povos, depois de havermos viajado no meio destes grandes monumentos Gregos e Romanos, que tantas lições desprendem, que o tempo não se atreve a arruiná-los; tão grande respeito lhe incutem!” (SILVA, 1978, p. 236).

Não caberia à inteligência apenas conhecer. A poesia, assim como a filosofia, a história, a música e a pintura, a química e a economia política etc., seria essencialmente moralizante, e isto porque deveria “iluminar”, “acostumar”, “civilizar”. A literatura deveria mostrar quais as crenças e os costumes justos que, ao vigorar, produziriam uma sociedade “virtuosa” e ordenada e, por isso, capaz de conquistar progresso moral e material, adequando-se ao espírito do tempo.

A Europa ultrapassava o espectro Classicista, o espírito grego e romano, e adequava-se à verdade da época, ao princípio de realidade que concrecia, a saber, a industrialização e o comércio em prol do asseguramento e do progresso. E o “Brasil” também concretizava os sentidos oferecidos pelo espírito do tempo, e isto na medida mesmo das necessidades e possibilidades oferecidas pelo espírito do povo brasileiro. Entretanto, assim como Magalhães, Pereira da Silva segue tecendo severas críticas aos poetas de seu tempo, homens que deliravam, pois insistiam em cantar e a viver crenças e costumes que não se adequavam nem ao espírito do tempo nem à realidade “brasileira”, incapazes, ao fim, de provocar o progresso do Império.

Pereira da Silva não demora e logo renova sua desilusão. Anota que os “literatos brasileiros”, em especial os poetas, não passavam de “meros imitadores” que construíam realidades fantasmagóricas distantes das possibilidades e necessidades que deveriam ser concretizadas para o progresso do Império do Brasil, e seguiam exilados, alheios ao “espírito do povo” e ao espírito do tempo, como que participando da Guerra de Tróia ou ainda assistindo aos espetáculos do Coliseu. “Repetidores de idéias e pensamentos alheios”, adequados a outras realidades e a outros tempos, defasados em relação ao seu tempo e ao seu espaço, não eram, em última instância, capazes de criar novas possibilidades reais de mobilização da natureza “brasileira” em nome do progresso moral e material do Império. Ainda ouvindo a Pereira da Silva:

No Brasil porém infelizmente ainda esta revolução poética se não fez completamente sentir, nossos vates renegam sua pátria, deixam de cantar as belezas das palmeiras, as deliciosas margens do Amazonas e do Prata, as virgens florestas, as superstições e pensamentos de nossos patrícios, seus usos, costumes e religião, para saudarem os Deuses do politeísmo Grego, inspiraram-se de estranhas crenças em que não acreditamos, e com que nos não importamos, e destarte não passam de meros imitadores e repetidores de idéias e pensamentos alheios. (Silva, 1978, p. 238).

Pereira da Silva critica os poetas “brasileiros” por serem imitadores de sentimentos e imagens irreais, acusa-os de um desencontro em relação à realidade, na verdade, de falta de atenção em relação ao que é, em relação às possibilidades concretas a serem exploradas em favor do progresso moral e material do Império. Todavia, logo em seguida, tece elogios a um poeta que considera exceção e que estaria se esforçando para identificar os sentidos particulares e universais que deveriam ser realizados. Pereira da Silva revela ter lido Magalhães, lera o artigo que já analisamos e que foi publicado no primeiro número da *Revista* e, junto a Torres Homem, leu seus – *Suspiros Poéticos e Saudades*, o que nos permite entender o periódico como uma *comunidade lingüística*, lugar de *lances*, acordos, convencimentos, enfim, correções e avanços ideológicos⁵⁸. Acompanhemos:

Já no 1º nº da Revista Brasiliense em um belo ensaio sobre a nossa Literatura, proclamou o nosso amigo o senhor Magalhães esta verdade, aconselhando aos Poetas Brasileiros de estudarem a história, natureza e usos do país, de seguirem suas inspirações ao passo, que elas vem, sem se submeter às regras incoerentes, que bebemos com o cativo de nossa pátria. (Silva, 1978, p. 238).

E ainda:

É com o maior prazer, que vimos impressos os *Suspiros Poéticos* e as *Saudades* do nosso patrício Magalhães; uma coleção de Odes e Cantatas, escritas segundo a inspiração, onde o patriotismo, a doçura de uma alma cândida e a poesia se disputam à primazia; este livro é um monumento de glória erigido ao Brasil, um monumento verdadeiramente nacional e poético; ao autor compete a duplicada coroa do primeiro lírico brasileiro e de chefe de uma nova escola. (Silva, 1978, p. 239).

Pereira da Silva entende Magalhães como sendo “chefe de uma nova escola” que compreende a história da humanidade e a do “Brasil” como sendo unidas através de um destino que se concretizaria e se perfaria obedecendo a um movimento progressivo e linear, mesmo que dificultado, por vezes, por determinadas conjunturas, movimento no qual – “o novo vem, e o velho desaparece”⁵⁹. No entanto, uma vez mais, seu pessimismo e sua desconfiança permaneciam evidentes, e isto a despeito do próprio acontecimento que teria sido o aparecimento de Magalhães e de seus *Suspiros*.

⁵⁸ Cf. POCKOCK, 2003, p. 23 passim.

⁵⁹ Palavras de Schiller citadas por Pereira da Silva.

Para o autor, e isto a despeito da poesia de Magalhães, os poetas “brasileiros” estariam afastados do novo, e isto significa dizer que estariam desatentos aos sentidos próprios ao “espírito do tempo” e que deveriam orientar, em última instância, as instituições próprias a cada país. Eles estariam desarticulados do que deveria vigor em sua época, por toda parte, e desatentos, a um só tempo, em relação ao que deveria ser concretizado no “Brasil”. Enfim, desatentos às necessidades e sentidos próprios ao espaço “Brasil”, os poetas punham-se na contramão do tempo, e forçavam o Império a cair numa espécie de “imobilidade” seguida de uma decadência necessária. Os poetas “brasileiros” seguiam desatentos em relação ao que precisava ser evidenciado e concretizado, a saber, o “espírito do povo” e, a um só tempo, distraídos no que tange à tarefa de compreender as reivindicações do espírito do tempo. A consequência dessa desatenção era que o Império do Brasil decaía, e isto porque não obedecia aos sentidos concretizados necessária e progressivamente pela marcha da história. Como podemos ler:

A segunda maneira de considerar a história é filosófica e ideal. Giambatista Vico (...) estabelece leis universais da humanidade, eleva-se da representação à idéia, dos fenômenos à essência; atendendo ao princípio da natureza idêntica em todas as nações, forma uma história abstrata, não pertencendo a nenhuma; Herder e Hegel continuam em nosso século esta tarefa, e consideram a humanidade marchando a um fim, isto é, a perfectibilidade, só sendo o que podia ser e nada senão o que ela podia ser [...] O destino e missão de um país é mais bem compreendido, quando diante dos olhos se tem a carta da humanidade, quando o coração é assaz vasto e ardente para aprofundar a idéia predominante dos séculos (...) (Silva, 1978, p. 242-243).

2.4.

A literatura como catarse, segundo Araújo Porto-alegre

Junto a Araújo Porto-alegre, pensamos a literatura como sendo lugar privilegiado à catarse, e isto a partir do *eros*⁶⁰. A literatura, em especial aquela produzida no interior da *Niterói*, possuía uma função medicamentosa, cumpria a função de animar e de anestesiar os indivíduos para o enfrentamento de uma vida irregular e imprevisível, no fundo terrível e dolorosa. A literatura, em especial a música e a poesia, animaria os homens e as mulheres da *boa sociedade*, permitindo a eles a alegria necessária para insistir em suas existências e auxiliava, a um só tempo, na própria superação do modo de ser egoísta, e isto porque os homens apáticos e desesperados em relação à sua existência tenderiam a dedicar-se exclusivamente à realização de suas paixões, de suas inclinações, ao passo que aqueles tocados pela música e pela poesia passariam, subitamente, a amar o “bem comum”, ou seja, a natureza, seus irmãos, pais e amigos, sua pátria etc., pois a “música é uma mola, que desperta no coração a inocência, a lembrança do amigo ausente, a saudade da pátria”⁶¹. Para tanto, analisaremos o texto de Araújo Porto-alegre escrito para o primeiro número da Revista, intitulado – *Idéias Sobre a Música*⁶².

⁶⁰ Catarse, aqui, é compreendida como sendo um movimento de purificação de sentimentos nocivos à insistência na vida, numa vida que era predicada como sendo irregular e imprevisível, no fundo terrível e dolorosa, e isto porque cobraria do homem a concretização de destinos que, em origem, seriam irrealizáveis. Os sentimentos nocivos seriam a apatia e o desespero. Nossa compreensão do termo catarse fora colhida junto à reflexão de Aristóteles sobre a Tragédia Grega, em sua Poética. ARISTÓTELES, 2003.

Eros, palavra grega que significa amor, ou ainda, uma espécie de força irresistível capaz de oferecer ao homem a experimentação do divino, da plenitude, mas isto brevemente. Como afirma Irley Franco: “De fato, **eros** não é simplesmente um sentimento onde o desejo é intenso e profundo; ele é um **daimon**, e enquanto tal uma ponte entre o humano e o divino, ele é um deus, que provoca um tipo de loucura, que faz crescer as asas da alma, e que tira o sujeito da paixão para fora de si” (FRANCO, 1986, p. 18-9). Ver, ainda, PLATÃO, 1923.

⁶¹ PORTO-ALEGRE, Araújo. Idéias sobre a música. Sobre a música no Brasil. In: **Niterói, Revista Brasiliense**. Tomo Primeiro, nº. 1. Academia Paulista de Letras: São Paulo, 1978 (1836), p. 165. Daqui em diante, faremos as devidas referências ao ensaio de Araújo Porto-alegre no corpo do texto.

⁶² Vale ressaltar, de imediato, que quando Porto-alegre fala de música, está se referindo, também, à poesia, pois ambas tem um e o mesmo significado para o autor – “Onde há língua há poesia, onde há poesia há música” (PORTO-ALEGRE, 1978, p. 165).

Comecemos, no entanto, com palavras de Pereira da Silva:

Sem dúvida alguma, o entusiasmo é o criador do que existe de nobre e belo; é por ele que muitas santas revoluções políticas tem sido causadas, já extasiando nossos corações, acordando nossa coragem, com a leitura de um eloqüente discurso, já inflamando nossos sentimentos e paixões com um fogo elétrico, que se comunica de uma representação teatral a nossas almas, já pelos cantos de um Bardo, que a seu grado vibra novas fibras e as agita (Silva, 1978, p.215).

Pereira da Silva nos fala de um entusiasmo que é “sem dúvida alguma”, “criador do que existe de “nobre e belo”. Entusiasmo é um sopro que preenche de Deus. Estar entusiasmado é estar habitado por deus, pela perfeição, estar pleno, satisfeito⁶³. Assim, tudo o que existe de “nobre e belo”, segundo o autor, é obra exclusiva daqueles que estão prenhes de deus. Apenas em comunhão com o que é perfeito, o homem seria capaz de alcançar uma espécie de *ataraxia*, desligando-se, mesmo que por tempo determinado, do que a vida significaria mais basicamente, a saber, risco, dor, imprevisibilidade, conquistando, então, o estímulo necessário para insistir, uma vez mais, na realização dos inúmeros e impossíveis (infindáveis) afazeres oferecidos pela existência.

O sopro divino faria vibrar os corações, provocaria coragem, que é o mesmo que um lançar-se de coração à ação, e seria responsável pelo movimento do mundo em direção à perfectibilidade, seria o motor que possibilitaria as “revoluções” necessárias; aí a literatura, em especial a música e a poesia, aparece como o ponto de determinação fundamental à concretização da história, ela faria experimentar a plenitude e encheria a alma de coragem, permitindo que os “sentimentos e paixões (fossem) inflamados com um fogo elétrico”.

Animado, o espírito abandonaria seu pessimismo radical e se dedicaria à vida, à realização dos desafios e destinos que ela viesse a cobrar e mais, conquistaria, a um só tempo, a força suficiente para realizar, sem receio, a tarefa mais própria ao homem, a saber, insistir na existência em nome do progresso moral e material da “pátria”, afastando-se, assim, do modo de ser do egoísmo. O que está em questão aqui é que a literatura animaria, elevando os homens e mulheres da *boa sociedade* à experimentação da medida da perfeição, da

⁶³ Próximo à definição que oferecemos, fundada na etimologia grega da palavra entusiasmo, o Dicionário Moraes Silva anota: “Enthusiasmo, s.m. abalo extraordinário d’alma causado por inspiração, ou como o dos inspirados. O transporte, com que o Poeta, ou Orador se eleva sobre si mesmo” (SILVA, 1922 (1813), p. 711). Ver, também, no mesmo Dicionário, o vocábulo inspirar, à página 167.

plenitude, e, por conseguinte, à insistência na vida e, a partir do amor, ou ainda, do interesse pelo “bem comum” (“pátria”). Como afirma Araújo Porto-alegre:

A música não desceu do céu somente para dar-nos sons melodiosos, ou ferir-nos os sentidos com a riqueza da harmonia, não; a Música é uma mola, que desperta no coração a inocência, a lembrança do amigo ausente, a saudade da Pátria; é uma nova força que faz girar em nossa alma a potência do heroísmo, os encantos da Religião, e as doçuras do amor e da melancolia (Porto-alegre, 1978, p. 165).

Ainda em outras palavras, a poesia e a música estimulariam os homens e mulheres a insistirem na vida e evidenciariam a própria finalidade dessa insistência, a saber, o esforço dedicado à “pátria”, ao “bem comum” se preferirmos. Neste sentido, Magalhães anota que...

É que à poesia e à música é dado o assenhorear-se da liberdade humana, vibrar as fibras do coração, abalar e extasiar o espírito (...) Só as teorias de alguns homens positivos, que mal estudam a Natureza, desmerecer podem a importância destas duas sublimes Irmãs na sociedade e apenas considerá-las como meras artes de luxo e de recreação de ociosos (Magalhães, 1978, p. 156-157)⁶⁴.

Magalhães está afirmando que liberdade sem literatura – no caso, sem a poesia e a música – seria sinônimo de passividade, ou seja, livre e sem literatura, o homem estaria entregue ao destino e às suas necessidades incessantes e impossíveis, realidade que atordoaria o homem e causaria, necessariamente, a sua prostração ou o seu desespero. Caberia à literatura apoderar-se da liberdade, enchendo o homem de Deus, de perfeição, sentido que justificava a sua existência. Mais uma vez o efeito catártico, ou ainda erótico, da literatura é anunciado. A literatura entendida conforme a significação proposta pelos homens da *Niterói*, desperta vida – “vibra as fibras do coração”. “Abala”, “extasia” o espírito, arrebatada, faz funcionar em sintonia com o aquilo mesmo que é, a saber, a tarefa de insistir na vida em nome do bem da “pátria”.

Magalhães e seus companheiros denunciam a inadequação das “teorias” dos “homens positivos”, que se desfazem da música e da poesia. Ao contrário do

⁶⁴ Ainda sobre as artes, Magalhães e seus companheiros afirmam, no prólogo da *Revista*, que elas despertam “orgulho”, sentimento que significa a elevação da alma. (SILVA, 1922 (1813), p. 372). Segundo os companheiros: “As ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e de orgulho os povos que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E destarte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que é *justo, santo, belo e útil*, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização e tocar ao ponto da grandeza, que a Providência lhe destina”. (MAGALHÃES et al., 1978. Não paginado)

que era divulgado pelos homens da *boa sociedade*, a poesia e a música não seriam “luxo”, não seriam sinônimo de “ociosidade”. Elas eram possibilidade de satisfação, possibilidade da conquista de uma vida alegre e adequada, pois arrebataria o homem, fazendo-o esquecer sua vida cotidiana, o dia-a-dia repleto de agruras e as tarefas impossíveis, “faz vibrar o coração”, permitindo ao homem dedicar-se ao “bem comum”.

Pereira da Silva e Magalhães, em seus textos sobre literatura, acenam para o que chamo de efeito catártico ou ainda erótico da literatura, mas é Araújo Porto-alegre quem dedica um ensaio inteiro a essa função da literatura, buscando fazer de sua prosa poética o âmbito privilegiado à experimentação da medida da eternidade e, por conseguinte, o ponto de determinação da insistência adequada na vida. Porto-alegre inicia seu artigo citando uma poesia de Magalhães, acompanhemos:

Na culta Grécia, na guerreira Roma,/ Endeusada a Harmonia, cultos teve;/ Entre bárbaros povos, Galos, Francos,/ Celtas, Bretões, a Música divina/ Os cruentos costumes adoçava. (Porto-alegre, 1978, p. 160)

O que Araújo Porto-alegre está dizendo por meio das palavras de Magalhães é algo como – a história da humanidade é a história da tensão entre finitude e brevidade, por um lado, e a música e a poesia de outro, “adoçando” a vida. Se a Grécia foi culta e Roma fora forte guerreira, e ambas marcaram a humanidade com momentos brilhantes, isso se deve à “Harmonia”, ou ainda, à música, sempre cultuada. “Entre os bárbaros”, à época chamada de medieval, não fora diferente. Se bem cruentos, também “endeusavam” a música e a poesia, ávidos de completude, sempre à procura de estabilidade e de ordem, também não eram fortes o suficiente para sobreviver sem poesia, sem música. Todos os povos, em meio à tensão inesgotável entre finitude e carência, por um lado, e possibilidade e recurso, por outro, teriam desejado “adoçar” seu espírito⁶⁵. Segundo Araújo Porto-alegre:

⁶⁵ Araújo Porto-alegre e seus companheiros devem sua compreensão acerca da música e da poesia, a saber, a de que elas são âmbito ideal à experimentação da medida da eternidade, de deus ou do Bem, se preferirmos, às meditações de Chateaubriand e este, por sua vez, deve sua percepção a Platão. Segundo Chateaubriand: “Platão definiu maravilhosamente a natureza da música: ‘Não se deve, diz ele, julgar da música pelo gozo, nem procurar aquela cujo objeto único seja o deleite, mas sim a que encerra em si semelhanças com o belo’. De feito, considerada como arte, a música é

O amor é, sem dúvida, o inventor da Música; tal arte não poderia ser produzida por outro sentimento do coração humano. O amor inflamando as faculdades mentais, embalsamando o futuro com desejosas esperanças, diviniza a vida, torna o homem poeta e o desliza no vago harmônico de encantadoras ilusões, e neste ardente turbilhão vem a Música, como orvalho da manhã aplacar a calidez, que o devora: como um solitário, cansado dos monólogos de sua imaginação, concentrado no fundo da alma, canta para dilatar-se na expansão melódica; é o zéfiro depois da calma, é a respiração depois da opressão (Porto-alegre, 1978, p. 160)⁶⁶.

Porto-alegre começa afirmando que é o amor o inventor da música, ou seja, seu princípio de determinação. Amor, do grego *eros*, que é um movimento brusco e breve de elevação em direção ao divino, à perfeição. É o amor, o *eros*, que põe o homem em contato com o que é bom, estável, pura satisfação. É o mesmo amor que doa asas ao homem, que lhe permite refugiar-se, mesmo que por um tempo determinado, da tensão que constitui a vida, lembrando, a tensão entre carência (*penia*) e recurso (*poros*). O amor, através da música, “diviniza a vida”, faz o homem “deslizar no vago harmônico de encantadoras ilusões”, aplacando sua “calidez”. Diviniza a vida porque permite ao homem experimentar a medida da eternidade e conquistar, junto a ela, a justificativa para continuar se empenhando em meio a uma vida árdua, para continuar “sonhando”.

A música aparece então como “ilusão” que faria o homem deslizar sobre a vida, por sobre sua terrificante profundidade. Sonhos e ilusões que encantariam, que maravilhariam uma realidade que vivia de se consumir e de se

uma imitação da natureza: consiste, portanto, a sua perfeição em representar a *mais bela natureza possível* (...) Daí vem que toda a instituição que serve para purificar a alma, para desempecê-la de desordens e dissonâncias e para formar nela a *virtude*, é, por essa mesma qualidade, propícia à mais bela música, ou à mais perfeita imitação do *belo*. Se essa instituição, porém, participa da natureza religiosa, então, possui ela as duas condições essenciais à harmonia, o *belo* e o *misterioso*. O hino vem-nos dos anjos e a fonte das harmonias brota do céu”. (CHATEAUBRIAND, 1960, v. 2, p. 3)

⁶⁶ A compreensão da música como sendo âmbito ideal à relação entre o homem e a medida da eternidade e, por fim, à conquista da alegria necessária à vida não era de todo inédita, como podemos ler junto a Ferdinand Denis – “A música é cultivada em todas as situações, ou antes, faz parte da existência do povo, que torna agradáveis, cantando, os seus lazes, e chega a esquecer as preocupações inerentes ao trabalho pesado, todas as vezes que ouve ligeiros acordes de guitarra ou de bandolim. Ao passo que a música de Rossini é admirada nos salões, porque é cantada com certa expressão que não se encontra freqüentemente na Europa, modestos artesãos percorrem de noite as ruas, cantando as comoventes *modinhas*, que é impossível a gente escutar sem se enternecer; são quase sempre preferidas para narrar devaneios amorosos, suas penas e esperanças; as palavras são simples e os acordes repetidos de maneira muito monótona; mas às vezes há tal encanto na sua melodia, e por igual tanta originalidade, que o europeu recém-chegado não as pode deixar de escutar e aí compreende a indolência melancólica dos bons cidadãos que durante horas inteiras escutam as mesmas árias” (Apud CÉSAR, 1978, p. 73-4)

autocontradizer⁶⁷. O amor produziria uma “desejosa esperança”, desejo de continuar vivendo, e isto porque possibilitaria ao homem encantar a realidade a partir da experimentação e da lembrança da medida da eternidade, inventando recursos para a realização de uma existência alegre e adequada – dedicada ao “bem comum”, à “pátria”. Assim, o homem iria apacando a calidez “que o devora”, o que significa um mal-estar provocado pela intensidade de emoções, ações ou pensamentos oferecidos pelas agruras impossíveis, próprias à vida. A música produziria a esperança necessária à superação sempre provisória do mal-estar da vida cotidiana, e provocaria o homem a dizer sim ao ter de fazer a cada vez novamente, a abrir um sorriso em nome do bem de todos, e isto apesar de se encontrar envolto por tarefas impossíveis⁶⁸.

A música gera força, entusiasmo a alma tomando-a ao solipsismo produzido pelo enfrentamento incessante das agruras imputadas pela vida, poupando-a dos terríveis “monólogos da imaginação”. Ela seria o brado do homem que experimenta a eternidade, que anima a todos para a tarefa de insistir em nome do “bem comum”. A música seria o efeito do arrebatamento causado pelo amor e, a um só tempo, o próprio âmbito ideal À sua experimentação. Ela expande a alma de quem canta anunciando, antecipando, aquilo mesmo que sustentaria a vida - a eternidade, e permitiria seguir vivendo, seguir “respirando” num mundo que seria terrível. A música disponibilizaria ao homem sonhos, imagens e sentidos adequados, arrancando-o da aridez de seu cotidiano, de seus afazeres impossíveis - “é o zéfiro depois da calma”.

A música não é, porém, um acontecimento qualquer. É determinado por uma dada atmosfera, por certos sentimentos. Necessita de um cenário que seja capaz de provocá-la. Este cenário seria a natureza “brasileira” deslumbrante.

A concentração de idéias amontoadas no adito da alma, pede divergências; e o homem olha em torno a si, estende a vista pelo pescoço, fala às árvores e aos montes, ouve o eco despertar o silêncio, poetiza com as águas, que murmurando

⁶⁷ Cf. NIETZSCHE, 2003, p. 8-9.

⁶⁸ Sorriso que seria o grande desafio humano segundo Camus, senão vejamos: “Deixo Sísifo na base da montanha! As pessoas sempre reencontram seu fardo. Mas Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e ergue as rochas. Também ele acha que está tudo bem. Esse universo, doravante sem dono, não lhe parece estéril nem fútil. Cada grão dessa pedra, cada fragmento mineral dessa montanha cheia de noite forma por si só um mundo. A própria luta para chegar ao cume basta para encher o coração de um homem. É preciso imaginar Sísifo feliz”. (CAMUS, 2009, p. 141)

conduzem pelas encostas das colinas a voz da solidão, e contente canta, saudando a natureza (Porto-alegre, 1978, p. 160)⁶⁹.

Araújo Porto-alegre segue pintando o “Brasil”. Ele constrói um cenário composto de natureza, por um lado, e de homem por outro, homem em solidão e silêncio, mas logo em satisfação. Homem que se encontra extenuado da vida, do exercício diário de ter de fazer sempre novamente. Homem que em meio ao jogo que vida é, entre carência e recurso, é tomado de agitação, de confusão, prostra-se, profundamente melancólico e “solitário”. Sua alma é tomada por uma “concentração de idéias amontoadas”, que causa “divergências”, uma espécie de confusão mental.

O homem, confuso, portador de um amontoado de idéias e de sentimentos desordenados, pára, paralisa e “olha em torno de si”. E o que encontra? Encontra uma natureza estonteante, deslumbrante. Natureza que turva a vista por excesso de luz, que atordoa ainda mais, que faz perder o resto de tino. Tino que não passaria de um grande amontoado de idéias e de sentimentos, vale anotar. Natureza que atordoa e faz perder o tino, o que significa desorientação que pára esse homem e se torna norte, caminho – “e o homem olha em torno a si [...] fala às árvores e aos montes [...] poetiza com as águas”. A natureza provoca uma espécie de sublime, e tudo que resta ao homem é comover-se em meio aos sons produzidos pelas

⁶⁹ A relação fundamental entre natureza e música é anotada por Chateaubriand – “De feito, considerada como arte, a música é uma imitação da natureza: consiste, portanto, a sua perfeição em representar a *mais bela natureza possível* (...) Daí vem que toda a instituição que serve para purificar a alma, para desempecê-la de desordens e dissonâncias, e para formar nela a *virtude*, é, por essa mesma qualidade propícia à *mais bela* música, ou à *mais perfeita imitação do belo*” (CHATEAUBRIAND, 1960, v. 2, p. 3). No entanto, a música mais perfeita é aquela que canta os segredos do cristianismo, pois, como anota Chateaubriand – “O cristianismo inventou o órgão, e deu suspiros até ao bronze. Foi ele quem salvou a música nos séculos bárbaros. Onde quer que assentou seu ódio, aí se formou um povo que cantou naturalmente como as aves. Quando policiou os selvagens foi por meio de cânticos; e o iroquês, que reagira aos dogmas, sucumbiu às harmonias” (Ibid., p. 4). A música é mais perfeita se testemunha os segredos do cristianismo. O que podemos ler em Chateaubriand e, por sua influência direta, nos Românticos da *Niterói*, é o gesto de aproximação entre natureza e religião, e isto porque o cristão encontrava na natureza o espaço ideal à experimentação do divino, longe da civilização “egoísta”, e mais, a própria natureza produzia sons sublimes, como afirma Chateaubriand: “Acrescentemos que a religião cristã é essencialmente melodiosa, pela razão única de amar a solidão. Não que ela seja inimiga do mundo; pelo contrário, se lhe mostra prazenteira: mas a celestial Filomena prefere os ignorados ermos. Está como estranha um pouco sob o teto dos homens; antes quer as floretas, que são os palácios de seu pai, e sua antiga pátria. De lá é que alça a voz ao firmamento, no meio dos concertos da natureza: a natureza narra sem cessar as glórias do Criador, e não há aí nada mais religioso que os cantares que desferem ao vento as carvalheiras e os canaviais do deserto” (Ibid.). A respeito da voz do canavial, cabe irmos até a poesia de João Cabral: “Voa sem saliva da cigarra,/ do papel seco que se amassa,/ de quando se dobra o jornal:/ assim canta o canavial,/ ao vento que por suas folhas,/ de navalha a navalha, soa/ vento que o dia e a noite toda/ o folheia, e nele se esfola”. (NETO, 1988, p. 220)

árvores, pelos montes e águas, então delira, sai de si, daquele amontoado de coisas às quais se resumia⁷⁰.

Dá-se silêncio e “murmúrios o conduzem”. Conduzido, arrebatado pela natureza, é apresentado a *eros*, ganha asas e, tomado pela felicidade, “contente canta”. A natureza seria o cenário privilegiado para que o amor aparecesse, âmbito que seduziria e atordoaria, provocando a disponibilidade necessária para voar em direção à plenitude, para ser conduzido, afinal não se estaria mais tão pesado por um “amontoado de idéias”. O homem canta porque em alguma instância encontra-se fora da tensão que perfaz a vida. Canta para reviver a “respiração” calma que o tomou depois da opressão e para prolongar a sensação do “zéfiro” em sua alma, mas também canta, pois tem a função social de permitir aos seus “concidadãos” a experiência da plenitude e da satisfação, possui a missão de anunciar a perfeição, aquilo mesmo que sustentaria a vida. O músico ou poeta se preferirmos, é, enfim, agente provocador da catarse fundamental à instauração de uma sociedade amorosa, ele canta a natureza, cenário desde o qual pôde conhecer e sentir algo mais fundamental que a finitude nauseante, e isto com o objetivo de ajudar a todos, de abrir a possibilidade para a concretização de uma vida satisfeita aos “brasileiros”. Todavia, logo perde as asas e seu canto é interrompido.

O rouxinol, a quem mão bárbara, com um ferro quente, furtou a luz vista, isolado em trevas (...), canta e inocente espera crastina aurora, que de dia em dia se prolonga, até que a morte, de um aceno, quebre-lhe a flauta, que em variadas estrofes tanto amenizara a voz dos desertos e que ora uma mão mais forte o encerra entre grades de um aéreo cárcere (Porto-alegre, 1978, p. 161).

⁷⁰ O termo sublime é predicado, aqui, a partir do texto kantiano. Como afirma Caygill: “(...) Kant oferece uma caracterização parcial do sentimento de sublime, principalmente por meio de contraste com o belo: ambos aprazem, mas enquanto o belo encanta, o sublime ‘comove’ o *Gemüt* (OBS p. 209, p. 47 – *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*); o sublime deve ser simples, o belo adornado e ornamentado (...) mas em CJ (*na Crítica do Juízo*) ampliou o conceito para incluir também o sentimento despertado pelo fracasso da imaginação para compreender o ‘absolutamente grande’ (...).

Central na definição de sublime é o modo como ele parece ‘transgredir os fins de nossa faculdade de julgamento, adaptar-se mal à nossa faculdade de apresentação e constituir, por assim dizer, uma afronta à imaginação’ (§ 23). Entretanto, embora o sublime seja, com efeito, um entrave (*Hemmung*) para as forças vitais, ele é ‘seguido imediatamente por uma descarga por isso mesmo mais poderosa’ (§23). Esse movimento ocorre porque ao entrave à faculdade do juízo segue-se uma concretização do poder e extensão das idéias da razão (§27). O sublime na natureza nada mais é que um reflexo das idéias da razão que lemos nela por meio de sub-repção, ou a ‘confusão de um respeito pelo objeto com o respeito pela idéia de humanidade em nosso sujeito’ (§ 27)” (CAYGILL, 2000, p. 297-298). (Grifo nosso)

Enfim, a música “ameniza a voz dos desertos”, ou ainda, ela auxilia o homem a enfrentar uma existência marcada pela finitude e pela morte necessárias. Aqui, o poeta escreve com um ar grave, triste, anotando algo como – a vida não passa, na melhor das hipóteses, na hipótese de que o homem se entregue à natureza e à arte, de uma espera pela morte, uma espera no máximo menos dura do que poderia ser. É isto que significa, afinal, o que Araújo Porto-alegre chama de “aéreo cárcere”, um sofrimento suavizado, podemos traduzir. Mas logo trata de descrever com mais alegria a existência humana, em especial aquela que se orienta pela medida oferecida pela música e pela poesia, a medida da plenitude. Acompanhemos a descrição que o poeta faz de algo como um réquiem.

No meio da escuridão de góticas ogivas, no centro do santuário, circulado de túmulos, como espectros espalhados em sentinela na morada dos mortos, vendo ao longe bruxulear a lâmpada sagrada, que derrama pálidos raios sobre a fronte dos fiéis e os contorna em dourados perfis, contrastando com o azulado da lua, que enfia frouxas centelhas por entre o crivo dos cromáticos vidros da Catedral (Porto-alegre, 1978, p. 162).

E continua noutro ritmo, numa tonalidade esperançosa:

Ouvindo sacros hinos, que alvas virgens/ Em doce acordo a Divindade sobem!/ É teu peito sensível? Dize, sentes/ Vir mágica saudade alma banhar-te,/ Que aos olhos, precursora, traz a lágrima,/ Que o peito lava, magoas desfazendo?/ Então terna alegria vem saudar-te,/ Qual raio luminoso na tormenta/ A furto escapa dentre o céu envolto/ Em atrás, densas, pluviosas nuvens (Porto-alegre, 1978, p. 162).

Porto-alegre trata de uma cerimônia fúnebre, provavelmente um réquiem. Em meio à “escuridão de góticas ogivas”, “circulado de túmulos”, tudo o que consegue a “lâmpada sagrada” é perfazer um brilho “bruxuleante”. A face dos fiéis é apenas “palidamente” iluminada, aparece em perfil. A luz sagrada que ilumina a cerimônia fúnebre não é suficiente para espantar a escuridão, a morte, a experiência da finitude. Os fiéis mais parecem defuntos, não sem motivo aparecem como “espectros” sentinelas, que velam pelo seu lar derradeiro; tudo é cemitério, tudo lembra a fragilidade humana, sua mortalidade.

Entretanto, hinos (sacros) são ouvidos. Música que celebra solenemente a morte, como anota Porto-alegre, um “doce acordo é celebrado”. O poeta fala da saudade que surpreende - trata-se da saudade da experiência da eternidade, ou

ainda de sua lembrança - e a música, de repente entoada, faz reviver (relembrar) a satisfação disponibilizada pela experiência da eternidade, provocando, ao mesmo tempo, saudade, lágrimas em alegria – “lágrima, que o peito lava, mágoas desfazendo”, ou ainda, se preferirmos, a música instaura a esperança e a alegria como horizonte. O quadro acima descreve um âmbito tenebroso, repleto de fiéis, que mais pareciam fantasmas a guardar sua última morada, fiéis envoltos pela escuridão, que nem mesmo a “lâmpada sagrada” iluminava mais do que o suficiente para que a cerimônia fosse realizada. Pinta perfis dourados no meio da noite, quase assombrações. Mas de repente, como que por “mágica”, o sentido muda, e as quase assombrações são iluminadas e sentem seus corações preenchidos de satisfação e de alegria, experimentam ou ainda lembram, através da música, a medida da eternidade, experiência que convence a escuridão e a morte, num “doce acordo” que devolve ao homem o ânimo necessário para que ele insista em sua existência, e isto a partir do amor à pátria. São os hinos, é a música, a poesia, que “qual raio luminoso na tormenta a furto escapa dentre o céu envolto”.

A música permite sentir o inefável e permite a sua lembrança àqueles que já o experimentaram. De um lado, o cemitério e o réquiem, cenário que provoca uma espécie de paralisia, afinal tudo é solidão e silêncio. O homem se encontra atordoado, em transe, sem resistência, disponível e então, através da música, ganha asas e alça vôo ao inefável, encontra-se com Deus (católico). Na cena, o canto faz reviver a plenitude e suaviza a existência, assim como anuncia a possibilidade de se viver em esperança e consolação, canto que advém, por certo, de algum poeta, que em dado momento também fora arrebatado por *eros* e levado a experimentar o inefável, a perfeição.

Esse êxtase, todavia, depende do cenário, que também é dádiva – a natureza. A natureza canta e o seu canto é capaz de esvaziar o homem de seu pessimismo profundo. A natureza encanta e dá-se algo como cantar junto, em uníssono, poeta e natureza.

Que admirável concerto, quando a natureza em cólera solta sobre a terra os elementos; os troncos roçam-se, os canaviais sibilam e ao longe roncam as ondas e o trovão inflamado cai, tingindo de sangue o céu; como nos olhos de ciumento amante rutilam ígneas órbitas, lampejando fúrias Ah! é a voz da natureza que, penetrando o íntimo do peito, abre torno do homem o sepulcro da eternidade: é a voz da natureza, que ribomba no adito da alma e congela o coração, que

desampara da terra, sobe mais alto, e nas asas da religião humilde vai voando e deposita aos pés de Deus a esperança e colhe a consolação (Porto-alegre, 1978, p. 161-162).

Natureza esplendorosa que constituiria mais radicalmente o “Brasil”. O artigo de Porto-alegre é consonante ao de Magalhães e ao de Pereira da Silva ao sustentar que o espírito do povo brasileiro é suficientemente forte para vencer os inimigos externos e internos, pois “Brasil” era uma natureza “magnífica” e “toda a natureza é uma orquestra, que, em variadas escalas, reproduz harmonias diferentes nas fibras do homem sensível” (Porto-alegre, 1978, p. 162).

A natureza “Brasil” era o cenário a ser experimentado e conhecido, lugar no qual aparece a possibilidade de se conquistar uma vida consolada, esperançosa, bem como pródiga. Mas os homens que orientavam o Império do Brasil, entre eles os letrados, insistiam em repercutir sentidos “egoístas” e em imitar outros costumes e crenças, afastando-se, assim, da natureza e de sua música, ou ainda, do próprio “Brasil”. E continuando:

E o mísero proscrito, que se acoberta na solidão dos túmulos e vê a seu lado erguerem-se flamas fosfóricas da terra, acompanhadas de gemidos de aves sinistras, como para expulsá-los de semelhante lugar, aterrorizado foge, tropeçando em ossos, que gemem com suas pisadas, e vai buscar o peristilo de um templo onde se esconda; entorpecido da miséria, atormentado pela dor, rodeia a mente num turbilhão de idéias, vê passar a prepotência, o cadafalso, vê a esposa e os filhinhos mendigando; treme, chora, e um delíquio de morte lavra-lhe os membros, até que o sono entre tais cenas e seus olhos deixe cair seu véu narcótico (Porto-alegre, 1978, p. 163).

O autor descreve um homem “infeliz” que está completamente imerso na tensão que é a vida, cansado por ter de construir novos sentidos, sempre novamente, a partir da consciência da carência constitutiva que seria a existência humana. Foge do cemitério para a Igreja e, “entorpecido”, sua alma é acometida por um “turbilhão de idéias” “amontoadas”.

[...] eis que o infeliz desperta, titubeante foge para a praça e esbarra numa fileira de luzes, que vagarosas caminham para o templo e ao longe ouve a voz do órgão que insinua a estrada ao cadáver [...] O órgão é um despertador de lágrimas, ele se harmoniza com as fibras do coração em grande unidade, quando estas vibram na escala melancólica da saudade e da dor: mil vezes os sentimentos, mas nunca com tanta potência como quando, no dia dos mortos, orávamos a Deus, na

Catedral de Florença por alma de um pai e de alguns amigos, que jazem na terra (Porto-alegre, 1978, p. 164).

O “infeliz”, desesperado, procura em meio à vida o que a própria vida não poderia proporcionar, a saber, conformação e conforto. Vaga desesperado, não sustenta ver que tudo que realiza cedo ou tarde desaparece, não suporta descobrir que o fim de todos é a morte. “Esbarra numa fileira de luzes”, possivelmente uma procissão fúnebre, procissão que segue vagarosa, conformada em esperança. O homem está desesperado é pura inconformidade, inconformidade que significa, ao fim, estar de todo dentro da vida, e homem de todo dentro da vida sofreria, necessariamente.

Mas eis que aparece o som do órgão, música, poesia. Mais uma vez lágrimas são despertadas, celebrando a saudade com o alívio do peito “mágoas desfazendo”. A música vem representar, apresentar e lembrar, a experiência da eternidade, da plenitude. Faz o homem ter um pé dentro e outro fora, isto é, ao mesmo tempo em que está exposto à carestia, à necessidade de sempre fazer novamente, sente e entrevê dias melhores, e isto graças à experimentação de um supramundo ontologicamente diferente, um mundo só *poros*.

A música perfaz uma “grande unidade”, a unidade entre o mundo e o supramundo, o que “harmoniza as fibras do coração” e permite ao homem continuar. Como afirma o autor – “mil vezes os sentimentos, mas nunca com tanta potência”. Nunca com tanta potência exprime que a vida, se enfrentada desde ela mesma, desespera o homem, é conflito que já nasce perdido. O “infeliz” não resiste, não entende porque tudo que perfaz é passageiro, não suporta a falta e a carência que o acometem. Cai alquebrado, sem ânimo.

Mas isto até que o homem seja socorrido pelo sopro que inscreve deus, plenitude, em seu coração, sopro que é a música, a poesia. O homem, fora e dentro da vida, cidadão de duas cidades, para lembrarmos de Agostinho, acolhe seu cotidiano. A música, segundo o autor, é catarse, liberta o homem da vida, das paixões, dos desejos, da carência que impregna seu ser, mesmo que brevemente apenas. Música é vida que segue, ordenada e estável, asseguramento. Esta é a função social prescrita por Porto-alegre para a música, para as artes em geral – “A música é para a sociedade o que a boa distribuição da luz é para um quadro, ambas dão vida e alma às coisas a que se aplicam (...)” (Porto-alegre, 1978, p. 164).

A música, a poesia, ilumina a “sociedade”, protege a sociedade da carência e da confusão que marcam a vida, ontologicamente. A música, a poesia, são possibilidades de se viver uma vida dolorosa sem se cair na desmedida (*hybris*), que a vida enfrentada em sua crueldade (nudez) provoca. Aquele que mirasse diretamente a vida, a olho nu, acabaria cego diz o poeta, e isto porque não seria capaz de sustentar seu princípio de realidade, como se ouvisse Sileno, cairia prostrado, ávido por abreviar seu tormento.